



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS – IESA
PROGRAMA DE PESQUISA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

NELTON MOREIRA SOUZA

**O ORDENAMENTO E DESORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NO
MUNICÍPIO DE VILA BOA-GO: A USINA ALDA PARTICIPAÇÕES E
AGROPECUÁRIA S/A E SEUS EFEITOS SOCIOTERRITORIAIS**

*GOIÂNIA
2015.*

NELTON MOREIRA SOUZA

**O ORDENAMENTO E DESORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NO
MUNICÍPIO DE VILA BOA-GO: A USINA ALDA PARTICIPAÇÕES E
AGROPECUÁRIA S/A E SEUS EFEITOS SOCIOTERRITORIAIS**

Dissertação apresentada ao programa de pesquisa e pós-graduação do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Dinâmica Socioespacial

Orientador: Prof. Dr. Ronan Eustáquio
Borges

GOIÂNIA
2015

NELTON MOREIRA SOUZA

**O ORDENAMENTO E DESORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NO
MUNICÍPIO DE VILA BOA-GO: A USINA ALDA PARTICIPAÇÕES E
AGROPECUÁRIA S/A E SEUS EFEITOS SOCIOTERRITORIAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Mestre em Geografia, aprovada em 07 de Agosto de 2015, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes Professores:

*Prof. Dr. Ronan Eustáquio Borges - IESA/UFG
Presidente da banca/Orientador;*

*Prof^a. Pós Doutora. Gleys Ially Ramos dos Santos - UFT
Membro externo;*

*Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro- IESA/UFG
Membro interno;*

*Prof. Dr. Manoel Rodrigues Calaça - IESA/UFG
Suplente.*

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho àqueles que me permitiram ser esta pessoa. Ao meu pai, à minha mãe que com todas as adversidades dessa trajetória estiveram ao meu lado e me ajudaram a lutar.

*A todos aqueles a quem eu tive a oportunidade de conhecer e que fazem da minha estrada existencial um eterno aprendizado diário.
A todos que contribuíram de alguma forma para a concretização desta etapa na minha vida.*

A Deus, a Zambi, a Xangô, pela minha humilde existência e determinação, na busca dos meus sonhos, na prática da humildade em prol do próximo e na sabedoria rumo ao sucesso.

*Ao meu São Pedro e Nossa Senhora Aparecida que intercederam pela minha
segurança e proteção na minha caminhada, junto ao meu povo.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente, a Deus e Ele sabe por quais motivos. Mas não ao Deus que muitos pregam com radicalismo e utopia, mas ao Deus ao qual sou grato, está acima de todas as estruturas sociais e credos ideológicos. Ele está presente em todas as culturas e se faz latente de acordo com a necessidade de cada indivíduo.

Ao meu Orientador Prof. Dr. Ronan Eustáquio Borges que mais uma vez provou sua cumplicidade, sapiência e humildade em dividir comigo um pouco de sua experiência e paciência. A você tão cheio de luz fico imensamente agradecido por mais uma etapa vencida.

A minha família tão amada, minha mãe Valquíria, meu pai Nelson, minha irmã Lilia Lorrany e meus sobrinhos Jordanna e Lucas Gabriel. A minha força vem de vocês. Tudo o que tenho foram vocês que permitiram. Aos meus irmãos que a vida me presenteou; Elaine Rodrigues; Álvaro Alexandre; Gabriela Penha. A caminhada foi árdua, mas vocês me ampararam e eu cresci. Muito obrigado! Aos meus tios Neilton; Sônia; Rosalina e Domingas pela credibilidade e apoio. Vocês sabem como ninguém o que passei para dar conta deste tão sonhado progresso. A vocês todo o meu respeito e carinho

Aos meus amigos (as), Sylvia Farias, Luiz Antônio; Rosângela Koraleski; Eliane Maria; Ricardo David; Afonso Paz e aos primos Leonardo; Célio; Marcell e todas as pessoas que de forma direta ou indireta, passaram pela minha trajetória em busca dessa realização. Infelizmente o espaço aqui reservado não seria suficiente para agradecer a todos aos quais sou grato. A torcida de vocês tem cumprido papel importante em minha trajetória.

Agradeço também àqueles que não acreditaram que seria possível. Vocês me impulsionaram a seguir adiante.

A minha amiga Eliete Barbosa, os meus mais sinceros agradecimentos. Você que me aturou em constantes ligações; e-mails e conversas, mas que sempre me acolheu com palavras de alto astral e positividade, me respeitando e dando valor ao meu esforço.

A meus amigos Eguimar Felício Chaveiro e Gilmar Elias; pelo compartilhar de idéias e auxílio valoroso nos últimos suspiros deste trabalho, obrigado pela imensa ajuda e confiança que o universo lhes retribuía com muito sucesso e prosperidade.

Aos meus amigos (as) Rosaina Mendes; Juliana Gomes e Acassio Eugênio que muito contribuíram na trajetória. E como será agora que caminhamos por lugares diferentes? Mas lembrei de que mesmo na distância a nossa amizade cresce. São como balões cheios de sonhos, precisam voar, mas não deixemos de segurar os cordões!

À coordenação do curso de pós-graduação em Geografia IESA/UFG, nas pessoas do Prof. Dr. Ivanilton José de Oliveira, Prof. Dr. Manuel Ferreira e Prof. Dr. Luiz Felipe Cherem pela gentileza com que me trataram em todo o período. Ao Prof. Dr. Manoel Calaça e Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça, que me ofertaram auxílio nos momentos de dúvidas. A todos vocês.

Muito Obrigado.

*Há um menino
Há um moleque
Morando sempre no meu coração
Toda vez que o adulto balança
Ele vem pra me dar a mão*

*Há um passado no meu presente
Um sol bem quente lá no meu quintal
Toda vez que a bruxa me assombra
O menino me dá a mão*

*E me fala de coisas bonitas
Que eu acredito
Que não deixarão de existir
Amizade, palavra, respeito
Caráter, bondade alegria e amor
Pois não posso
Não devo
Não quero
Viver como toda essa gente
Insiste em viver
E não posso aceitar sossegado
Qualquer sacanagem ser coisa normal*

*Bola de meia, bola de gude
O solidário não quer solidão
Toda vez que a tristeza me alcança
O menino me dá a mão
Há um menino
Há um moleque
Morando sempre no meu coração
Toda vez que o adulto fraqueja
Ele vem pra me dar à mão.*

Milton Nascimento

RESUMO

O território Goiano a partir da década de 1980 torna-se foco de grandes transformações, relacionadas aos fatores econômicos, apresentando uma elevação significativa no seu Produto Interno Bruto (PIB) (SEGPLAN-GO/IMB, 2012). Parte dessas elevações se faz em decorrência da modernização da agricultura e da inserção de grandes complexos agroindustriais no território goiano, com a diversificação de outras atividades propiciadas pelas políticas de incentivos fiscais e dos planos de ações governamentais (ARRIEL, 2010; IBGE, 2012; SEGPLAN-GO/IMB, 2012; ESTEVAM, 2000). De tal modo, que a lavoura e a produção da cana-de-açúcar têm se expandido significativamente no estado e conseqüentemente no Brasil, sendo este produto uma importante commodity agrícola da pauta de exportações brasileiras e que possibilitou, segundo dados da Única, que na safra de 2010/2011 o país representasse 50% das exportações mundiais de açúcar. De acordo com a Conab, e o 2º maior de etanol do país, de acordo com dados do MAPA (2011). Esta produção apresentou um crescimento significativo a partir de 2008 no Nordeste Goiano e na microrregião do entorno, onde ocorreu, a partir data supracitada, a instalação da Usina Alda Participações e Agropecuária S/A, sediada no município em de Vila Boa- Goiás, este pertencente à Região de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal e Entorno (RIDE), apresentado uma população estimada em 4.735 mil habitantes, com uma dimensão territorial de 1.060,172 km² (IBGE, 2012). Deste Modo, se faz relevante alguns questionamentos. Qual a lógica política e econômica que proporcionam a inserção da usina Alda part. e Agropecuária S/A, no município de Vila Boa-Go? Quais as transformações ocorridas no município após a inserção da usina? Diante deste questionamento o estudo de Vila Boa - GO se torna imprescindível para compreendermos como se deu uso do território a partir da inserção da usina sucroenergética, uma vez que o fator econômico no município se desponta com maior elevação, mas no que tange ao social apresenta transformações vagarosas, o que nos leva a ter que interpretar os sentidos dessas políticas no ordenamento territorial via agronegócio para poder identificar os eventuais problemas existentes, para que possamos compreender e dar subsídio a futuros planejamentos. Tentou-se, então, compreender a problemática proposta utilizando-se do recorte regional. Entende-se a relevância dessa temática, considerando a importância de continuar este estudo a outros municípios e regiões de Goiás, sobretudo, neste momento de expansão sucroenergética para a porção nordeste do Estado, já que cada lugar possui sua própria dinâmica e conseqüentemente diferentes impactos poderão surgir.

Palavras-Chaves: Ordenamento Territorial; Agronegócio; Economia; Política Pública; Cana-de-açúcar.

ABSTRACT

The Goiás territory from the 1980s becomes the focus of major changes related to economic development with a significant increase in its Gross Domestic Product (GPD) (SEGPLAN-GO/IMB, 2012). Part of these elevations is made as a result of agricultural modernization and insertion of large agro-industrial in Goiás territory, with the diversification of other activities afforded by the tax incentive policies and plans of governmental actions (ARRIEL, 2010; IBGE, 2012; SEGPLAN-GO/IMB, 2012; ESTEVAM, 2000). Insomuch that farming and the production of sugarcane has significantly expanded in the stat and consequently in Brazil, and this product been an important agricultural commodity in the Brazilian list of export And made possible , according to data, that the farming of 2010/2011 the country represented 50% of world sugar exportations. According with Conab, is the 2 largest in ethanol in the country, according MAPA data (2011). This production had a significant increase from 2008 in the Goiás northeast and the surrounding micro-region. Which occurred in abovementioned date, the installation of the Plant Alda Participações e Agropecuária S/A, based in the City of Vila Boa – Goiás, this belongs to the integrated development region Distrito Federal and surroundings (RIDE) it showed an estimated population of 4.735 inhabitants, with a territorial dimension of 1.060,172 km² (ibge,2012). This mode is relevant make some questions. What is the political and economical logic that provide the insertion of the Plant Alda Participações e Agropecuária S/A, in the city of Vila Boa-GO? Which transformations occurred in the city after the insertion of the plant? Against this questionings the Vila Boa-Go study, become essential to understand how is used the territory from the insertion of the sugar plant. Once the city economical factor emerges with higher elevation, but when it comes to social features it present slow transformation, which lead us to interpret the meaning of these land planning policies via agribusiness in order to identify problems. For we can understand and give subsidy to future planning. The tried to understand the problematic proposal using the regional cut. It is understand the relevance of the theme, considering the importance of the continuing this study to other cities and Goiás regions, specially in this moment of sugarcane energy expansion to the northeast portion of the state, since each place has it own dynamics and consequently different impacts may arise.

Key Words: Spatial Planning; Agribusiness; Economy; Politics Public; Sugar cane.

RESUMEN

El territorio de Goiás de la década de 1980 se convierte en el foco de cambios importantes relacionados con el desarrollo económico con un aumento significativo en su producto interno bruto (GPD) (SEGPLAN-GOIMB, 2012). Parte de estas elevaciones está formada como resultado de la modernización agrícola y la inserción de grandes agroindustriales en territorio de Goiás, con la diversificación de otras actividades por las políticas de incentivos fiscales y planes de acciones gubernamentales (ARRIEL, 2010; IBGE, 2012; SEGPLAN-GOIMB, 2012; ESTEVAM, 2000). Al grado que la agricultura y la producción de caña de azúcar se ha expandido significativamente en las estadísticas y, en consecuencia, en Brasil y este producto sido una mercancía agrícola importante en la lista brasileña de exportación e hizo posible, según los datos, que el cultivo de 2010-2011 el país representado las exportaciones de azúcar de 50 del mundo. Según Conab, es el más grande de etanol en el país, según datos MAPA (2011) 2. Esta producción tuvo un incremento significativo de 2008 en el Goiás al noreste y la región micro circundante. Que ocurrió en la citada fecha, la instalación de la planta Alda Participações e agropecuaria SA, basada en la ciudad de Vila Boa – Goiás, esto pertenece a la región de desarrollo integral Distrito Federal y alrededores (paseo) demostró una población estimada de 4,735 habitantes, con una dimensión territorial de 1.060,172 km² (ibge, 2012). Este modo es relevante hacer algunas preguntas. ¿Cuál es la lógica política y económica que proporcione la inserción de la planta Alda Participações e agropecuaria SA, en el ciudad de Vila Boa-GO? ¿Que las transformaciones se produjeron en la ciudad después de la inserción de la planta? Contra este questionings del estudio Vila Boa-Go, se convierten en esenciales para entender cómo es utilizado el territorio de la inserción de la planta de azúcar. Una vez que el factor económico de la ciudad emerge con mayor elevación, pero cuando se trata de características sociales presentan lenta transformación, que nos llevan a interpretar el significado de estas políticas a través de agronegocios planeación para identificar problemas. Podemos entender y dar subsidios para la planificación futura. Intentado comprender la problemática propuesta usando el corte regional. Es comprender la relevancia del tema, teniendo en cuenta la importancia de continuar este estudio a otras ciudades y regiones de Goiás, especialmente en este momento de expansión de energía de caña de azúcar a la porción noreste del estado, ya que cada lugar cuenta la propia dinámica y en consecuencia diferentes impactos pueden surgir.

Palabras Clave: Ordenación del territorio; Agronegocios; Economía; Política Pública; Caña de azúcar.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01: Fluxograma Explicativo De Instalação De Uma Fábrica	35
FIGURA 02: Fluxograma de Modernização da Agricultura	40
FIGURA 03: Fundos Constitucionais de Financiamento	58
FIGURA 04: O ciclo de entradas e saídas dos recursos dos Fundos Constitucionais.....	59
FIGURA 05: Produção de cana-de-açúcar em Goiás (2000)	67
FIGURA 06: Produção de cana-de-açúcar em Goiás (2010)	69
FIGURA 07: Localização Do Município De Vila Boa-Go - 2012.....	76
FIGURA 08: População do Município de Vila Boa - GO - 2000 a 2010.....	78
FIGURA 09: População Censitária do Município de Vila Boa – GO -2000 a 2010.....	78
FIGURA10: Densidade Demográfica (Hab/km ²) Vila Boa - GO entre anos 1996 a 2010	79
FIGURA11: Pirâmide etária - Vila Boa – GO - Distribuição por Sexo, segundo os grupos de idade, 1991	80
FIGURA12: Pirâmide etária - Vila Boa – GO - Distribuição por Sexo, segundo os grupos de idade, 2000.....	80
FIGURA13: Pirâmide etária - Vila Boa – GO - Distribuição por Sexo, segundo os grupos de idade, 2010.....	81
FIGURA14: Índice de Desenvolvimento Humano do Município de Vila Boa – GO - 1991; 2000; 2010.....	83
FIGURA15: Fluxo Escolar Por Faixa Etária- Vila Boa/ Goiás – 1991, 2000 e 2010.....	84
FIGURA16: Fluxo Escolar Por Faixa Etária- Vila Boa/ Goiás/ Brasil - 2010.....	85
FIGURA17: Produto Interno Bruto a preços correntes, Valor Adicionado (VA) por, população e PIB per capita, município Vila Boa - Goiás - 2000 (R\$ mil).....	86
FIGURA18: Produto Interno Bruto a preços correntes, Valor Adicionado (VA) por setor, população e PIB per capita, município Vila Boa - Goiás - 2002 (R\$ mil).....	86
FIGURA19: Produto Interno Bruto a preços correntes, Valor Adicionado (VA) por setor, população e PIB per capita, município Vila Boa - Goiás - 2010 (R\$ mil).....	87
FIGURA20: Legislatura Assembleia do Estado de Goiás - 2007 a 2011.....	90
FIGURA 21: Produção Sucroenergético em Vila Boa-Go – 2010/2011.....	91
FIGURA22: Zoneamento Agroecológico da Cana-De-Açúcar em Goiás – 2000.	92
FIGURA23: Vista Panorâmica da Usina Alda Participações e Agropecuária S.A /Vila Boa-Go	93
FIGURA24: Produção de Cana-de-açúcar Vila Boa – GO e Demais Municípios de 2000 a 2011..	95
FIGURA25: Crescimento do salário médio de Vila Boa - Goiás de 2006 a 2010.	97
FIGURA26: Utilização de Terras por Numero de Estabelecimentos do Município de Vila Boa – GO -2006.....	99

FIGURA27: Utilização de terras para lavouras Permanentes e Temporárias (Área / ha) do Município de Vila Boa – GO -2006.	99
FIGURA28: Vista Panorâmica da plantação de Cana- de Açúcar, irrigada Usina Alda Participações e Agropecuária S.A /Vila Boa-Go.....	100
FIGURA29: Uso do solo no raio das usinas cadastradas no mapa (2009) e o uso registrado o PROBIO (2002).....	102
FIGURA30: Produção de cana-de-açúcar por município - Goiás -2009.....	104
FIGURA31: Comparativo de Produção de Cana-De-Açúcar - Safras 10/11 e 11/12	105
FIGURA32: Comparativo de Produtividade da Cana-De-Açúcar - Safras 10/11 e11/12.....	106
FIGURA33: Circuitos Fechado de Produção de Etanol e Açúcar.....	107
FIGURA34: Esquema do ciclo de cogeração a vapor utilizado na usina sucroalcooleira	109
FIGURA35: Derramamento de Vinhaça no Rio Canabrava – 2012	111
FIGURA36: Croqui da Região da Reserva da Biosfera Goyaz, 2000.....	113

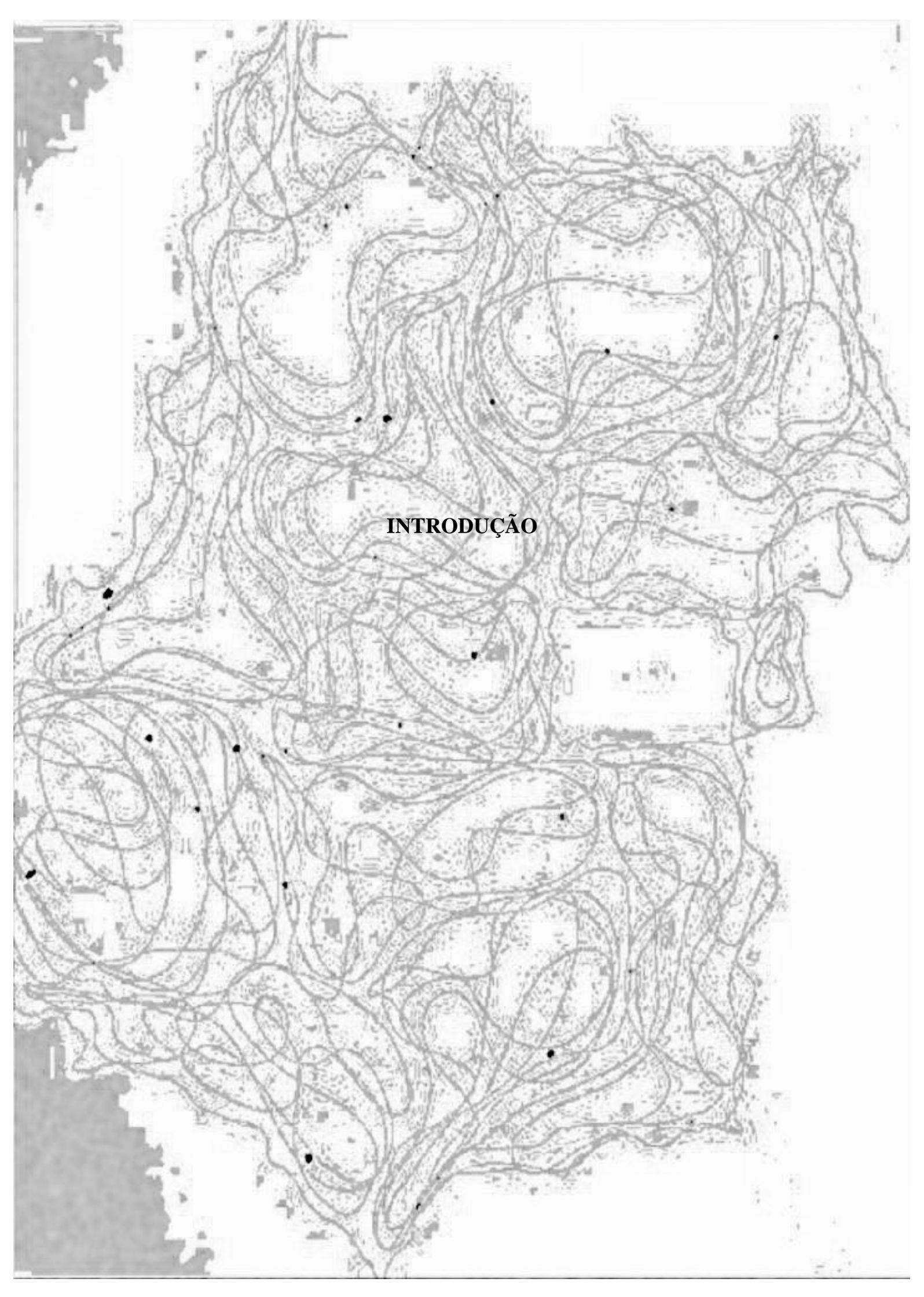
LISTA DE TABELAS

TABELA 01: Arrecadação de ICMS - Estado de Goiás - Segundo Municípios Produtores de Álcool e Açúcar (R\$ mil) 2006 a 2011	96
TABELA 02: Geração de Emprego Formal em municípios Goianos com usinas de 2006 a 2010	98

SUMÁRIO

RESUMO.....	08
ABSTRACT	09
RESUMEN	10
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	11
LISTA DE TABELAS.....	12
INTRODUÇÃO	15
1- CAPÍTULO I – BALIZANDO CONCEITOS: TERRITÓRIO, IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS E AGROINDÚSTRIA.....	21
1.1- O CONCEITO DE TERRITÓRIO NA CIÊNCIA NATURAL E SUA IMPORTÂNCIA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS	24
1.2-AS DIFERENTES CONCEPÇÕES E CONCEITUAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE TERRITÓRIO	27
1.3- IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS, AGROINDÚSTRIA E EXPANSÃO DA FRONTEIRA: UMA BREVE PROVOCAÇÃO.....	36
1.4-AS DIFERENTES CONCEPÇÕES E CONCEITUAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE TERRITÓRIO	39
2- CAPÍTULO II - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ATIVIDADE AGROPECUÁRIA NO CERRADO E NO ESTADO DE GOIÁS E SEUS EFEITOS NA PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR E INSTALAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS DO SETOR SUCROENERGÉTICO.....	49
2.1-BREVE CONCEITUAÇÃO DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO.....	50
2.2- PLANOS DE DESENVOLVIMENTO GOVERNAMENTAIS PARA A REGIÃO CENTRO-OESTE E SEUS REFLEXOS NO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO PARA A TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR SUCROENERGETICO NO CERRADO DE GOIÁS	54
2.3- VILA BOA (GO) O MUNICÍPIO INVENTADO NUM TERRITÓRIO ALIENADO E DESIGUAL: UM DOS EFEITOS DA INSTALAÇÃO DA USINA ALDA PARTICIPAÇÕES E AGROPECUÁRIA S/A	74
3- CAPÍTULO III – AS NOVAS TERRITORIALIDADES NAS “AGROCIDADES” DO NORDESTE GOIANO: VILA BOA-GOIÁS UM PONTO FORA DA CURVA, DELIMITAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO	88

3.1- INFLUÊNCIAS INDIRETAS NO DESMEMBRAMENTO TERRITORIAL MUNICIPAL.....	89
3.2 - IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS DA TERRITORIALIZAÇÃO DA USINA ALDA PARTICIPAÇÕES E AGROPECUÁRIA S/A NO MUNICÍPIO DE VILA BOA-GO.....	94
3.2.1- IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS NO CAMPO LOCAL E MICRORREGIONAL.....	94
3.2.2- IMPACTOS NO MUNDO DO TRABALHO: GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO, MIGRAÇÃO E PRECARIZAÇÃO	96
3.2.3- IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS: DESTRUIÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA, POLUIÇÃO E DRENAGEM DE RECURSOS NATURAIS	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	122



INTRODUÇÃO

O território Goiano a partir da década de 1980 torna-se foco de grandes transformações relacionadas aos fatores econômicos e ao desenvolvimento regional. Apresenta, no referido período, uma elevação significativa em seu Produto Interno Bruto (PIB) e, conseqüentemente, uma maior participação nas riquezas geradas no país (SEGPLAN-GO/IMB, 2012). Parte dessas elevações se faz em decorrência da modernização da agricultura e da inserção de grandes complexos agroindustriais em seu território. Ocorre também a diversificação de outras atividades industriais de bens de serviços, propiciada pelas políticas de incentivos fiscais e pelos planos de ação governamentais (ARRIEL, 2010; IBGE, 2012; SEGPLAN-GO/IMB, 2012; ESTEVAM, 2000).

Em Goiás, pode-se constatar que o marco de expansão da cana-de-açúcar e, conseqüentemente, da instalação de agroindústrias sucroalcooleiras datam do ano de 2006. Esse movimento expansionista é responsável pela instalação de agroindústrias sucroalcooleiras e energéticas, primeiramente, nas microrregiões do Sul Goiano, Meia Ponte, Centro Goiano, microrregião de Ceres e, posteriormente, em direção à microrregião do Entorno do Distrito Federal e o Nordeste Goiano.

Ao pensarmos a retórica do processo de expansão do setor sucroalcooleiro no Brasil e em Goiás, constatamos que o país vem sendo alvo de incrementos desde 2005. Corresponde às áreas plantadas com cana-de-açúcar, intermediado pelo desenvolvimento de Políticas Federais e estaduais, aumento do número de implementações e instalações de novas usinas. O estado de Goiás, por sua vez, se inseriu nesta curva de ascendência por apresentar atrativos relevantes para o setor: terras mais baratas; infraestrutura implantada; vantagens locacionais, posição geográfica estratégica.

Em Goiás a inserção do setor sucroalcooleiro embasa-se no discurso de geração de emprego, desenvolvimento econômico e melhoria na renda dos municípios. Entretanto observa-se que a renda pode vir a ser mascarada pelo monopólio econômico do capital pertencente aos grandes complexos de redes agroindustriais. Essa realidade que se estende até os dias atuais é fruto da modernização e industrialização da agricultura iniciada na década de 1970. (ÚNICA, 2007; FERREIRA, 2010; ESTEVAM, 2007).

No arcabouço desses planos de ações governamentais, nas esferas estaduais e federais surgem várias políticas de incentivo. Entre estas se destacam as que

influenciaram o ordenamento do estado tendo como medidas iniciais a implementação do Fundo de Fomento a Industrialização do Estado de Goiás – Fomentar (1984), posteriormente substituído pelo Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás – Produzir (PASCHOAL, 2009).

As influências dos incentivos fiscais estavam presentes em outros planos de desenvolvimento, como no Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO – 1975), no Programa de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília- 1979; no Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER, 1985). Neste período marcado pelas políticas de incentivos foi criado e organizado o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO). Estas políticas e planos de ações primavam pela busca de novas atividades e investimentos em outros segmentos da indústria que possibilitassem uma maior dinamização da economia goiana. (PIRES e RAMOS, 2009; SEGPLAN-GO/IMB, 2012; ARRANTES e BASTOS, 2004).

O desenvolvimento da expansão agrícola, da modernização da agropecuária e dos complexos agroindustriais, proporcionou ao Centro-Oeste um maior dinamismo, recriando as contradições sociais, reorganizando a atividade do trabalho e gerando, numa mesma lógica, impactos socioambientais. Assim, no logro do que se apresenta, denomina-se “impactos socioambientais” um conjunto de efeitos que emergem no território por meio do incremento das atividades aludidas. Esses impactos agem tanto na vida dos sujeitos dos lugares como do ambiente em que as atividades se territorializam. Podem ser positivos, levando em consideração, por exemplo, as cifras econômicas e negativos à medida que penetram o tecido social mediante o alargamento da concentração de renda e da desigualdade social criando e/ou intensificando problemas ambientais que tangem à água, ao solo, ao ar e outros componentes naturais, (CHAVEIRO, 2010; CASTRO, 2007).

Segundo os dados do censo 2010, Goiás apresenta, no cenário nacional, um valor adicionado em relação à agropecuária de 7,0 %. Sendo a unidade da Federação que apresentou maior crescimento no setor agropecuário na região Centro-Oeste. Destaca-se de Estados como o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul com um valor adicionado de cerca de 40%. Já na escala regional o setor agropecuário apresentou um valor adicionado 14,1%, no PIB do estado.

Embora seja uma participação pequena em relação a outros segmentos, este setor é de fundamental importância para economia e o desenvolvimento do Estado. Isso porque aglomera outras atividades fortes, como a cadeia produtiva de Carnes, Leite, Soja e o Setor Sucroenergético. (IBGE, 2012; SEGPLAN-GO/IMB, 2012; SILVA e MIZIARA, 2011).

A consolidação e modernização crescente do setor sucroenergético nos últimos anos tem impulsionado a expansão das áreas de cultivo da cana-de-açúcar no Estado; abarcando diversas microrregiões e intensificando a instalação de várias destilarias no território goiano. Segundo os dados da SEGPLAN-GO/IMB, no ano de 2012, Goiás contava com 34 Usinas em operação, 03 em suspensão temporária, 04 em processo de implantação e 10 prováveis novas instalações.

Por conseguinte, a produção de cana-de-açúcar em Goiás em 2011 chegou a 55,1 milhões de toneladas colocando o estado na 4ª posição em relação à produção nacional. Além de ter uma produção de Etanol, estimada em 2,77 bilhões de litros, sendo o segundo produtor nacional (IBGE, 2012; SEGPLAN-GO/IMB – 2010-2011). Percebe-se um fortalecimento do setor e a consequente inserção de alguns municípios goianos na rota do agronegócio em Goiás e no país. Destacamos a cidade de Vila Boa – GO, na qual opera a usina Alda part. e Agropecuária S/A.

Diante dessa exposição, é relevante fazer alguns questionamentos: lógica política e econômica que proporcionaram a inserção da usina Alda part. e Agropecuária S/A, no município de Vila Boa-Go? Os impactos de ordem socioeconômica e ambiental nas paisagens da Microrregião do Entorno, provocaram transformações no município?

O estudo do município de Vila Boa- GO torna-se imprescindível para compreendermos o processo de implantação da usina Alda Participações e Agropecuária S/A e os impactos socioeconômicos e ambientais, provocados pela territorialização da usina sucroenergética, no município de Vila Boa – GO.

Esclarece-se que o município está localizado na Microrregião do Entorno do Distrito Federal conforme o planejamento governamental do Estado. Apresenta uma população estimada em 5.371 mil habitantes (IBGE,2014), tendo uma dimensão territorial de 1.060,172 km².

Vila Boa – GO foi elevado à categoria de município, pela lei Estadual nº 11.707 de 29 de abril de 1992, desmembrando-se decisivamente do município de Formosa-GO. De acordo com os dados (SEGPLAN-GO-IMB,2012), a municipalidade recebe a

instalação da usina Alda part. e Agropecuária S/A em 2009. Porém, constata-se que a partir dos anos de 2008 o município passa a ter uma crescente elevação na produção de cana-de-açúcar e, conseqüentemente, uma maior ascensão do seu produto interno bruto. (IBGE. 2012). Tal fato, certamente, tornou Vila Boa – GO um atrativo para a implantação da referida indústria.

Na visão de André Fischer, o ordenamento territorial “supõe a existência de um projeto social que comporta os objetivos coletivos, o que implica na busca de um equilíbrio entre os imperativos econômicos e as necessidades sociais” (FISCHER, 2008 p. 79). Quando analisamos a situação do município de Vila Boa, percebemos uma clara distinção, entre os avanços nas variáveis econômicas e a lentidão nas transformações de variáveis indicativas de desenvolvimento social.

Pretende-se apreender as estratégias territoriais da usina na definição do município em questão para exercer as suas atividades econômicas; interpretar o campo da logística espacial da localização do município na Microrregião do Entorno do Distrito Federal como um fator da estratégia territorial da empresa, analisar a ocorrência de impactos socioambientais da usina nos municípios que pertencem a reserva da Biosfera Goyaz; os efeitos no mundo do trabalho, na economia local, para que possamos identificar eventuais problemas existentes.

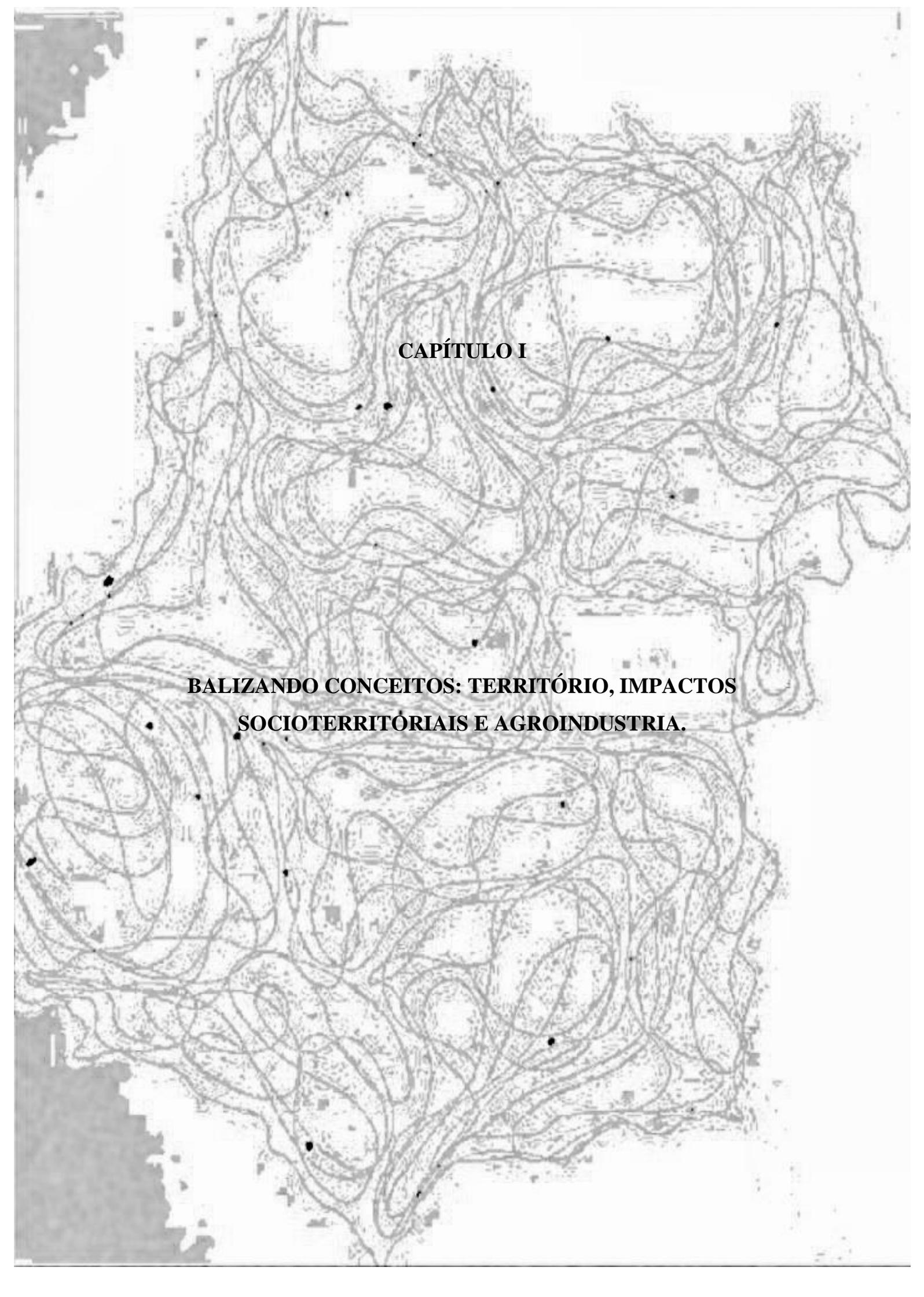
Para tanto, foram necessários os seguintes procedimentos metodológicos: 1- revisão bibliográfica sobre a temática da pesquisa, enfocando em agroindústrias e complexos agroindustriais, território, impactos e ordenamento territorial. 2- levantamentos de dados de produção, produtividade, área plantada de cana no município de Vila Boa – Goiás e nos municípios adjacentes que pertence a reserva da Biosfera Goyaz, das décadas de 2000 a 2012, junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Mauro Borges: de estatísticas e estudos socioeconômicos (IMB/SEPLAN), Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação (SEPIN), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 3- Visita a campo com observação direta e indireta, buscando verificar as transformações no mundo do trabalho, o funcionamento do circuito produtivo, transformações e impactos ambientais e socioeconômicas, esses impactos foram constatados através do referencial teórico e das visitas a campo (a usina, ao sindicato dos trabalhadores rurais Formosa-GO e prefeitura de Vila Boa-GO), onde foi possível por meio de diálogos e perguntas e respostas livres, conhecer os impactos relevantes relacionados à atividade sucroenergética na região.

É importante destacar que foram realizadas visitas ao sindicato rural, à secretaria municipal de meio ambiente, à prefeitura municipal de Formosa e Vila Boa e à sede da empresa. 4- Sistematização, organização e análise dos dados e informações levantadas e coletas. 5- redação final da dissertação.

Dessa forma, a presente dissertação será apresentada por meio de três capítulos: O primeiro capítulo apresenta uma revisão teórico-conceitual de território, numa perspectiva econômica. Baseando-se nos seguintes autores: Santos (2002,2004); Saquet (2003, 2004, 2007); Haesbaert (2004); Fischer (2008); Bonnemaïson (1981); Gottmann (1973); Gomes (1996,1991); Moraes (1990, 2000); Porto-Gonçalves (2006); Raffestin (1993), Souza (1995). Concluindo-se com as noções de impactos socioambientais e de impactos socioterritoriais onde optamos pela conceituação de Fernandes e Leal (2000; 2002) e uma breve conceituação sobre agroindústria e expansão da fronteira agrícola e as principais políticas públicas espaciais para o campo goiano.

O segundo capítulo apresenta uma sistematização dos processos históricos de modernização da agricultura e inserção dos complexos agroindustriais no estado de Goiás; os planos de incentivos Governamentais para a modernização da região Centro-Oeste e os da verticalização dos capitais financeiros. O atual modelo produtivo do agronegócio. É, por fim, o terceiro capítulo, busca apresentar os principais impactos socioterritoriais relacionados a inserção da Usina Alda Participações e Agropecuária S/A, no município de Vila Boa, por intermédio do complexo sucroenergético da Companhia Brasileira de Biocombustível, encontrados na localidade.

Os impactos se referem principalmente: a degradação ambiental da bacia hidrográfica do Rio Canabrava, da reserva da Biosfera Goyaz e o ordenamento do território em decorrência do complexo.

A detailed topographic map of a region, likely in Brazil, showing a complex network of contour lines, rivers, and roads. The map is oriented vertically and serves as the background for the text.

CAPÍTULO I

**BALIZANDO CONCEITOS: TERRITÓRIO, IMPACTOS
SOCIOTERRITÓRIAIS E AGROINDÚSTRIA.**

Vivenciamos um momento de grande expressividade nas ciências geográficas no que tange a complexidade inerente à dinâmica sócioespacial e territorial. Analisar, revisar, articular e elucidar os elementos teóricos e metodológicos abordados nas pesquisas se tornam ações de grande relevância. Porém, não significa dizer que em outros momentos essa preocupação reflexiva não era vigente.

Deste modo, este é o momento de acessão da estrutura e das conjunturas, bem como dos conceitos que motivam aspectos do pensamento geográfico. Há a intencionalidade de contemplar os procedimentos e aspectos do movimento real onde os conceitos e as teorias exemplifiquem a dinâmica vigente.

Deste modo, neste capítulo fizemos uma revisão sobre as diferentes conceituações de território apoiando-nos em uma perspectiva econômica embasada em autores alhures mencionados. Realizamos uma breve discussão dos impactos socioterritoriais. Para tanto foram de grande relevância as contribuições teóricas de Fernandes e Leal (2000; 2002). A respeito da conceituação de agroindústria usamos Borges (2006) e Marafon (1998; 2012).

Com o desenvolvimento do pensamento científico e o desabrochar das dinâmicas sociais, o território é apropriado e ressignificado para além da ciência natural. Passa a ser uma categoria fundamental para aqueles que se dedicam ao estudo das transformações e produções no espaço. Para tanto, muitas destas transformações e adaptações sobre o conceito são subsidiadas pelas intencionalidades dos sujeitos. Revelam a importância que o conceito tem adquirido nas ciências humanas, econômicas e sociais. Entre elas se destaca a ciência geográfica.

As diversas leituras sobre o conceito de território, a epistemologia da geografia e do pensamento geográfico dão-nos a perceber que o conceito renasce depois de apontado nas reflexões teóricas de Friedrich Ratzel. A contemplação do movimento, as contradições, as relações de poder, as identidades, as redes de circulação, a comunicação, entre outras estão aí contempladas. Acrescido a esses elementos encontra-se o fator econômico.

Entretanto, devemos salientar que este se apresenta interligado à dinâmica de rentabilidade e acelerados em resultados. Já o social, apresenta menor dinamicidade demonstrando uma lentidão em relação ao proveito de base material. Portanto quando analisamos as influências do ordenamento nos territórios, na dinâmica dos complexos percebemos que estes estão em situações contraditórias ou apresentam conflitos.

As transformações pautadas nos fatores econômicos são mais facilmente perceptíveis. Em Vila Boa-GO, a instalação da usina Alda part. e Agropecuária S/A altera consideravelmente as relações econômicas e sociais aí estabelecidas. A inserção e territorialização dos grandes investimentos do complexo industrial, agroindustrial ou sucroenergético transforma a dinâmica sócioespacial e territorial. Varia de empreendimento para empreendimento, ou seja, em maior escala de impacto¹ ou menor escala decorrente das condições locais e dos tipos de empreendimento (DIGNINO & CARPI JÚNIOR, 2007).

Este processo de inserção de técnicas na estrutura produtiva do campo² ficou conhecido como “modernização da agricultura” sendo que as agroindústrias e complexos estão inseridos nesta dinâmica. Provocando transformações significativas na forma de produzir. Transformações estas que estão ligadas à tecnificação, conectadas ao movimento de mudanças em nível econômico, social e territorial. (MARAFON, 1988; BORGES, 2006). De acordo, com as menções reflexivas supracitadas adentraremos à dimensão complexa na qual encontra-se envolto o conceito de território.

¹Salientamos que a utilização do termo “impacto” está condicionada, no senso comum, a algo que nos transmite a ideia de colisão, mudança brusca provocada por atores que desencadeiam as transformações em um determinado espaço/território. Sendo este conceito muito utilizado nas ciências sociais, geográficas e ambientais, onde o termo se reporta à perspectiva de impactos ambientais, econômicos e sociais. Costumeiramente interligado às avaliações e consequências antecipadas de projetos, de análise de custos e benefícios. O processo de impacto altera a estrutura físico social de um determinado espaço e, conseqüentemente impacta sua dinâmica territorial. Assim a conceituação de impactos sócioterritoriais, advém das mudanças provocadas por um agente ou fator social, que se territorializam em um determinado lugar reconfigurando e ordenando de modo significativo a sua própria dinâmica. Quando destacamos este conceito, pretendemos analisar as transformações socioterritoriais, procurando entender os elementos, e atores que ordenam e reordenam o território no cenário agrário, sendo o termo impacto - como “força que força a transformação” (FERNANDES; LEAL, 2002, p. 7).

² A transformação do setor agropecuário (agribusiness, filière, agroindústria, complexo agroindustrial) foi analisada por vários pesquisadores. Sendo constatado na ampla literatura existente sobre esta temática. Segundo Borges, (2006) “Atualmente, a ciência e a tecnologia permitem que aspectos antes determinantes da produção agrícola, tais como: tipos de solos, condições climáticas, ciclo de produção animal e outros, sejam alterados e induzidos pelas descobertas científicas e tecnológicas. Isto impõe um novo ritmo de produzir” (BORGES, 2006, p.7).

1.1 - O CONCEITO DE TERRITÓRIO NA CIÊNCIA NATURAL E SUA IMPORTANCIA PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS.

A conceituação de território surge inicialmente vinculada às ciências naturais (Etologia/ Ecologia), mas sua amplitude transcende as concepções naturais passando a influenciar outras ciências. Neste bojo emergem diversas compreensões teóricas a respeito do conceito³. Ao analisar a epistemologia da palavra território chegamos a seguinte definição do Dicionário etimológico, (nova fronteira da língua portuguesa), o qual nos apresenta a seguinte definição "território se origina do latim *territorium* e da palavra terra" (CUNHA, A. G, 1996).

Assim o “território” se tornou um conceito científico a partir da conceituação da Etologia, onde se estabeleceu a primeira definição de territorialidade: “a conduta característica adotada por um organismo para tomar posse de um território e o defender contra os membros da própria espécie” (HOWARD, 1920; apud BONNEMAISON, 1981, p.253).

Portanto, podemos afirmar que o território, nessa concepção fundadora, está intensamente ligado às questões de sobrevivências e às necessidades básicas das múltiplas espécies que se aglutinam ao ecossistema. Ao disputarem este território pela sobrevivência, estas se interagem entre os pares e com o meio físico executando uma função que é a constituição do próprio ecossistema. Sendo que nessa concepção sistêmica⁴, pelo fato que cada indivíduo ou espécie desenvolve uma função determinante ao território, este contexto subsidia a conceituação de nicho ecológico que se define:

Inclui não apenas o espaço físico ocupado por um organismo, mas também seu papel funcional na comunidade (como, por exemplo, sua posição na cadeia trófica) e sua posição nos gradientes ambientais de temperatura, umidade, pH, Solo e outras condições de existência....O nicho ecológico de um organismo depende não só de onde vive, mas

³ Como por exemplo, nas Ciências Sociais, Antropologia; Ciência Política e na Geografia.

⁴ Segundo Tricart, J (1997), “sistema é” o conjunto de fenômenos que se processam mediante fluxos de matéria e energia. Esses fluxos originam relações de dependência mútua entre os fenômenos. Como consequência, o sistema apresenta propriedades que lhe são inerentes e diferem da soma das propriedades dos seus componentes. “Uma delas é ter dinâmica própria, específica do sistema”. MENDONÇA. F. Geografia Socioambiental, org. Terra Livre, São Paulo, nº 16, p 1-223, 1º Semestre; 2001.

também do que faz (como transforma energia, como se comporta e reage ao meio físico e biótico e como o transforma) e de como é coagitado por outras espécies (ODU, p. 142. 1972).

Entretanto o território para a etologia é “espaço definido por todo animal confrontando com a necessidade de se proteger” (DIO MÉO, 1998, p.42 apud HAESBAERT, 2004, p. 45). Porém, ao ser pensado no prisma das abordagens sociais, o mesmo assume uma conceituação distinta, em algumas perspectivas, como nos define Maurice Godelier:

Território uma porção da natureza e, portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou a uma parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle de uso com respeito à totalidade ou aparte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar. (GOLDELIER, 1984; p. 112 apud HAESBAERT, 2004, p. 56).

Na concepção supracitada percebemos claramente a vinculação do conceito de território aos fatores naturais, entretanto a constituição e formação de territórios pressupõem sempre um processo de desagregação dos espaços, pois os seres necessitam demarcar seus espaços/território para assegurarem a existência (GOTTMANN, 1973).

O aglutinar das relações territoriais nos revela as interfaces do espaço, seus valores não apenas materiais, mas subjetivos. Nessa interação constata-se a existência de um território não apenas uno, mas tridimensional. Nesse sentido nos afirma a definição do dicionário de geografia de Roger Brunet onde “O território diz respeito à projeção sobre um espaço determinado, de estruturas específicas, de um grupo humano, que inclui a maneira de repartição e, gestão do ordenamento desse espaço” (BRUNET et al., 1992, p. 436 apud CLAVAL, 2013; p.125).

Portanto, o conceito de território nas ciências humanas e sociais se transforma de acordo as vertentes do conhecimento. Na Ciência Política está imbricado na formação e atuação do poder estatal. Na Antropologia o conceito de território é associado aos estudos de comunidades tradicionais. Já na Geografia, o mesmo é aplicado nos estudos dos fenômenos sociais, ambientais, culturais e simbólicos.

As ciências modernas trazem consigo o rigor da busca dos procedimentos (verdades/explicação,) dos fenômenos e dos fatos. Sejam estes fatos filosóficos ou científicos. Assim, o primeiro se constitui através dos princípios norteadores da estrutura filosófica, seus aparatos de leis, categorias universais que conduzem a reflexão sobre as práticas e ações. Já o segundo se apóia na estruturação científica. Orientado por um sistema ordenador do conhecimento composto por um tripé entre conhecimentos empíricos (obtenção e sistematização), métodos e princípios teóricos. Conforme destaca Paulo César da Costa Gomes:

A ciência como um campo de conhecimentos teóricos, sendo as leis científicas o núcleo científico do sistema teórico. A partir do exame analítico dos fatos da natureza e da sociedade, tomados em conjunto de forma objetiva, o interessado na busca do saber científico (pesquisador, cientista social, etc.) procurará conhecer as ações das leis que regem os fenômenos contidos nos fatos e deverá agrupá-los num sistema ordenado. (GOMES, 1991, p.85).

De tal modo, as leis científicas demonstram em grande parte as interações entre os fenômenos que dão subsídios às estruturas sistêmicas e na perspectiva geográfica equivale ao “fato geográfico”. Assim, os geógrafos se dedicaram e se dedicam ao estudo e análise das realidades do mundo e das transformações da natureza e da sociedade que se refletem na “totalidade”. As aglutinações destas leis com as demais possibilitam a percepção e compreensão do todo resultante das particularidades analisadas (SAQUET, 2007).

A Geografia Clássica se pauta nos princípios geográficos. Leva em consideração os fatores combinatórios de tal forma que o conhecimento geográfico se constrói de forma crescente. Os princípios que nortearam a Geografia Clássica consistem no Princípio da Extensão, Princípio da Analogia ou Geografia Geral, Princípio da Casualidade; Princípio da Atividade. Estes foram os pilares de sustentação da Ciência Geográfica⁵. As grandes escolas protagonistas do saber científico para o pensamento geográfico clássico foram às

⁵Para melhor entendermos as contribuições destes teóricos na corrente do pensamento geográfico e conseqüentemente nos princípios norteadores das principais categorias de análise e seus conceitos sugerimos a leitura de Gomes, Horieste (1991, p. 95). Na referida obra o autor nos apresenta uma sistematização das ciências e do saber geográfico.

escolas alemãs e francesas. Estas, propiciaram grandes formalizações e definições de princípios de estudos e objetos para a Geografia.

1.2- AS DIFERENTES CONCEPÇÕES E CONCEITUAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE TERRITÓRIO

Em meados do século XIX, momento em que Alemanha passava por vários processos de transformação, emerge uma das grandes correntes teóricas da geografia, tendo com fundador Friedrich Ratzel de acordo com as palavras de Antônio Carlos Robert Morais “A geografia de Ratzel foi um dos instrumentos poderosos de legitimação dos desígnios expansionistas do estado Alemão” (MORAES, 1990; p.67). Sendo que para a teoria Ratzelina a existência de uma sociedade esta atrelada ao território. Em outras palavras, a perda das dimensões territoriais representava o fim/ruína de uma sociedade. O significa que, para uma sociedade se desenvolver, progredir ela necessitará de conquistar novas porções territoriais.

Neste sentido o seu estudo esteve pautado na relação entre o “O Poder e Terra”, ou seja, em outras palavras a concepção de território, (RATZEL, 1990). Na concepção de Ratzel, o território se apresenta em duas perspectivas. Sendo a primeira vinculada à busca por novas porções territoriais (Terra) e a outra mais reflexiva sobre o que vem a ser território. Entretanto vale ressaltarmos que “o território é a relação de poder entre o homem e seu desenvolvimento na terra”. Para tanto, em sua principal obra a “Antropogeografia” Ratzel, baseia-se nos procedimentos teóricos e filosóficos positivistas, “compreendendo-se a Antropogeografia com uma ciência comparada, por isso naturaliza o povo e o território ligando-o ao Estado-Nação” (SAQUET, 2007; p 64).

Nas contribuições teóricas de Gottmann (1952), o conceito de território, surge atrelado ao caráter político-administrativo para além do Estado-Nação. Entretanto, o conceito de território reaparece nas contribuições teóricas de Deleuze e Guattari (1972, 1976), para os quais o território é compreendido, a partir dos fluxos, das conexões, das codificações e decodificações, do poder e das articulações. Estes teóricos se dedicam, na compreensão do processo de reprodução do capital e sua relação como a lógica do desejo.

Outra contribuição importante, são as reflexões teóricas do conceito de território de Sack (1986). Este teórico compreende o território sob o prisma das relações políticas. Afirma que o território pode ser compreendido como uma área de fronteiras, que sofre as influências de pessoas, instituições umas sobre as outras. Neste sentido, a territorialidade se materializa como uma estratégia de dominação que ocorre através de algumas instituições. Estas detêm o poder dos recursos econômicos e dos indivíduos. A concepção teórica de Sack (1986) nos permite melhor compreensão das forças ordenadoras da dinâmica política e seus reflexos dominadores na estrutura territorial. Forças estas que determinam como fazer, onde fazer etc.

Partindo desta concepção e apoiando-se na concepção teórica de Claude Raffestin (1993) o qual postula que o território se forma a partir do espaço e o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível (1993, p.143). Afirma que quando um indivíduo se apropria de um espaço, sendo este concreto ou abstrato, logo se territorializa. Neste contexto, o espaço é, portanto, anterior, preexistente a qualquer ação. Para o autor o território só é formado a partir da ação do indivíduo no espaço. O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p.143-144).

Para tanto fica evidente que o território se apóia no espaço, mas este não é o espaço. Reproduz-se a partir do mesmo, segundo Claude Raffestin (1993), toda a construção da realidade é um organismo de poder. Ou seja, o território para este teórico é pensado a partir das relações de poder. Sendo que este é compreendido como um espaço transformado (modificado) pela ação do trabalho e consequentemente nos revela as relações de poder. Para o autor não há território sem a presença das relações de subordinação que expressam o domínio e poder.

Devemos ressaltar que outra contribuição importante deste teórico é o conceito de sistema territorial. Nele o autor concebe o referido sistema como sendo fruto das relações de poder exercidas pelo Estado, empresas e organizações. Dito de outra forma, são as relações diárias que constituem a política, a economia e a cultura. Neste sentido a reflexão do autor supracitado enfatiza o uso e a transformação dos recursos naturais como instrumentos de poder. Assim, o território configura-se a partir das relações presentes, no espaço, ou seja, em todo território ocorrerá o exercício do poder. Deste

modo o poder é uma categoria de extrema importância para compreender as dinâmicas do território.

Segundo Raffestin o território é constituído a partir de duas esferas sendo o poder com “P” maiúsculo e o poder com “p” minúsculo. Portanto o Poder com “P” maiúsculo constitui-se o grupo de instituições e de aparelhos que demanda uma unidade de dominação global (O Estado). Já o poder com “p” minúsculo corresponde às relações de poder instituídas pelas ações sociais de diversas formas e escalas. Assim, o poder está presente em todas as ações intrínsecas no espaço, sendo que estas constituem a formação e a consolidação do território (RAFFESTIN, 1993).

Ao considerarmos a categoria território na perspectiva de Milton Santos (2002) vemos que o território era a base norteadora do Estado-Nação. Para o autor, o território se distingue em duas interfaces, sendo o “território” e o “território usado”, que se refere a “espaço geográfico”, este conceito é indispensável para compreender a funcionalidade da sociedade atual. Partindo deste pressuposto, o “território” se constitui em formas, enquanto o “território usado” se configura em ações e objetos que juntos correspondem ao “espaço humano”. Santos (2004, p.34) afirma que para:

Os atores hegemônicos o território usado é um recurso de garantia de realização de seus interesses particulares [já para os] atores hegemonzados consiste-se em um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo em que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares. [...] O território com muita frequência e força – usado pelos homens da ciência política, pelos juristas, pelos antropólogos -, é sempre visto como uma coisa inerte, onde as ações dos homens se dão (SANTOS, 2004, p. 34).

Pela concepção de Milton Santos o território deve ser refletido para além da fragmentação do espaço. Pois “O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 2002, p. 9). Assim também, na concepção teórica de Marcelo Lopes de Souza (1995), para o qual o território é concebido na seguinte linha de pensamento:

O território, não é substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial. Sem sombra de dúvidas pode o exercício do poder depender muito diretamente da organização

espacial, das formas espaciais; mas aí falamos dos trunfos espaciais da defesa do território, e não do conceito de território em si (SOUZA, 1995 p.97).

A partir do trecho citado percebe-se que para o autor o conceito de território baseia-se na seguinte concepção: “O território como um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder” (SOUZA, 1995 p 96). Essa afirmação nos revela que o território não é só concebido numa dinâmica de poder, mas que existem diversos territórios. Questionando ainda a problemática do espaço, afirmando que se todo território pressupõe um espaço social, mas nem todo espaço social é um território.

Portanto nos define o autor os territórios descontínuos, ou seja, a mobilidade de determinados territórios configura-se em locais determinados e frequentemente ocupados é, na realidade, uma rede de articulação entre dois ou mais territórios contínuos. Sendo que as identidades criadas neste território não são apenas relativas, mais funcionais que afetivas, assim compreende-se que o território tem uma característica maior de funcionalidade do que de afetividade (SOUZA, 1995). Para compreender a dinâmica dos territórios fixos e móveis, levaremos em consideração uma visão social e funcional do território. Portanto, em um mesmo espaço concreto, podem ocorrer diversas funcionalidades. O território é formado pelas relações projetadas no espaço físico ou social (SOUZA, 1995).

Saquet (2007) afirma; “O território é chão, formas espaciais, relações sociais, e tem significados; produtos de ações históricas (longa duração) que se concretizam em momentos distintos e superpostos, gerando diferentes paisagens” (SAQUET, 2007, p. 142). Portanto, o território, na concepção de Saquet (2003; 2004), transcende as formas espaciais. Define o território em um tripé de forças compostas pelas relações econômicas, políticas e culturais, no tempo e no espaço. Assim, a relação de interação entre estes elementos se materializa de acordo com cada lugar ou momento ou período histórico. Os elementos, econômicos, políticos e culturais condicionam e são dependentes na dinâmica do território.

Na dimensão econômica, sucintamente, o território é discutido como produto da divisão territorial do trabalho; na dimensão política ou jurídico político, compreende-se o território como um espaço delimitado e controlado, no qual se exerce um poder, na maioria das vezes, relacionado ao Estado e, na cultural ou simbólico-cultural, o território é visto como um produto de apropriação/valorização simbólica. As dimensões da EPC são frutos das relações sociais, que

se manifestam através do tempo, conceito fundamental para se compreender a constituição do território e da territorialidade e, especialmente, as desigualdades e diferenças. (VALE; SAQUET & SANTOS. 2005, p.16).

Portanto, estas dimensões se articulam reciprocamente, existindo uma relação interligada entre a matéria e a ideia, sendo que de acordo com o lugar e os períodos históricos se alternam. De tal modo, que Haesbaert (2002) salienta a importância de contextualizarmos os processos ocorridos no território de acordo com cada lugar, momento e período em decorrência do movimento de mudança e permanência. (SAQUET, 2003; HAESBAERT, 2002). Fischer, ao considerar o território afirma que:

O território em sua amplitude, quer dizer como um espaço onde se exercem poderes (organizações – controle), inscrevem-se projetos sociais, (desenvolvimento – ordenamento – planificação), exprimem-se estratégias de valorização e se afrontam os interesses mais ou menos contraditórios dos diferentes atores. (FISCHER, 2008, p.61).

Neste sentido, Raffestin (1993) postula que apesar de serem recorrentes nas organizações, “os nós e as redes”, ou seja, os elementos constituintes do território podem ser diferenciados/transformados de uma sociedade para outra. Assim, o território constitui um dos componentes essenciais das identidades. Segundo, PORTO-GONÇALVES “o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Assim, há, sempre, território e territorialidade, ou seja, processos sociais de territorialização. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades” (PORTO- GONÇALVES, 2006; p. 5.).

Vale ressaltar que o processo de territorialização não é puramente econômico. O mesmo se desdobra entre as relações públicas e culturais, estando sempre presentes na dinâmica do real. Portanto podemos identificar um processo dialético entre os elementos constituintes do território, pois existe uma complexidade interna e externa, entre o homem, a natureza e a sociedade. Todavia, o estudo do território é retomado na atualidade como categoria fundamental para o pensamento geográfico e análise dos fenômenos territoriais.

Deste modo, adentramos a dimensão do ordenamento do território, para tanto nos reportaremos às contribuições teóricas de Andre Fischer (2008), para o qual a

prática do ordenamento decorrerá da existência de um projeto social e este condicionado a uma dimensão temporal. Sendo a dimensão temporal considerada fundamental na dinâmica da política de ordenamento do território. Todavia, ordenamento pode ser concebido por uma prática voluntária da qual se pretende modificar a estrutura do território, ou seja, essa política também poder ser fomentada pelos gestores (Estado) ou pelos atores de transformação do território. Segundo, Fischer:

No aspecto espacial do ordenamento, não se pode, entretanto, separar, muito menos opor o espaço e o tempo. A dimensão espacial, e aquela da simultaneidade e das interações em um momento dado, a dimensão temporal e aquela da sucessão e da casualidade no meio geográfico determinado. (FISCHER, 2008, p. 79).

Portanto, a política de ordenamento do território, consiste no projetar da estrutura presente no futuro “visando assegurar a perenidade do sistema”. Ou seja, transformar o presente, na ótica de um futuro desejado, “o que supõe a existência de um projeto social” (FISCHER, 2008). Assim no ordenamento do território, o fator temporal desempenha função complexa, conforme nos relata o autor:

No quadro do ordenamento do território, a questão do tempo e mais complexa. Pelo fato de que o ordenamento é uma ação global, com múltiplas facetas, não se pode a um tempo particular, mas deve ser tomado, simultaneamente em conta, uma multitude de tempos que se justapõem, se interpenetram e se sucedem. A projeção, as previsões, as análise de tendências, as interações são necessárias, mas não suficientes. É necessário surgir os encaminhamentos jusante - montante de maneira a compreender as consequências por raciocínio dedutivo, assim como os encaminhamentos jusante – montante para descobrir os encaminhamentos por raciocínio indutivo. (FISCHER, 2008, p.82).

Deste modo, o horizonte temporal da coletividade (indivíduos, sociedade), e a política de ordenamento devem atender aos dois elos da esfera. Pois o ordenamento também pressupõe uma escala de análise para o país e uma escala regional. Entretanto estas duas escalas de amplitude, não seguem uma mesma dinâmica, mas este pode ser planejado almejando um horizonte de longo prazo para a nação e refletindo de forma mais frutífera as urgências de nível regional/ municipal. Sendo que:

O tempo dos objetivos econômicos difere daquele das conquistas sociais; no entanto, é possível admitir que o sucesso das primeiras

condicione para mais ou para menos o progresso das segundas. O ordenamento é, também, uma combinação de ações setoriais que correspondem a tantos objetivos particulares (habitação, emprego, equipamentos coletivos, grandes infraestruturas etc.) que cada um tem seu horizonte temporal próprio e seu ritmo de realização. Assim, a programação e a coordenação são, portanto, indispensáveis tanto no espaço quanto no tempo (FISCHER, 2008, p.82).

Deste modo, no prisma do ordenamento do território, deve-se levar em conta os reflexos múltiplos dos componentes que diferem os diversos tipos de tempos. Que transforma a dinâmica territorial. Assim, o ordenamento reflete-se ao planejamento do território. Portanto, “as condições necessárias e as condições suficientes para promover o desenvolvimento regional. É também necessário desconfiar das redes de fatores significantes estabelecidos a priori, pois a execução dos projetos faz, quase sempre, surgirem efeitos de localização repetidamente imprevisíveis” (FISCHER, 2008).

Assim, os fatores da política de ordenamento podem ser executados tanto pelos atores estatais ou apropriados por capitais privados. Portanto, está imerso à política de ordenamento do território. Devem ser destacados os fatores de “localização, competitividade, posição concorrencial, estratégia, escala de produção e políticas tecnológicas e social” de territorialização de empreendimentos (FISCHER, 2008).

Portanto, ater-se à reflexão de ordenamento territorial é também refletir: “É interrogar-se sobre a existência de uma especificidade do ordenamento em relação à ação habitual do econômico, do gestor, do engenheiro, do urbanista” (FISCHER, 2008, p.109).

Todo espaço geográfico é objeto de uma dupla estruturação simultânea: de um lado, ele é estruturado pelos diversos níveis administrativos institucionais, de outro lado ele é estruturado pelo sistema de fluxos e das redes relacionais das empresas. A primeira estrutura correspondente a um nível de competência no qual se acumula diversos estoques é caracterizada pela grande inércia espacial de seus múltiplos limites interno sendo que a segunda, construída sobre os modelos das redes informacionais, é dotada de uma forte capacidade de mudança e de mobilidade espacial (FISCHER, 2008, p.61).

Deste modo, a inserção de uma empresa ou agroindústria (complexos industriais), se territorializa preferivelmente, no espaço institucional, mas o grande

regulador deste processo de territorialização se faz no espaço econômico. É aí onde organiza o seu funcionamento e suas zonas de extensão. Sendo, “essa simultaneidade e as inventáveis que acompanham, induzem, a colocar o problema da definição do território, e, sobretudo a empresa mantém relações privilegiadas com os territórios” (FISCHER, 2008, p.61).

Assim, estes territórios passam a ser atrativos para suprirem as demandas destes empreendimentos, uma vez, que estas empresas, não estão mais dependentes exclusivamente do fator locacional.

A empresa não é mais localizada no “espaço recipiente”, neutro ou indiferenciado da teoria de neoclássica; ela se implementa num “meio socioeconômico mais ou menos integrado”, quer dizer um “território”, tornado mais ou menos atrativo, graças aos recursos, aos potenciais, às oportunidades que ele propõe e graças também a sua capacidade de adaptação às flutuações das necessidades da atividade econômica (FISCHER, 2008, p.61).

Portanto, o planejador (Estado), ao passo que possibilita a inserção de um determinado empreendimento (Fábrica, Indústria, Agroindústria, Complexos), transforma a dimensão de análise. Pois passa a avaliar os efeitos diretos e indiretos no espaço e conseqüentemente no território, otimizando os efeitos espaciais que possam ocorrer a médio e longo prazo, tanto na escala regional (Estado ou Região Administrativa) ou local (município) (FISCHER, 2008).

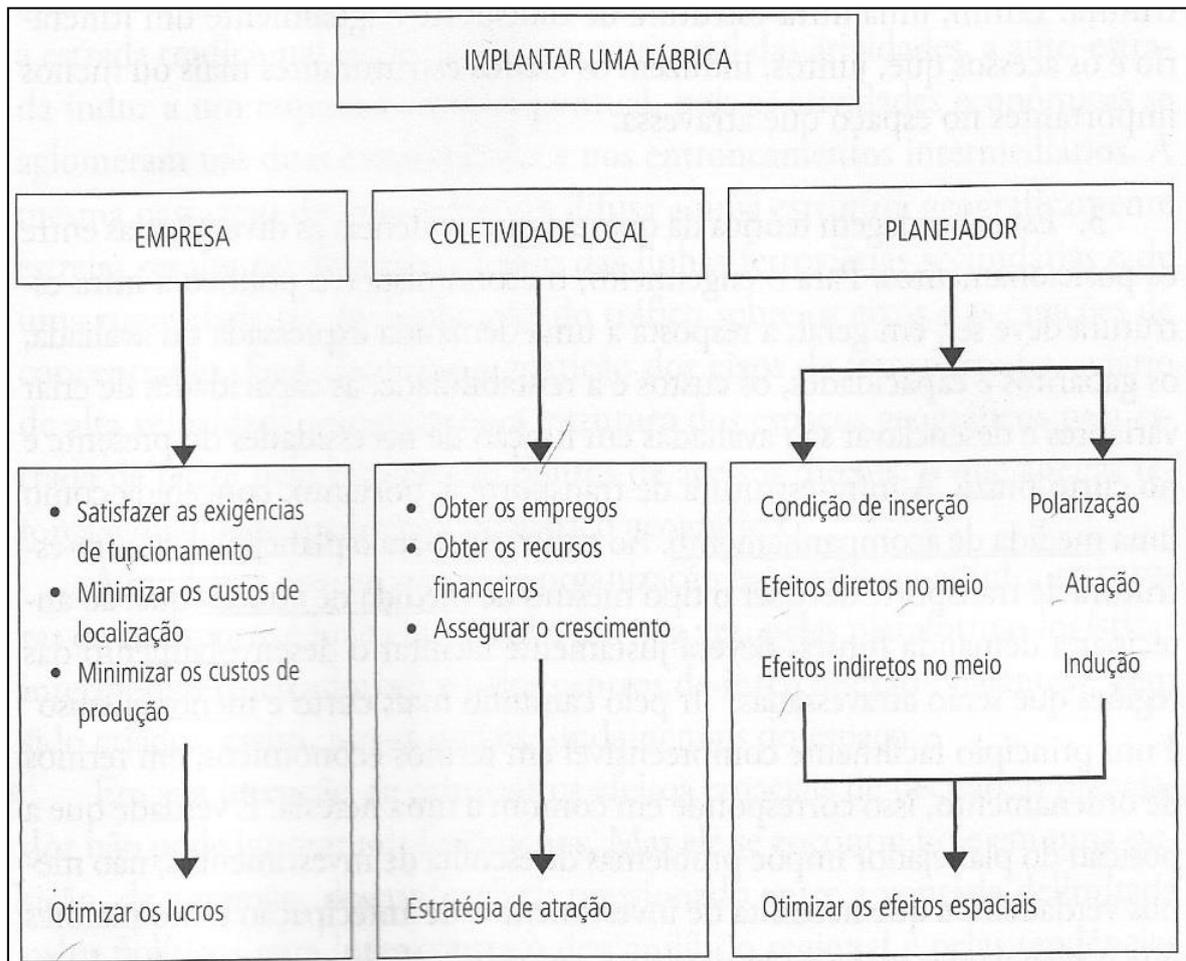
Deste modo, outro fator de fundamental importância na localização de um determinado empreendimento (Fábrica, Indústria, Agroindústria, Complexos) é o transporte. Este é considerado por muitos estudiosos da economia dos processos produtivos como uma força elementar e fundamental para a territorialização e localização de um empreendimento industrial. Fischer afirma que “todo processo industrial implica um efeito, mas em graus diversos, a intervenção do transporte, primeiramente por reunir no mesmo lugar produtos e matérias brutas que devem sofrer transformações, e os produtos finais encaminhados para os lugares de consumo” (FISCHER, 2008, p. 115). Segue o autor:

As relações entre o transporte e a localização industrial não seriam corretamente compreendidas fora de uma análise diacrônica na qual intervém a dimensão temporal, em que se permite recolocar essas relações num quadro mais amplo da evolução geral das técnicas e das atividades econômicas. A intervenção crescente dos poderes públicos, não apenas nas atividades econômicas, mas também na escolha das

localizações industriais constitui um elemento não negligenciável nas relações entre o transporte e a implementação das indústrias. Pelas políticas de ordenamento, de descentralização, de industrialização das regiões periféricas, de proteção do meio ambiente, de bloqueamento das zonas fortes congestionamento, etc. os poderes públicos orientam as implantações industriais e, em princípio, esforçam-se para assegurar a concorrência espacial entre a localização das grandes estruturas de transportes e aquela das atividades industriais (FISCHER, 2008, p.118 e 120).

Assim, a influência da logística de transporte sobre uma futura localização industrial depende muito do modo como o transporte é agregado na estrutura produtiva da empresa. Figura – 01.

Figura 01: Fluxograma Explicativo De Instalação De Uma Fábrica.



Fonte: FISCHER. 2008, p. 93.

Assim, os fatores territoriais de localizações são peças chave para a isenção de projetos econômicos. Por exemplo, tomemos o município de Vila Boa – Goiás. Este teve a territorialização de uma filial da Companhia de Brasileira de Biocombustível – CBB, a Usina Alda part. e Agropecuária S/A. A referida empresa pode ser analisada pelo viés das políticas de ordenamento do território e pelos impactos socioterritoriais na sua instalação e atuação.

Portanto, a partir das reflexões supracitadas compreendemos o território pelo polígono de relações dinâmicas e sistêmicas que exerce uma interação múltipla entre os fatores, econômicos, estratégicos, políticos, culturais e sociais. Tal reflexão elege o território na ótica econômica como pano de fundo para o entendimento do fenômeno supracitado. Para respaldar nossos estudos sobre os impactos da instalação da Usina Alda part. e Agropecuária S/A em Vila Boa – GO utilizamos a categoria território nas perspectivas de Raffestin, Milton Santos e Fischer.

1.3- -IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS E AGROINDÚSTRIA, EXPANSÃO DA FRONTEIRA: UMA BREVE PROVOCAÇÃO.

Quando pensamos a dimensão dos impactos socioterritoriais, se faz relevante nos ater à dimensão e amplitude do conceito de impactos ambientais. Este é frequentemente compreendido e associado a ações que geram mudanças na estrutura do ambiente. Diversos autores defendem o uso do termo quando ocorrem transformações abruptas ou imediatas na esfera socioambiental. Segundo o Artigo 1º da Resolução n.º 001/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), Impacto Ambiental pode ser classificado como sendo:

Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas, biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que afetem diretamente ou indiretamente: A saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias ambientais; a qualidade dos recursos ambientais (CONAMA, 1986).

A definição de impacto ambiental se interliga à alteração/efeito ambiental a ser considerado expressivo nas avaliações de um determinado empreendimento, sendo este negativo ou positivo (BITAR; ORTEGA, 1998).

Os impactos ambientais, para Christofolletti (1994) são compreendidos na ótica dos impactos ou efeitos gerados pelas mudanças do meio ambiente em suas diversas circunstâncias que envolvem a vida dos seres humanos. A reflexão supracitada evidencia a complexidade deste conceito. Segundo, Christofolletti (1994, p. 427), é importante incluir os “efeitos e transformações provocadas pelas ações humanas nos aspectos do meio ambiente físico e que se refletem, por interação, nas condições ambientais que envolvem a vida humana”. Assim, os impactos/efeitos são observados no prisma das ações humanas e sua inter-relação com o meio natural, sendo percebidas nos ecossistemas e geossistemas, sendo estes reveladores dos impactos antropogênicos.

Já na reflexão proposta por Lima e Silva et al. (1999), os impactos ambientais encontram-se divididos em duas vertentes reflexivas. Sendo uma “dose aguda” a qual reflete o efeito imediato/pontual no tempo e uma “dose crônica” onde estão inseridas as transformações na estrutura física. Dito de outra forma, no primeiro caso o impacto é compreendido com um acidente. No segundo é associado à noção/evento de uma determinada atividade econômica (LIMA E SILVA ET AL. 1999, p. 248).

Entretanto, a definição supracitada demonstra uma noção de impacto ambiental referente a “eventos” e alterações que se sucedem concretamente no território (espaço natural) em diferentes magnitudes, duração, extensão temporal e espacial ocorrem. Outra concepção significativa é apresentada nas reflexões de Christofolletti (1994, p. 428). O autor postula que “o reconhecimento das áreas de riscos geoambientais e o estudo sobre os azares naturais refletem os efeitos dos impactos ambientais e a avaliação da vulnerabilidade das organizações socioeconômicas”.

Por este panorama exploratório o impacto ambiental é associado ideologicamente a um fator de relação entre homem-natureza, fazendo parte da condição de apropriação e reprodução do capital. Para Casseti (1991) os impactos ambientais decorrem do intenso desenvolvimento das forças produtivas que estabelecem relação de domínio e submissão:

Que se constata o grau de dilapidação da capacidade produtiva da terra, com crescente degradação da natureza, determinada por um aproveitamento generalizado e mais intenso dos recursos naturais, sobretudo através do processo de industrialização, urbanização e agricultura predatória (CASSETI, op.cit. p. 26).

Partindo da reflexão de Caseti (1991), o qual definiu o caráter produtivista das relações oriundas do capital, em sua relação de domínio e submissão do meio físico-natural, e apoiando-se na concepção de Cunha (2000), destacamos a questão teórica e analítica dos impactos socioterritoriais. Ao compreendemos estes impactos como um processo de transformação no território por meio da interação social (humana), e pelo enfrentamento aos conflitos a ele inerentes. (FERNANDES; LEAL, 2002). Coaduna com nosso pensamento a afirmativa de Cunha quando este se propõe a uma reflexão dos impactos socioambientais e afirma que:

A ação humana é de conteúdo ético, a da natureza, de conteúdo aético. A ação humana atua no sentido de aumentar a entropia ambiental, a natureza, no sentido de minimiza-la. Resulta, assim, que os depósitos tecnogênicos, embora correlativos no sentido penckeano da palavra estão profundamente impregnados pela marca humana. Situam-se numa faixa de tensão entre o natural e o antropogênico, oferecendo dificuldade à sua abordagem taxionômica (Cunha 2000, p. 123).

A partir das reflexões torna-se importante esclarecer que a nossa preocupação não é avaliar os impactos unicamente a partir da instalação da usina Alda Part, mas sim, compreender esses impactos inseridos em um processo contínuo de transformação do território do município. Segundo, Fernandes & Leal (2002):

Os impactos socioterritoriais são resultados de processos geográficos como a espacialização e a territorialização. Estes processos estão relacionados com os movimentos sociais territorializados, que são aqueles movimentos que provocam mudanças contínuas na sociedade, porque elaboram estruturas, desenvolvem projetos, processos de organização, de dominação do território e se encontram articulados com outros segmentos da sociedade civil, como, por exemplo, partidos políticos, igrejas, instituições não governamentais, etc. compreender as dimensões e os indicadores dos impactos socioterritoriais. As mudanças são no âmbito social com o acesso à educação e à saúde; no âmbito político com a reivindicação junto às prefeituras, às secretarias e secretarias de Estado, para implantação de infraestrutura, os indicadores são os elementos dessas dimensões que determinam as variáveis quantitativas e qualitativas da análise das mudanças. Os indicadores são verticais e horizontais cujas variáveis estão nos espaços geográficos e nas relações sociais. Os indicadores verticais são caracterizados pelas ações entre as famílias no interior das unidades de produção com o município, com a micro e a mesoregião. Já os indicadores horizontais se caracterizam pelas diferentes relações. (FERNANDES E LEAL, 2002, P.05).

Portanto, o conceito de impactos socioterritoriais elucidada mudanças (sucessivas e simultâneas) provocadas por um fato social/econômico que se territorializa, transforma

a dinâmica do espaço. Isso significa dizer que os impactos são entendidos neste texto dissertativo no prisma das mudanças (rupturas) significativas que ocorreram e ocorrem no espaço e no território “em diversos níveis: no plano econômico, com a intensificação dos sistemas agrários; no plano político e territorial” (FERNANDES E LEAL, 2002, p.06).

1.4- INDÚSTRIA PARA AGRICULTURA: O CONCEITO DE AGROINDÚSTRIA

A partir deste panorama exploratório adentramos a conceituação da agroindústria. Sendo que o termo agroindústria é sinônimo de complexo agroindustrial e conseqüentemente ambos estão inseridos na dinâmica de modernização da agricultura e posteriormente, da expansão da fronteira agrícola. Sendo que estas denominações emergem em decorrência da “formação dos mercados nacionais para produtos agroindustriais e para produtos industriais necessários à produção, a agricultura brasileira iniciou a sua industrialização” (MARAFON, 2012.p.12).

Porém, vale ressaltar que o surgimento do complexo agroindustrial no Brasil “se assemelha ao esquema de desenvolvimento dos regimes de acumulação no Brasil” demonstrando-se uma estreita relação como meio técnico-científico em âmbito nacional e regional (SANTOS, 2014, p.132). Segundo Guimarães:

O conceito de complexo agroindustrial surgiu na década de 1950, exatamente no período de mais intensa industrialização, como resultado dos estudos que, nos Estados Unidos e na Europa, começaram a ser empreendidos sobre a participação das atividades agrícolas nas relações intersetoriais, a partir das teorias a respeito dessas relações formuladas pelo professor Wassily Leontief (GUIMARÃES, 1982, p. 114).

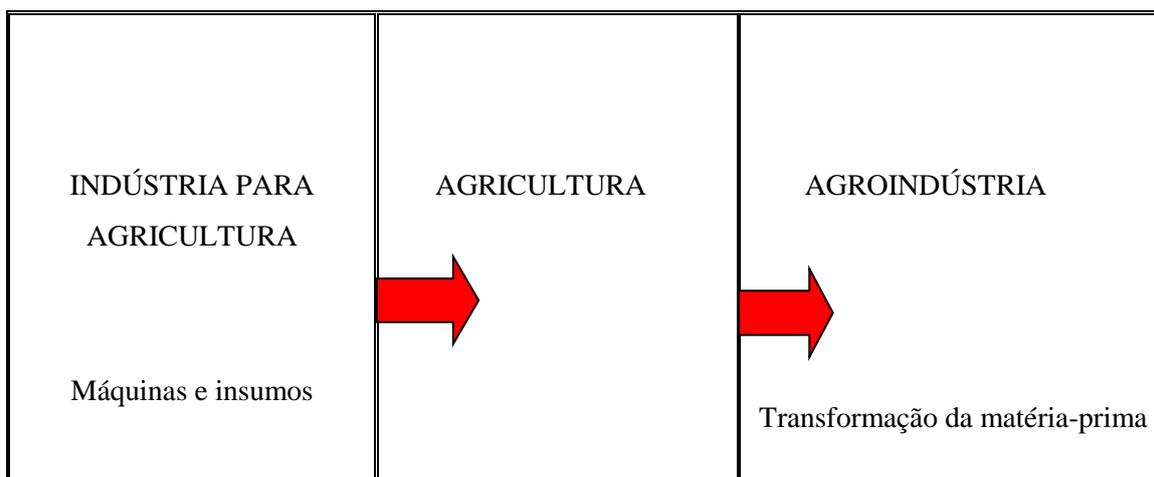
Deste modo, a partir da reflexão ora mencionada, o complexo agroindustrial é compreendido como um instrumento analítico e simultaneamente como a estrutura concreta do real. Emergindo nos países capitalísticos em meados dos anos 1950 (MAIA, 2014). Emerso a essa conjuntura, está o discurso de modernização da agricultura, que em outras palavras, reflete a subordinação do campo e dos modos de produzir a dinâmica do capital e a sua inserção na agricultura. Bem como as conexões decorrentes

da agricultura e a indústria. Portanto Müller nos dá a seguinte definição ao complexo agroindustrial:

Caracteristicamente, o CAI é uma unidade de análise na qual a agricultura se vincula com a indústria de dupla maneira: com a indústria de máquinas e insumos que tem na agricultura seu mercado e com a indústria processadora, beneficiadora de matérias-primas agrícolas. A primeira pode ser designada de indústria para a agricultura e a segunda de agroindústria (MULLER, 1989, p. 61/62).

Portanto, agroindustrialização do campo é um processo no qual o setor agroindustrial passa a controlar os processos de transformações na agricultura. Nesta dinâmica os complexos industriais desempenham as transformações no campo, podem ser apreendidos pela relação existente entre a indústria e a agricultura (MARAFON, 2012). Conforme a morfologia da interrelação dos CAI'S (Figura 02) apresenta os seguintes pilares:

Figura 02: Fluxograma de Modernização da Agricultura



Adaptado de MARAFON, 1988.

Sendo que a montante estaria a agricultura e a jusante estariam as agroindústrias. Ou seja, "remete ao domínio do capital industrial e financeiro e ao sistema global de acumulação" (KAGEYAMA, 1987, p. 11). Assim, temos um estreitamento intersetorial entre os processos técnicos e os fluxos econômicos entre a indústria e agricultura. O que resulta uma subordinação da agricultura ao setor industrial. (MARAFON, 1988). Nesta concepção foi desenvolvida uma tipologia de complexos a partir das reflexões teóricas

de KAGEYAMA, SILVA, (1988). A qual se encontra estruturada nas contribuições teóricas de Marafon (2012):

Complexos Agroindustriais Completos e Integrados - estes complexos possuem a característica de apresentarem vínculos específicos com a indústria a montante (através dos insumos industriais necessários à produção) e uma forte integração com a indústria processadora. São citados como exemplos os complexos avícolas, açúcar e álcool, carne e soja; Complexos Agroindustriais Incompletos - são os complexos que se encontram integrados com a agroindústria e em menor grau com a indústria a montante. Neste caso, as culturas agrícolas não demandam produtos específicos para a sua produção. Como exemplos, são citados laranja, milho e laticínios. (MARAFON, 2012, p.15).

Portanto, a tipologia supracitada em relação aos complexos nos revela a importante inter-relação que se estabelece entre a agricultura e setor industrial. Este modelo de acumulação, verticalização e territorialização do capital possibilita uma integração regional, atrelado à nova divisão territorial do trabalho, bem como a aglutinação de novos espaços agregados a esta dinâmica em prol dos interesses do grande capital. Ou seja, uma aliança entre o Estado e o capital privado (MARAFON, 1988, 2012; BORGES, 2006). Assim, os complexos agroindustriais aglutinam a dinâmica do real ao integralizar os processos produtivos. Sendo um sistema intersetorial. De acordo com as afirmações Muller (1991):

O que a morfologia revela é que este complexo industrial distingue-se de outros, como o automotor e o eletrônico, pelo fato de levar em conta as atividades agrárias. É claro que está aí implícito que para explicar o funcionamento destas atividades deve-se necessariamente levar em conta as inter-relações setoriais (MULLER, 1991, P. 37).

As mudanças ocorridas no espaço agrário brasileiro após 1960, em relação à reestruturação, produção e tecnificação da agricultura estão correlacionadas com a implementação do complexo agroindustrial. Portanto, esta estreita relação entre agricultura e indústria se fortaleceu no período de 1970, fomentando a consolidação do complexo agroindustrial em decorrência da modificação na dinâmica da agricultura brasileira.

Tais reflexões podem ser identificadas nas contribuições teóricas de Graziano da Silva (1981, 1998), Delgado (1985), Kageyama et al (1990), Marafon (1998), Erthal (2006), entre outros. Portanto, na conceituação teórica de Santos (2014) o complexo agroindustrial pode ser compreendido a partir da seguinte definição:

O CAI, se configura, portanto, com a instauração do regime de acumulação conjugado, o que implica como já abordamos anteriormente, em alguns pontos a serem ressaltados. Em primeiro lugar, a burguesia urbano-industrial domina política e economicamente o país. Um segundo aspecto a relembrarmos é o fato de o Brasil passar a partir de então a ser um território cujas demandas são determinadas pelo avanço das relações capitalistas para quase todos os rincões do país, ou seja, a relação capital passa a se estabelecer como relação de produção dominante em quase todos os lugares. Isto culminará com o regime de acumulação integral na subordinação de todas as regiões do país, ou seja, na extinção ou quase eliminação das relações de produção não capitalistas que viviam de certa forma subordinadas ao capital como relação hegemônica. Um terceiro ponto a ser destacado é a articulação mundial do capitalismo, que coloca sob sua égide territórios em todo o mundo. Isto ocorre também com o Brasil e é justamente neste regime de acumulação que se verifica um alto índice de internacionalização dos capitais no Brasil, ou seja, é o reino das multinacionais (SANTOS, 2014, p 134).

Percebe-se que os significativos avanços na dinâmica tecnológica propiciaram a reestruturação do sistema produtivo em relação à agricultura e aos complexos industriais. As técnicas de produção modernas tornaram-se dominantes. Muller (1989), ao refletir as influências da integração entre indústria e agricultura na dinâmica do setor agrário postula que:

Com a integração indústria e agricultura no período de 1960-80, deparamo-nos com empresas e grupos econômicos que influenciam poderosamente a dinâmica das atividades agrárias, com profundas repercussões em suas estruturas. Mas na própria agricultura surgem empresas e grupos econômicos, que com suas congêneres industriais, fazem parte do poder econômico com interesses nas atividades agrárias. (MULLER, 1989, p.34)

Infere-se do exposto que os padrões de produção dos seguimentos industriais, quanto a montante e jusante, impregnam a produção na agricultura “impõe um perfil tecnológico à produção que deve ser seguido pelos agricultores” (DELGADO, 1985, p. 37). Portanto, à montante, nos setores industriais produtores de insumos e bens de capital, se tem uma significativa alteração no processo de produção rural, “o como” produzir (GRAZIANO DA SILVA, 1998); já à jusante, os seguimentos processadores de alimentos e matérias primas, os padrões estão relacionados às normativas de qualidade, às “exigências sanitárias e homogeneidade da matéria-prima e, ainda, regularidade de sua entrega” (DELGADO, 1985, p. 37).

Deste Modo, percebemos que o processo de industrialização do campo é conduzido pelo setor industrial. Este passa a comandar as transformações na agricultura, “resultando na subordinação da agricultura à dinâmica industrial” (MARAFON, 1998,

p.16). Tal submissão, congregando as indústrias à montante e à jusante na produção do setor agrário, resulta em uma integração intersetorial “nas relações interindustriais do tipo insumo-produto” (DELGADO, 1985, p.134).

Portanto, o complexo agroindustrial prioriza o desenvolvimento de técnicas que aglutinem todo o território em uma dinâmica econômica e altamente tecnológica. Nas palavras de Santos (2014), “um território emprenhado de ‘sistemas de engenharia’, capitais fixos, que garantam a produção e reprodução dos produtos, ou melhor, das relações de produção capitalistas sem grandes transtornos” (SANTOS, 2014, p. 137).

O movimento interacional da produção técnico-produtiva e a industrialização da agricultura conduzem para implementação dos complexos, fomentados pelas relações intercapitais que “não são apenas técnicas, mas, sobretudo financeiras” (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p.26). Os complexos agroindustriais conduzem o modelo mais recente de desenvolvimento da agricultura e da relação de intercapitais (KAGEYAMA et al, 1990). De acordo com Delgado:

O conceito de integração de capitais, na linha da fusão e incorporação, [...], persegue o conceito de capital financeiro aplicável à agricultura. Essa integração (...) implicaria em centralização de capitais industriais, bancários, agrários etc., que, por sua vez, fundir-se-iam em sociedades anônimas, condomínios, cooperativas rurais e, ainda, empresas de responsabilidade limitada, integradas verticalmente (agroindústrias ou agro comerciais). O objetivo da integração é a busca da taxa média de lucro do conglomerado (DELGADO, 1985, p. 134).

De tal forma, o sistema financeiro exercerá a tarefa de movimentar o setor agrário na sua necessidade de financiamento para a compra de insumos e implementação de técnicas, e “os CAIs com o movimento global da acumulação” (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 26). Entretanto o capital financeiro proporcionou uma uniformidade de “elevado grau das relações interindustriais dos ramos ou setores que compõe” (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p.31), fomentando a estruturação e territorialização dos complexos. Esta dinâmica processual foi fortemente estimulada por investimentos públicos a exemplos do “fomento à pesquisa, à extensão e ao crédito rural, o chamado tripé do desenvolvimento” (PACÍFICO, 2009, p.38). Acerca do exposto, Dal Soglio et al (2006) postula que:

Nos últimos 40 anos, o Brasil construiu uma rede de instituições de pesquisa agrícola forte, incluindo institutos federais e estaduais,

universidades e fundações, com a liderança da Embrapa. Fundada em 1973, a Embrapa é subordinada ao Ministério da Agricultura, e possui 37 centros de pesquisa distribuídos em quase todos os estados brasileiros. Ela coordena o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), que inclui a Embrapa, universidades federais e regionais, e mais de 15 institutos de pesquisa financiados pelo Estado. (DAL SOGLIO et al., 2006, p.32).

Portanto, ao se levar em consideração o texto supracitado, para que essas tecnologias atingissem o campo o processo de extensão rural assume a função de ligar a pesquisa (técnicas e melhoramento) com o agente (Produtor) no campo. Assim, a extensão se configura como a força aglutinadora dos pacotes tecnológicos de modernização e reestruturação da agricultura, conduzindo esta para a dinâmica de industrialização (PACÍFICO, 2009). A efetivação desta ligação se dá através do tripé de financiamento ao acesso dos produtores aos pacotes tecnológicos propostos.

Neste período, cria-se o Sistema Nacional de Créditos (SNCR). Este, além de facilitar o acesso à tecnologia, proporciona o fomento a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), garantindo benefícios aos produtores que aderiram às técnicas modernas de produção agrícola. De acordo com Bitencourt et al.:

A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) foi um dos principais instrumentos de política para os produtos básicos da agricultura brasileira. Os objetivos desta política eram a garantia de renda aos produtores e também a oferta adequada dos produtos, de tal forma a não exercerem pressões inflacionárias. (BITENCOURT; BARCZSZ; ANDRADE, 2010, p.2).

De tal modo a política de garantia de preço mínimo foi considerada importante para a expansão da produção agrícola e nas demais regiões, principalmente no Sudeste e Centro-Oeste do território Nacional, conforme nos apresenta os seguintes autores Paranaíba (2012); Bittencourt; Barczsz; Andrade, 2010).

O Decreto Lei nº 79/66 que regulamentou a PGPM, fixando os preços mínimos, criou também as seguintes operações de financiamento: Empréstimo do Governo Federal com opção de venda (EGF/COV), Empréstimo do Governo Federal sem opção de venda (EGF/SOBV) e Aquisição do Governo Federal (AGF), [...] Porém, no novo período de 1985 a 1995, com a instabilidade econômica, a abertura comercial e um aumento do endividamento rural, o uso da PGPM converge-se “converge-se “para subsidiar o custo do transporte dos produtos

adquiridos pela Comissão de Financiamento da Produção (CFP) nas regiões de fronteira agrícola” (PARANAIBA, 2012, p. 27); (BITENCOURT; BARCZSZ; ANDRADE, 2010, p.5).

Assim, no início de 1990, houve a redução do apoio estatal e governamental no incentivo à comercialização dos grãos e conseqüentemente à mudança do “foco de AGF para EGF a partir do ano agrícola 1991/92, o estado sinalizava para o abandono do caráter universal da garantia de preços”. Sendo que, posteriormente passa a se restringir aos tomadores de créditos de custeios (SILVA, 2002, p.147). Este posicionamento da estância governamental proporcionou a aproximação do capital privado, que de forma direta e tardia fomenta a transformação da agroindústria.

No caso específico do complexo sucroalcooleiro na Microrregião do Entorno do Distrito Federal e a inserção da usina Alda Part no município de Vila Boa-GO está sendo responsável pela nova dinâmica proporcionada por esta agroindústria no contexto do território regional. Deste modo, Costa (1992), que em sua reflexão nos afirma que este processo não é apenas o norteador (estilo), mas o próprio (modelo econômico) que impera no desenvolvimento da Agricultura muito tem contribuído para o entendimento do proposto.

A inserção das novas tecnologias atreladas aos investimentos financeiros no campo conduziu a um novo rearranjo espacial, bem como a um impulso à expansão da fronteira agrícola no estado de Goiás e conseqüentemente atraindo os complexos agroindustriais. Sobre este panorama, Kageyama et al. (1990) define este movimento de “territorialização do capital” e Graziano da Silva (1998) de “territorialização da burguesia”. Porém, ambos apresentam a mesma conceituação que se pauta na afirmação de que o direito à propriedade da terra produz rendimentos especulativos e proporciona a criação de novas áreas de expansão, as fronteiras; tornando-se uma força sistêmica. (GRAZIANO DA SILVA, 1998; KAGEYAMA et al, 1990). Fernandes, afirma sobre o processo de expansão da fronteira agrícola que:

Por expansão da fronteira agrícola compreende-se o crescente processo de incorporação de tecnologia ao campo, a partir da inversão de capital, no qual não necessariamente haverá uma mudança nas relações de produção, havendo necessariamente um aumento no nível de aplicação de capital nesse setor. Assim, a relação entre alterações no padrão tecnológico e aplicação de capital em determinada propriedade é diretamente proporcional. (FERNANDES, 2006, p.17)

Entretanto, na região Centro-oeste este processo de ocupação e expansão ocorre a partir da década de 1970. Nesta o mesmo deixa de ser caracterizado somente pelas atividades de desmatamento e pecuária extensiva. Mas, passa a ceder lugar às tecnologias de produtividade agrícola de médio e grande porte, em decorrência da oferta de terras a preço baixo. (PARANAÍBA, 2012).

Este movimento de substituição entre os principais produtos agrícolas tornou-se mais intensivo com a expansão da fronteira agrícola partir dos anos 80, quando houve um deslocamento de produtores, em particular dos estados de São Paulo, Minas Gerais e região sul do País para Goiás em busca de novas, oportunidades de negócios. Com isso, a cultura de soja, principal representante dos pacotes tecnológicos agrícolas, viu sua área colhida se incrementar e torna-se a principal cultura do Estado desde o final dos anos 80. (PIRES, 2008, p. 92).

Portanto, ao levar em consideração as contribuições teóricas supracitadas, para melhor compreensão da utilização e ocupação do território, Miziara (2000) nos apresenta o seguinte modelo teórico no qual se pode compreender a dimensão do fenômeno, direcionando-se para uma nova variável, que transcenda as esferas sociais e geográficas: “a economia que adota uma perspectiva instrumental e privilegia a inversão de capital” (MIZIARA, 2000, p.283), as “Variáveis – demográfica e social – não esgotam o problema, já que não explicam, por exemplo, o fenômeno de reordenamento do espaço produtivo quando não ocorrem alterações significativas nas relações sociais de produção”. (MIZIARA, 2000, p.280). Deste modo, compreende-se que esta variável evidencia a importância da área potencial. O sistema capitalista ao perceber a potencialidade de uma determinada área reverte a aplicação de seus recursos para esta nova área.

Na região Centro-Oeste o Estado se coloca como o grande ordenador ao possibilitar atrativos que permitiam o acesso a esta terra. Medidas estas que se somaram a base tecnológica, possibilitando a correção de terras de baixa aptidão em terras aptas à inserção da agricultura moderna, alterando “o cálculo dos investidores privados” (MIZIARA, 2000, p. 284).

A modernização da agricultura evidencia a transição para a hegemonia do capital industrial (máquinas, insumos e implementos agrícolas) e financeiro (políticas creditícias), que se territorializa através das empresas rurais, propiciando um

reordenamento espacial e alterando significativamente o conteúdo e a dinâmica das formas de uso do território, hegemonizada, pelas empresas rurais (MENDONÇA; HESPANHOL, 2004, p.110).

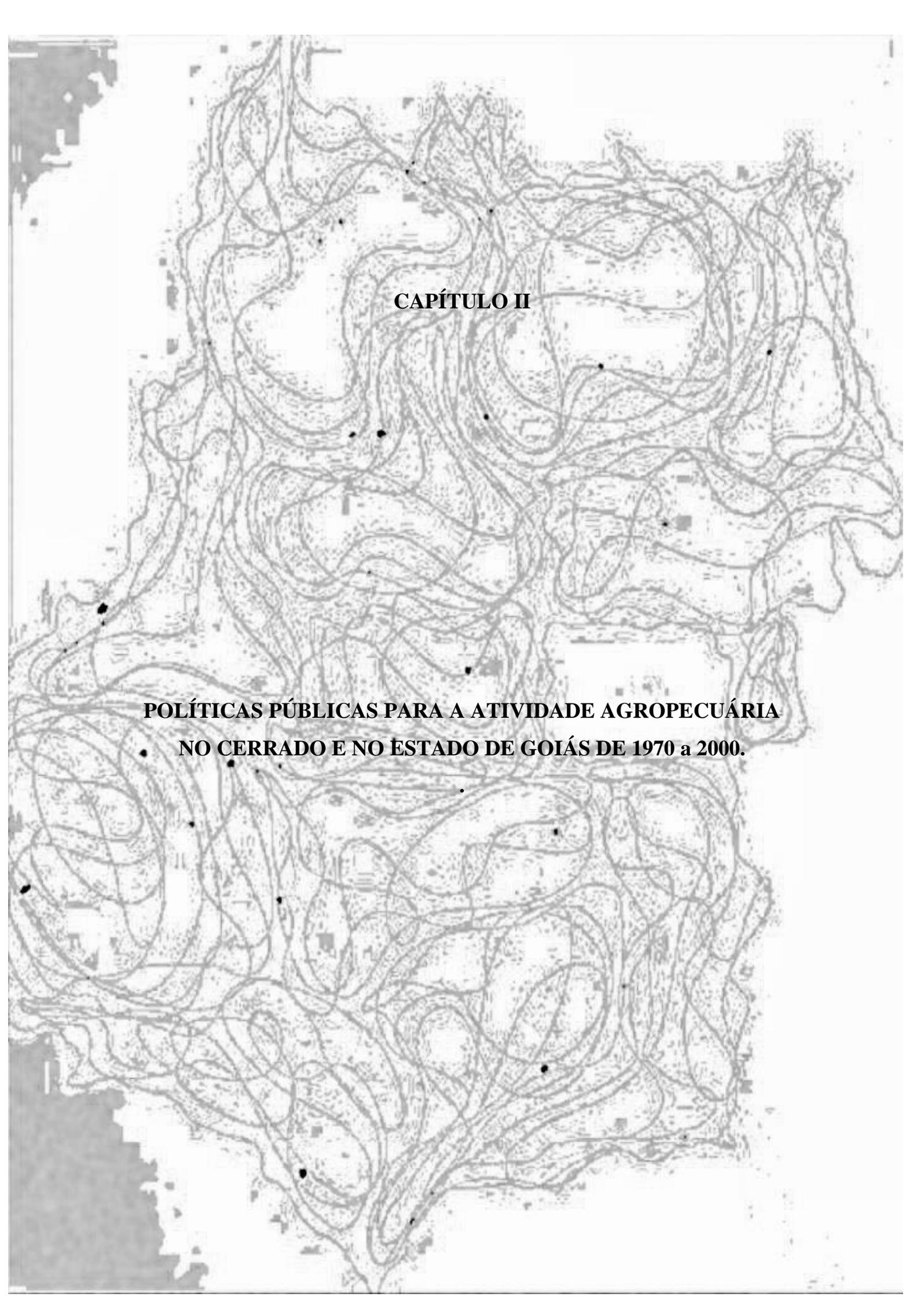
As características evidentes do processo de homogeneização produtiva, da nova configuração territorial rural consistem na grande produção de cultivos, potencializados pelas ações políticas e mercadológicas das agroindústrias. Assim, “a flexibilidade, mobilidade espacial passa a atender às demandas exigidas pelo mercado, assegurando eficiência, produtividade e condições de competitividade no mercado internacional” (MENDONÇA; HESPANHOL, 2004, p.102). A inserção de mobilidade do capital interligado as estruturas produtivas realoca a produção em uma rede internacional de comercio. Segundo Sorj:

O processo de penetração crescente do capital na base do processo produtivo agrícola determina uma transformação e diferenciação constante das características dos diferentes tipos de empresas agrícolas. Grande parte dos latifúndios se transformou em modernas empresas capitalistas, diferenciando-se cada vez mais dos antigos latifúndios tradicionais assentados na exploração de renda do pequeno produtor. A pequena produção por sua vez ou é marginalizada ou se integra ao complexo agroindustrial, gerando uma camada de produtores capitalizados (SORJ, 1980, p.7).

As contribuições de Graziano da Silva (1998) e Sorj (1980), nos leva a inferir que o processo de ocupação da fronteira ocorre através da expansão horizontal. Porém a fronteira agrícola “adquire um novo caráter na medida em que se dá conjuntamente com a expansão vertical, isto é, a expansão da fronteira passa a se integrar de forma crescente com a expansão do complexo agroindustrial” (SORJ, 1980, p.54). Assim, o fenômeno de expansão da fronteira agrícola se intensifica a partir da “avaliação dos agentes econômicos que determina as áreas prioritárias para investimento, portanto, para mudanças no padrão tecnológico” (SANTOS, 2010, p.14).

Esta concepção proporcionada pelo incentivo do Governo Federal, em novas tecnologias, fomento a pesquisas e extensões, que propiciaram o desenvolvimento agropecuário e dos complexos sucroenergético em Goiás. Ao analisar os reflexos da modernização da agricultura em Goiás e conseqüentemente, a expansão da fronteira agrícola, podemos destacar a produção de arroz como a cultura responsável pela transição das áreas de pastagens para áreas agricultáveis, em decorrência da incorporação de novas terras para que impulsionassem a produtividade do setor.

A partir da reflexão supracitada, adentraremos ao segundo capítulo que foi intitulado: políticas públicas para a atividade agropecuária no cerrado e no estado de Goiás de 1970 a 2000. Onde faremos uma sistematização da territorialização do complexo em Goiás.



CAPÍTULO II

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ATIVIDADE AGROPECUÁRIA
NO CERRADO E NO ESTADO DE GOIÁS DE 1970 a 2000.**

2.1 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: REFLEXÕES

Ao refletirmos o processo de modernização da agricultura no Brasil, constatamos que este tem suas origens na década de 1950, com a inserção de técnicas e meios de produção mais avançados. No entanto, a sua expressividade no cenário brasileiro se torna notória na década de 1960; quando implementa-se de forma concreta, advindo da inserção no País de setores industriais voltados para a produção de insumos e equipamentos para agricultura.

Portanto, a inserção destes setores na estrutura produtiva do espaço agrário brasileiro, pretendia-se fomentar uma transformação da agricultura tradicional. Até então baseada em uma dependência dos fatores físicos e ambientais e praticada por meio de técnicas rudimentares. A década de 1960 se torna marco para o início de um novo modelo econômico brasileiro, a substituição do modelo de importação pela modernização do setor agropecuário e, desta forma, o impulso a formação do complexo agroindustrial. Este novo modelo surge apoiado pelas grandes oligarquias existentes no cenário agrário brasileiro (MARTINE, 1990).

Deste modo, em 1964, sanciona-se o Estatuto da Terra, (Lei 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964)⁶, sendo esta referência sobre o rearranjo espacial, previa gradualmente a extinção do latifúndio e minifúndio, fomentando o surgimento da empresa rural (MOREIRA, 1990). As constantes modificações ocorridas na estrutura econômica brasileira, não se procederam de forma dinâmica e homogênea. De acordo com a reflexão proposta por Gonçalves Neto (1997), “a lentidão se acentuou entre os anos de 1965 e 1967, devido à reorganização sob o regime militar que se instalara no

⁶ **LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964**, “Art. 1º Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola, § 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade. § 2º Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país”.

país, os índices de indicadores de modernização, verifica-se uma transformação significativa no âmbito da agricultura nacional”. De acordo com a afirmação supracitada e apoiando-se nas contribuições teóricas de Teixeira (2005) ao citar Graziano Neto (1985), o qual nos proporciona seguinte reflexão:

O uso de fertilizantes artificiais e agrotóxicos também se acentuou a partir da década de 1960, com índices bastante elevados. Segundo Graziano Neto (1985), entre 1965 e 1975 o consumo de fertilizantes cresceu a taxa média de 60% ao ano, enquanto que os agrotóxicos cresceram numa média anual de 25%. É evidente que não podemos nos basear apenas no crescimento do uso de equipamentos e insumos modernos para considerarmos que o processo de modernização atingiu a produção agrícola brasileira de uma forma positiva. Outros fatores estão articulados nesse processo e devem ser analisados. Com o avanço da tecnologia nos moldes produtivos da agricultura, os produtores visam alcançar maior rentabilidade, visto que a mecanização permite ampliar as áreas cultivadas ou a escala de produção, (TEIXEIRA, J. C. p. 25, 2005).

O setor das indústrias de insumos agrícolas e equipamentos começam a exercer uma forte pressão ao processo de modernização da agricultura; entretanto a grande mola propulsora para o processo de transformação do setor agrário nacional e regional foram o incentivo governamental, oriundo do crédito rural. Financiamento viabilizado ao setor a partir dos anos 1960. Sendo o momento vivenciado pelo processo de urbanização do estado nação brasileiro, propiciava tal dinâmica supracitado ao setor agrário, que estava imerso ao contexto de produção de alimentos para exportação e consequentemente controle da balança comercial. De tal modo, que o desenvolvimento do setor se faz pela inserção do capital internacional, fato de haver uma considerável inserção de empresas multinacionais no espaço agrário brasileiro. Fomentadores do discurso de modernização e desenvolvimento econômico urbano e industrial. Neste sentido, Gonçalves Neto (1997), ressalta que:

A década de 70 assistirá a uma profunda mudança no conteúdo do debate. Impulsionada por uma política de créditos facilitados, que se inicia na segunda metade dos anos 60, pelo desenvolvimento urbano-industrial daquele momento, que se convencionou chamar de “milagre brasileiro”, a agricultura brasileira não apenas respondeu às demandas da economia, como foi profundamente alterada em sua base produtiva. O maciço crescimento do uso da tecnologia mecânica, de defensivos e adubos, a presença da assistência técnica, o monumental êxodo rural, permite dizer que o Brasil mudou e o campo também. (GONÇALVES NETO, 1997, p. 78).

De acordo, com a citação supracitada, o debate acerca da agricultura no Brasil, ganha novas contribuições teóricas, a partir da década de 1970. O exemplo da reforma agrária que passa a ser criticada; entretanto, percebemos claramente na reestruturação dos discursos uma tendência à questão da “heterogeneidade da agricultura”, nota-se, também, que emerso a este contexto as culturas rudimentares apareciam paralelas as culturas mecanizadas. Sendo “o processo de modernização” não benéfico a todos os produtores em detrimento aos fomentos para os produtos exportáveis.

Assim, em 1970, como a crise ocorrida no setor petrolífero, se desencadeia um novo desafio para o setor agrário brasileiro, sendo necessária a produção de alimentos bem como a criação de uma medida alternativa para suprir as demandas energéticas em relação à produção petrolífera. Silva (1981, p. 44) reforçar o posicionamento teórico de TEIXEIRA (2005), afirma: “A produção agropecuária deixa, assim, de ser uma esperança ao sabor das forças da natureza para se converter numa certeza sob o comando do capital”. Ou seja, a agropecuária neste momento passará a não mais depender-se de fatores naturais, mais se desencadeia numa rede internacional onde a força e verticalizações do capital iram conduzir as demais etapas do processo produtivo.

Assim, o setor agrário brasileiro, passa a condição de subordinação ao grande capital internacional, e suas influências irão reconduzir o processo de estrutura fundiária para o campo brasileiro. Deste modo, a estrutura fundiária do campo brasileiro, neste determinado momento estava atrelada na concentração de terras nas mãos das grandes oligarquias rurais (o grande capital), tendo uma produção voltada à exportação e subsídios de matéria prima aos complexos industriais, com significativa redução na produção de alimentos e, conseqüentemente, segregação dos pequenos produtores rurais. Diante, destas transformações ocorridas na dinâmica social do campo brasileiro, em meados da segunda metade da década de 1960, descreve Gonçalves Neto (1997):

É interessante notar que as transformações que ocorrem no agro, a partir da segunda metade dos anos 60, fortemente pressionada pela expansão do capital industrial, promovem uma reviravolta muito grande em toda a extensão da sociedade brasileira. Ao lado das violentas transferências de populações para o setor urbano, que é promovido por amplo conjunto de fatores, tais como mecanização, a substituição de culturas intensiva em mão- de- obra pela pecuária, o fechamento da fronteira, a aplicação da legislação trabalhista no campo, ou simplesmente pelo uso da violência, etc., ocorre também uma reformulação na mão-de-obra restante no interior das propriedades, com eliminação dos parceiros, agregados, etc., pela

disseminação do trabalho assalariado, sobretudo nas grandes propriedades, que se modernizam e se transformam em empresas. Restou às pequenas propriedades a possibilidade da subordinação ao capital industrial, a marginalização, o esfacelamento ou a venda e migração para os centros urbanos. (GONÇALVES NETO, 1997, p. 109).

Conforme ressalta a citação as transformações na estrutura produtiva do setor agropecuário eram tímidas, pois alocava o setor em outra dinâmica estrutural e social, neste período que se constitui a partir da segunda metade da década de 1960 se intensificaram o conflito social em decorrência do acentuado êxodo rural, aumento do desemprego moradia e violências nas cidades. Neste sentido TEIXEIRA (2005), nos apresenta a seguinte contextualização:

Os trabalhadores que são “expulsos” do campo formam uma imensa massa de sem-terras, que aos poucos, se movimentam para as áreas urbanas ou para outras regiões, principalmente para as áreas de expansão da fronteira agrícola. Os incentivos para a migração em direção a essas áreas ao norte do Brasil são imensos, constituindo a tão famosa “marcha para o oeste”. Parte dos trabalhadores sem-terras que permanecem na cidade formam uma gama de trabalhadores volantes, os chamados “bóias-frias”, que vendem suas forças de trabalho no campo, mas residem nas cidades. (TEIXEIRA. 2005, p. 30).

Constatamos, então, que ocorreu a maior intervenção neste período da força reguladora do Estado no cenário agrário brasileiro a partir da década de 1970, sendo o marco regulador na produção agrícola, fiscalização, comercialização e regulação de preços. Assim, o poderio hegemônico do Estado, implementa o projeto modernizador do espaço agrário ao conectá-lo a dinâmica de desenvolvimento econômico, facilitando o acesso ao crédito e financiamentos e as consultorias técnicas, bem como o fomento as instituições de pesquisas para a viabilização dos complexos agroindustriais instituídos no território nacional regional.

2.2- PLANOS DE DESENVOLVIMENTO GOVERNAMENTAIS PARA A REGIÃO CENTRO-OESTE E SEUS REFLEXOS NO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO PARA A TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR SUCROENERGETICO NO CERRADO DE GOIÁS.

Os incentivos governamentais de interação “técnico-produtivas” e processo de inserção de capitais fomentaram a implementação dos CAIs em todo o território nacional. Para a ocorrência destes complexos o poder governamental se posiciona estrategicamente como mola propulsora. Em decorrência de que nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, se encontravam ainda pouco dinamizadas, quando comparadas com a região Sudeste.

Ao analisamos os incentivos governamentais, percebemos que o elemento central capaz de direcionar o crescimento de um setor, está condicionado a dinâmica e sua capacidade de remunerar o capital aplicado em suas atividades, seguindo assim a lógica do capitalismo de mercado. De tal modo, que diversos setores da economia sustentam a sua rentabilidade a partir das interferências estatais, na tentativa de criar um ambiente produtivo propício à consolidação e avanço de um determinado setor, seja, este agrário, industrial, tecnológico etc.

Portanto, o Estado, por meio destas intervenções, advoga-se a serviço do capital, realiza as suas ações na intenção de favorecer a geração de ganhos cada vez mais significativos para o capital aplicado, estas ações são em grandes partes fomentadas por intermédio da configuração de planos e programas setoriais, que se identificam na práticas, a intenção, através deles, de aplicar ferramentas de desenvolvimento e modernização da agropecuária, visto que a maior parte determinava cotas de produção regionais ou até mesmo locais.

Assim, as influências da esfera governamental não podem ser ignoradas como um dos atores de significativa importância na expansão dos processos de transformação do espaço agrário no Brasil e nas regiões de cerrado é conseqüentemente, no estabelecimento de dinâmica espacial derivada desse movimento. De tal modo, que os mecanismos de intervenção do poder estatal, no setor, posteriormente à desregulamentação no início da década de 1990, advieram a ser baseados no planejamento indicativo, que em outras palavras significa dizer, que o Estado não possui

controle absoluto sobre o espaço e o setor. Porém, ele se utiliza de sua capacidade de atuar no quadro institucional modificando e alterando as regras do jogo todas as vezes que as circunstâncias exigirem (SZMRECSÁNYI, 1979, p. 7). Portanto, o Estado desempenha a função de regulamentação dos agentes econômicos, criando condições indispensáveis à sua organização e à reprodução do capital a partir de condições não econômicas, fatos que presenciamos que desde a criação da política nacional do Proálcool, que houve a intensificação no uso de terras para a produção de cana-de-açúcar, passando a contar com subsídios que se estendiam a outros segmentos do setor. No contexto da expansão do setor para a região centro oeste, a participação estatal continua a ser elemento central para direcionar e fomentar a ocupação de novos espaços.

Em meados da década 1960, a região centro-oeste é favorecida pelo programa governamental “Amazônia legal e Comissão de desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)”. Nas décadas seguintes continuou a ser favorecido por outros programas de incentivos, a exemplo do Programa para o desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO7), em 1975, o Programa de Desenvolvimento Geoeconômico de Brasília, em 1979, e conseqüentemente beneficiada na segunda etapa do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), em 1985 e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) a partir de 1989. Somando-se a estes programas de incentivos governamentais, o processo de modernização se implementa na região “que nas décadas de 1970 e 1980 é fortemente fundamentada em subsídios ao crédito rural e ao financiamento, os investimentos em infraestrutura” (PARANAÍBA. 2012, p.36).

Portanto, o POLOCENTRO alcança um apogeu de resultados satisfatórios em ambos os setores, tanto econômico como social. Para a implantação do POLOCENTRO foram escolhidas doze áreas de atuação: “três no oeste de Minas Gerais e nove no Centro-Oeste. Dentre as áreas do Centro-Oeste, cinco estavam em Goiás: Gurupi,

7 Para Müeller (1990) o POLOCENTRO teve como “projeto-piloto” a experiência do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), que em 1972 lançou o Programa de Crédito Integrado (PCI). O PCI objetivava estimular a expansão de uma agricultura empresarial tecnicada em área de cerrado do estado de Minas Gerais, “a título de ilustração, queremos observar que o ex-ministro Alysson Paulinelli, por ocasião do PCI, era o titular da pasta da agricultura no governo de Minas Gerais; já na esfera federal e na condição de ministro, foi um dos principais idealizadores e defensores do POLOCENTRO” (SALIM, 1986, p. 314).

Paraná, Pirineus, Piranhas e Rio Verde. O objetivo era incorporar 3 milhões de hectares de cerrado à agropecuária, sendo 1,8 milhão de hectares com lavoura” (PARANAÍBA, 2012, p. 29).

Os resultados obtidos pelo Programa demonstraram uma relação benefício/custo, em termos sociais e econômicos, altamente positiva para o País. Destacando-se as seguintes realizações: rápido retorno financeiro; criação de grande número de empregos; oportunidade para pequenos agricultores; preservação dos solos dos cerrados; aperfeiçoamento da tecnologia de uso dos cerrados; e estabelecimento de facilidades para expansão da fronteira agrícola. (MAROUELLI, 2003, p.28)

Assim, os agricultores de pequeno porte estavam condicionados ao plantio agrícola que fossem alinhados à sugestão modernizadora da agricultura, sendo estas destinadas a exportação e o abastecimento do setor industrial. Ou seja, o programa na visão do Estado proporcionou de forma positiva uma maior integração da produção de pequeno porte, a lógica do capital e maiores benefícios nas esferas sociais e econômicas.

O documento de normalização do POLOCENTRO deixa claro que o objetivo é estimular uma agropecuária em bases tipicamente capitalistas, descartando, portanto, qualquer incentivo para o desenvolvimento de atividades agropecuárias arraigadas em bases tradicionais e familiares. Desta forma, a agricultura que nasceu com o POLOCENTRO é estimulada a apresentar forte vínculo à montante com o setor industrial responsável pelo desenvolvimento e pela difusão de inovações mecânicas, físico-químicas e biológicas. (PIRES, 2008, p. 78)

Aliado ao mesmo processo ao qual se instituiu as políticas do POLOCENTRO, o PRODECER foi estruturado para atender as médias propriedades, onde a sua produção fosse direcionada ao cultivo de grãos para atender o mercado mundial.

Primeiro, teve como objetivo o desenvolvimento da fronteira agrícola na região do Cerrado, abrangendo extensas áreas. Segundo, buscou aumentar a oferta internacional de alimentos, através da exportação de produtos agrícolas, com repercussão em nível mundial. E terceiro, teve longa duração, tendo desenvolvido estratégias próprias de incorporação do campo brasileiro ao circuito produtivo capitalista mundial. Esse projeto, através da financeirização da terra pelo capital internacional, verteu a favor dos médios e grandes proprietários a solidariedade cooperativista, que converteu o sistema tradicional de cultivo em um moderno mecanismo de produção no Cerrado. [...] A complementaridade econômica traduz-se no jogo de interesses que envolveram a implantação desse projeto, que se baseava na questão da “segurança alimentar”. Segundo os idealizadores do programa, seria necessário expandir a área cultivada no país, para suprir as

necessidades de uma população em expansão. Ou seja, foi criado para atender aos interesses internacionais e produzir mercadorias destinadas a abastecer o mercado externo. (INOCÊNCIO, 2010, p. 290).

O PRODECER foi executado em três momentos, na década de 1980 induziu as mudanças nas estruturas produtivas na região Centro Oeste, cerca de 345 mil hectares de Cerrado. O seu intuito básico foi à promoção da inserção das técnicas de produção com agricultores de médio porte, organizados em polos de cooperativas. (BRASIL, 2000). A territorialização das políticas oriundas do PRODECER, no território do Cerrado, se inicia em 1980 com a inserção do programa no oeste de Minas Gerais (PRODECER I), em 1987 se expande para os estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Bahia, (PRODECER II). Em 1995 os estados do Maranhão e Tocantins.

O PRODECER I e II abriu uma área de 270 mil hectares, em 19 projetos de colonização, dos quais onze projetos em Minas Gerais, três em Goiás, dois no Mato Grosso, dois na Bahia e um no Mato Grosso do Sul. E com o PRODECER III estão sendo incorporados mais 80 mil hectares de terra, no Maranhão e no Tocantins, com o assentamento de 80 famílias (PÉRET, 1997, p.356).

Os efeitos produzidos e sentidos pela dinâmica do setor agropecuário estão correlacionados com os resultados da produção, fatores estes que atraíram produtores de grão para a região de Cerrado e principalmente para a região Centro Oeste. Contribuiu com financiamentos e empréstimos internacionais (Órgão bancários de financiamento – Capital Japonês), que possibilitou o fomento a produção de grãos (soja) para exportação. “A sojicultura, em todo aquele período, foi favorecida pelas políticas públicas, visando conseguir a expansão de sua produção para uma maior inserção no mercado internacional”. (LUNAS; ORTEGA, 2003, p. 149). Neste contexto, foi de fundamental importância à participação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), no fortalecimento e incentivo as pesquisas (mudança nos métodos de produção, assistência técnica) Agropecuárias de Goiás. Emersa a este período surge o chamado Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). Instituído e sancionado pelo Art. 159 da Constituição Federal de 1988, e a Lei 7.827 de 27 de setembro de 1989. A qual tinha por objetivo prévio “determinar uma transformação na

estrutura industrial e agropecuária dos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal” (PIRES, 2008, p.79).

De acordo, com o fragmento do texto da Lei, os fundos tinham como meta contribuir para com o desenvolvimento econômico e social das regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste. Para tanto se servindo de instituições financeiras federais por meio de fomentos as atividades de execução de programas, com, por exemplo, o financiamento de projetos que primavam pelo desenvolvimento dessas regiões. Segundo o Ministério da Integração Nacional, “os Fundos Constitucionais de Financiamento para o desenvolvimento das Regiões beneficiárias, buscam maior eficácia na aplicação dos recursos, de modo a aumentar a produtividade dos empreendimentos, gerar novos postos de trabalho, elevar a arrecadação tributária e melhorar a distribuição de renda”. (figura 03)

Figura 03 - Fundos Constitucionais de Financiamento.



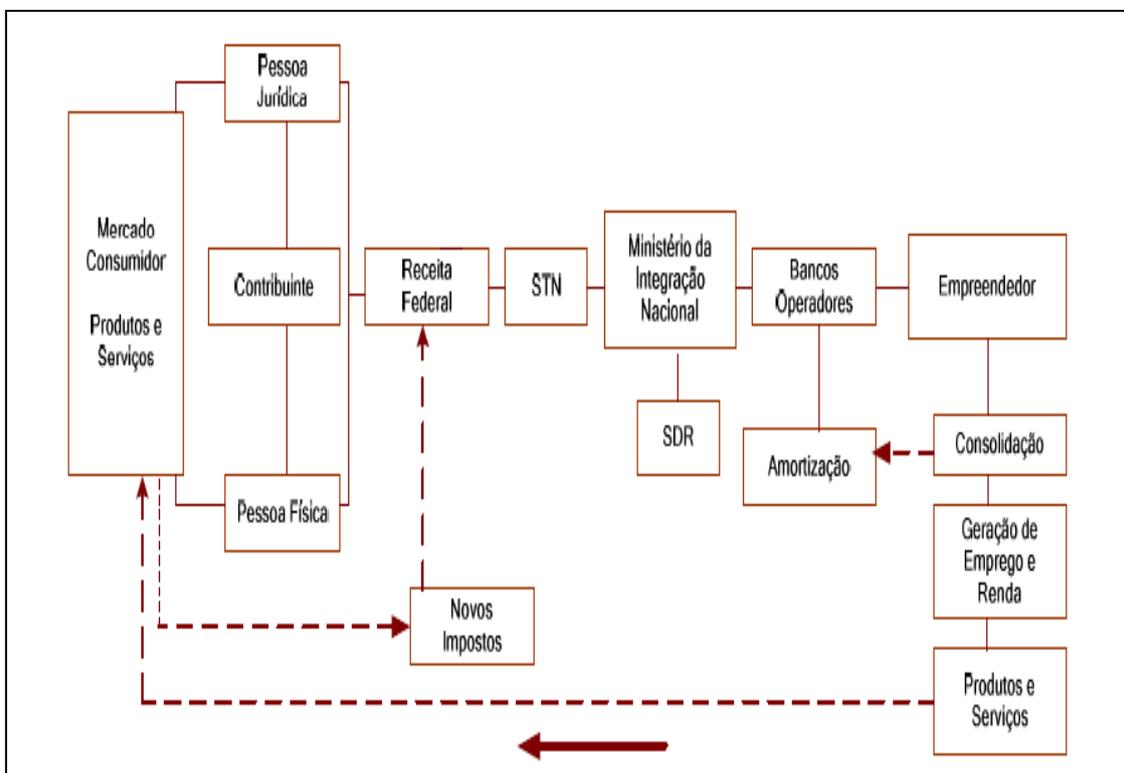
Fonte: MIN (2009)

Sendo que os principais propósitos dos fundos constitucionais são promover o desenvolvimento econômico e social, bem como mitigar as desigualdades em múltiplas escalas geográficas. De tal modo, que se tinha como base para atingir estes objetivos,

maior geração de empregos e renda, financiamento das atividades produtivas. Vale ressaltar, que estes fundos são inserido na Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, implementada em 2003, tornando-se uma das principais medidas de incentivo do Governo Federal para fomentar os o desenvolvimento das regiões.

Portanto, as fontes de financiamentos dos fundos constitucionais, “os recursos orçamentários constitucionalmente previstos provêm de 3% de produtos de arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda (IR).” (SEGPLAN/IMB. 2014 p.8). Deste modo o montante de 40% deste recurso e destinados ao FNO (20%) e ao FCO (20%), os 60% restante e destinado ao FNE. Assim fica evidente que os retornos da aplicabilidade dos fundos, sendo que estão não são invertidos á fundo perdido. Especificamente, o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FCO) tem por objetivo o desenvolvimento econômico e social da Região Centro Oeste, mediante financiamentos direcionados às atividades produtivas, voltados aos setores econômicos industrial, agroindustrial, agropecuário, mineral, turístico, comercial e de serviços. Nas demais regiões, assistidas pelos respectivos Fundos. (conforme a figura 04).

Figura 04: O ciclo de entradas e saídas dos recursos dos Fundos Constitucionais.



Fonte: MIN (2009)

Portanto, conforme apresentado na figura supracitada, outros agentes relevantes são os financeiros que operacionalizam a política de aplicação dos Fundos, o qual destacamos o Banco da Amazônia, Banco do Nordeste e as instituições financeiras de nível federal como atuações nas esferas regionais do Centro-Oeste (Banco do Brasil S/A, Agência de Fomento de Goiás S/A ou Banco Cooperativo do Brasil S/A – Bancoob, Sicredi); (SEGPLA/ IMB. 2014). De acordo com as contribuições Macedo, Matos (2008), parte significativa dos contratos firmados para o financiamento de projetos foram concentrados, em sua maioria, em atividades ligadas ao setor agropecuária, principalmente entres décadas de 1989 a 2005. Conforme as contribuições dos autores:

Os Fundos Constitucionais de Financiamento concentraram-se, no período, em programas rurais, incluindo créditos para a reforma agrária, via Pronaf, que respondem por mais de 90% das operações contratadas. Nos casos do FNO e do FNE, esse indicador chegou a 98%, embora, em termos de valores contratados, a respectiva concentração tenha sido de 70% e 57%. No caso do FCO, o quadro de participação dos programas não destoou dos demais, concentrando os financiamentos nos programas rurais, PAPRA, Pronaf, Pronaf-Reforma Agrária, Rural e Programa de Conservação da Natureza (Pronatureza), acompanhados de programas industriais, de comércio e serviços. (MACEDO, MATOS, 2008, p.14)

No caso, específico do Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO) empresarial, este consiste em uma linha de crédito, destinada a empreendimentos ligados aos setores industriais, agroindustriais, mineral e de turismo, subsidiando diretamente os setores de infraestrutura econômica, comercial e de serviços, sendo estes os segmentos que utilizam os recursos oriundos do (FCO). Porém estes financiamentos fortaleceram o complexo agroindústria, os parques industriais, e conseqüentemente a redução de carência em infraestrutura econômica.

Por outro lado, complementam o quadro de incentivos ao desenvolvimento de atividades econômicas no estado de Goiás, os programas de incentivos de nível estadual. Em 1984, foi criado, um programa de incentivos fiscais com a finalidade de atrair atividades de setores produtivos, sobretudo àqueles pertencentes ao segmento das agroindústrias, esta medida estratégica de desenvolvimento para o estado de Goiás, tratava-se do programa Fomentar (Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás). Configura-se como o primeiro programa de incentivos do estado

de Goiás, criado pela Lei nº 9.489, de 19/07/1984, o qual tinha o objetivo de incrementar a implantação e expansão das indústrias para o estado de Goiás, visando-se a promoção do desenvolvimento do estado, principalmente as agroindústrias. Neste sentido em que os atores hegemônicos conduzem as tramas do poder territorial e produtivo e alguma medida o ordenamento do território, e alguma medida o ordenamento do território, pois usar a autonomia administrativa, política e tributária para disseminar incentivos a projetos econômicos, o FOMENTAR, se constituído de um fundo que se destinavam recursos para a implementação de atividades industriais, de acordo com o artigo 3º da legislação de implementação:

Artigo 3º, Os recursos do FOMENTAR serão aplicados em atividades industriais, preferencialmente agroindustriais, mediante apoio financeiro e técnico, em empreendimentos considerados prioritários para o desenvolvimento estadual. Os recursos responsáveis pela constituição do fundo seriam provenientes de: créditos orçamentários que lhe fossem destinados pelo Poder Público; recursos, a qualquer título, colocados à sua disposição por instituições públicas ou privados; rendimentos provenientes de suas operações, aí compreendidos encargos financeiros, reembolso de capital e outros; produto de alienação de ações, debêntures e outros títulos ou bens adquiridos ou incorporados ao Fundo, conforme redação Art. 2º da Lei nº 9.489/84. A destinação destes recursos é regulamentada pelo Art. 4º do Decreto nº 3.822/92: Financiamento e investimentos fixos previstos em projetos enquadrados no Programa; Empréstimo de até 70% (setenta por cento) do montante equivalente ao ICMS devido pelo estabelecimento industrial contribuinte; Construção de obras de infraestrutura básica, indispensáveis à instalação e funcionamento de indústrias beneficiárias do Programa; Arrendamento mercantil de bens móveis ou locação de bens imóveis às indústrias, tais como: máquinas, aparelhos, equipamentos e instalações industriais, inclusive galpões para estas instalações; pagamento do ICMS pela alíquota de 7% nas operações que realizar com outros estabelecimentos beneficiários do FOMENTAR. (PARANAÍBA, 2012, p.61).

Assim, o programa fomentar, previa um prazo de cinco anos para o financiamento de 70% do ICMS, posterior a este prazo, o contratante teria mais cinco anos para saldar o crédito financiado. Depois de 10 anos de vigência do programa, FOMENTAR, ocorre alterações na estrutura da “política tributária” conforme o “Art. 4º da lei nº 13.436/98 dispõe que tais prazos seriam adicionados de mais 10 anos, até o limite de 30 anos” (PARANAÍBA, 2012, p.65). Para, Silva (2002), após a implementação do plano real, em junho de 1994, os incentivos fiscais do FOMENTAR perdem a atratividade em decorrência da queda dos índices de inflação. Deste modo,

com o declínio atrativo do programa FOMENTAR. De acordo com a Secretaria de Indústria e Comércio do Estado de Goiás, o programa fomentar possibilitou ganhos para a economia goiana, bem como nos vinte quatro anos de vigência, propiciou o fortalecimento do parque industrial do estado, tendo como carro chefe à agroindústria consequentemente um ordenamento do território goiano. As experiências obtidas por esta política de estado estimulou a criação de outro programa de incentivos governamentais do estado de Goiás, nos anos 2000, foi criado através da Lei 13.591, o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR), juntamente com o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Industriais – FUNPRODUZIR, ambos planejados com o objetivo de expandir a modernização e diversificação do setor industrial em Goiás.

O programa Produzir garantia benefícios de crédito no ICM (antecessor do ICMS) sobre o investimento fixo, entretanto estabelecia uma contra partida social, pois se previa que na proporção em que o setor industrial fosse se reestruturando, gerando emprego e renda, este consequentemente atuaria na redução das desigualdades sociais e regionais. De acordo com prerrogativas do o Art. 4º poderiam se beneficiar empresas industriais que viabilizasse a realização de projetos economicamente viáveis ao interesse do Estado: Implantação de novos empreendimentos; Expansão e diversificação da capacidade produtiva; modernização tecnológica; gestão ambiental; aumento de competitividade; revitalização de unidade industrial paralisada; realocização de unidade industrial motivada por fatores estratégicos. (PARANAÍBA, 2012; SEGPLAN-IMB, 2013).

Ao longo do tempo subprogramas foram sendo implantados para ampliar o efeito do Programa no estado de Goiás: MICROPRODUZIR – beneficia a empresa industrial enquadrada ou não no Regime Simplificado de Recolhimento dos Tributos Federais, desde que o faturamento não ultrapasse o limite fixado para enquadramento no mencionado regime (Decreto n.º 5.265/00 Art. 3º), com financiamento de até 90% do ICMS pago mensalmente; CENTROPRODUZIR - institui o incentivo à Instalação de Central Única de Distribuição de Produtos no Estado de Goiás (Lei n.º 13.844/01); TECNOPRODUZIR – institui o Pólo de Serviços Tecnológicos Avançados do Estado de Goiás, com o fim de incentivar investimentos para a implantação, ampliação e modernização, do “Tele porto Parque da Serrinha” com infraestrutura adequada para integrar o Estado de Goiás à rede de centros metropolitanos mundiais, por meio do sistema de telemática, proporcionando o intercâmbio de informações em alta velocidade e em tempo real; e da “Plataforma Logística Multimodal de Goiás” objetivando um centro de

comercialização e distribuição, em Anápolis (Lei n.º13.919/01); COMEXPRODUZIR - apóia operações de comércio exterior realizadas por empresa comercial importadora e exportadora, inclusive por “*trading company*”, que opere exclusiva ou preponderantemente com essas operações, por intermédio de estrutura portuária de zona secundária localizada no Estado de Goiás. (Lei n.º 14.186/02); NORDESTE-PRODUZIR – incentiva empreendimento industrial ou promove a expansão da sua capacidade produtiva ou a diversificação dos produtos fabricados ou ainda a realocação da indústria na Região Nordeste do Estado e nos Municípios de Águas Lindas, Cidade Ocidental, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso; nos Municípios de Abadiânia, Água Fria, Alexânia, Cabeceiras, Cocalzinho, Corumbá, Cristalina, Mimoso, Padre Bernardo, Pirenópolis e Vila Boa. (Lei n.º 15.597/06) Contudo foi revogado por força da Lei n.º 16.286, de 30.06.08. (GOIÁS, 2013; PARANAÍBA, 2012, p. 65).

De tal modo, que em decorrência da instalação do programa PRODUZIR, outras grandes cadeias produtivas se territorialização do território goiano, entre os anos 2001 e 2012, foram beneficiados pelo programa de incentivo, segundo informações da Secretaria de Planejamento do estado de Goiás (2012) foram 650 beneficiados e que projetos que visavam à implantação / expansão de ações industriais, vale ressaltar que a partir de 1999, além dos benefícios do PRODUZIR, o Governo do Estado de Goiás reduziu as alíquotas de ICMS, possibilitando a criação de variados benefícios fiscais, que fomentaram e ampliaram a competitividade, dos segmentos industriais.

Sendo que dos 1.399 projetos submetidos ao PRODUZIR, entre os meses de 2001 e maio 2012, destes 650 foram beneficiados, abrangido 81 municípios em 17 microrregiões do estado. Portanto, as empresas que se beneficiaram deste programa, foram contemplados a título de financiamento subsidiado, um valor estimado em até 73% do ICMS a ser recolhido. A lei de regulamentação, de o programa Produzir, delibera que pode ser concedido um desconto, mesmo se tratando de financiamento, que varia de 30% a 100% do sobre o valor de débito, sobre a prerrogativa de subsidiar investimentos na instalação, modernização e expansão de unidades industriais.

Podemos, constatar que a implementação dos Programas FOMENTAR e PRODUZIR potencializou a formação dos empreendimentos do seguimento de processamento de alimentos, De tal modo, que entre os anos de 2000 e 2010, o programa Produzir, destinou-se R\$28,1 bilhões à ao setor agroindustrial sucroenergético, o que corresponde a 37,5% de todas as concessões no período supracitado. Como exemplo citamos algumas empresas beneficiadas, “Perdigão em Rio

Verde, além de outras importantes indústrias como a automotiva, a mineral que iniciaram o processo de diversificação industrial em Goiás, como *John Deere e Mitsubishi* em Catalão, *Hyundai* em Anápolis e o polo farmacêutico de Anápolis com a Teuto, Neoquímica, entre outras”. (SEGPLAN-IMB, 2013, BORGES, 2006).

Assim, mediante aos esforços promovidos por estes planos de fomento, é perceptível a concentração dos investimentos na porção Sul do estado, a exemplo a produção de soja; Milho e cana-de-açúcar o que, conseqüentemente, acentua os níveis de disparidades em relação à porção Norte do Estado, a política governamental, possui a capacidade tanto para financiamento, quanto para fomentar atividades industriais no Estado. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS, 2010; SEGPLAN/IMB. 2014).

Os planos, programas de apoio e incentivo às atividades econômicas elucidam o papel ordenador territorial que o estado desempenhou e desempenha, sendo um agente dos interesses dos capitalistas. Mas quando analisamos tal reflexão em comparação com as efetivas implementações dos programas de fomentos percebemos ainda uma carência de assistências técnicas a determinadas regiões do estado, gerando desigualdade regional e aumentando a pobreza.

Em 2009, são lançados os estudos do Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar, com a finalidade de identificar terras apropriadas para a expansão do cultivo de cana-de-açúcar e, a partir de seus resultados, fomentarem políticas públicas, que dinamizem a expansão do setor para essas áreas. Assim visando que os empreendimentos que se enquadrem, nas áreas aptas para a expansão, pelo Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar, possam ser beneficiados em programas de subsídio fiscal, bem como no estabelecimento de sobretaxa a produção em áreas consideradas inaptas, sobre o processo de expansão.

O zoneamento teve como prerrogativa não indicar a expansão do cultivo da cana-de-açúcar em áreas com cobertura vegetal nativa, áreas com declividade, superior a 12%, áreas de proteção ambiental, áreas indígenas, áreas dos seguintes biomas: Amazônia e Pantanal, Bacia do Alto Paraguai. Sendo, uma das estratégias do estado, ao eliminar o bioma cerrado, se fez em decorrência de não comprometer a imagem do processo produtivo do etanol no estado, para com o mercado internacional, uma vez, que o grande capital fomentador do setor sucroenergético, exerce uma relação de

comércio como o Estado, sendo um dos seus principais financiadores e legitimadores do processo de ordenamento. De tal modo, que o zoneamento aponta maior número de áreas propícias à expansão da cana-de-açúcar estão concentradas na predominância do bioma Cerrado.

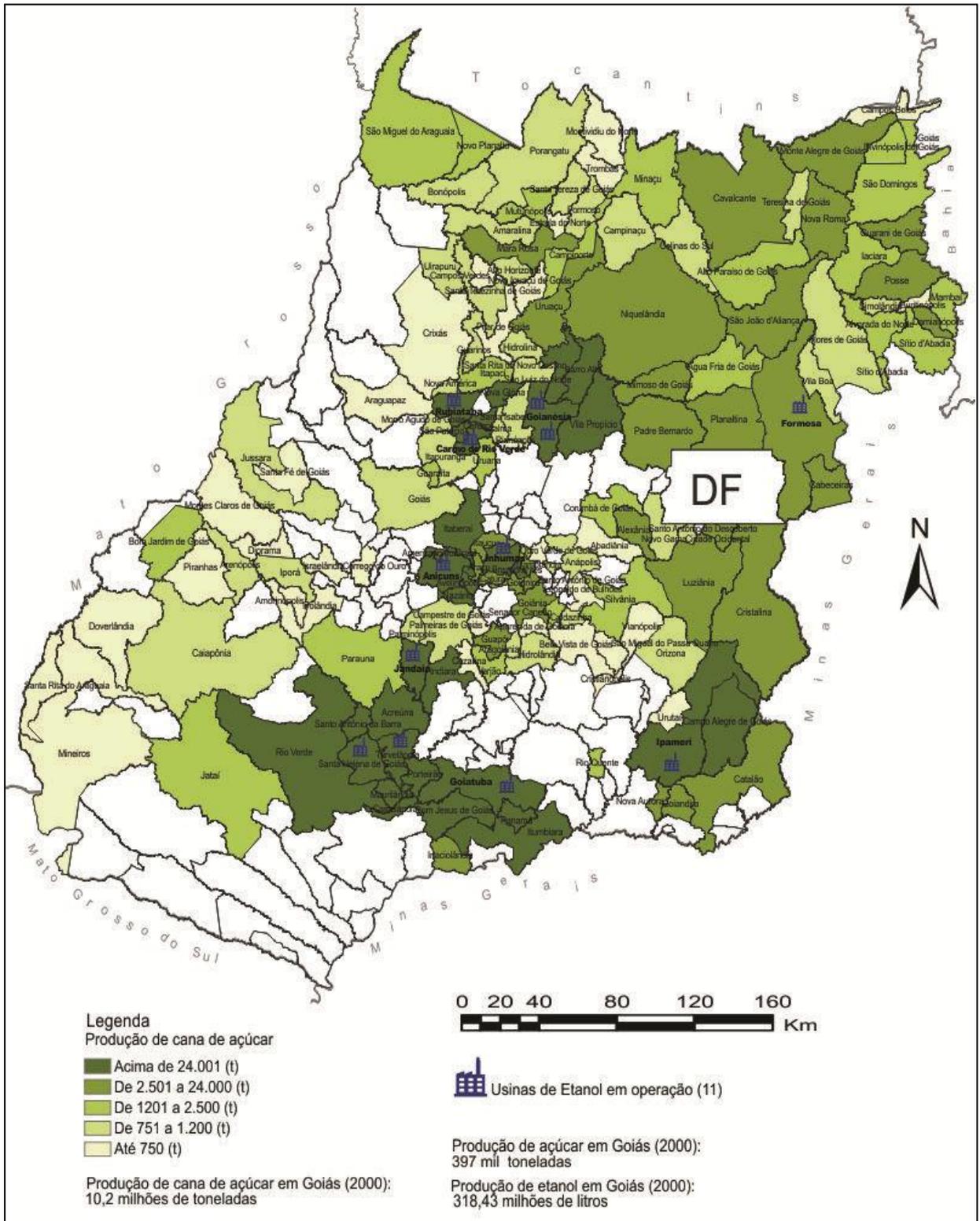
Entretanto, é perceptível que as áreas anteriormente utilizadas pela pecuária extensiva, de criação de gado, quando apropriadas pela produção de Cana-De-Açúcar, apresenta rendimentos semelhantes às terras do sul do país, deste modo reafirmando as condições favoráveis de incorporação do centro-oeste na dinâmica do setor sucroenergético. (SILVA, 2011). Neste sentido, a incursão das terras da região centro-oeste, na rede mundial de produção e comércio de *Commodities* agrícolas, propiciou a esta região um reordenamento em prol dos interesses do grande capital, ou seja, o território passa a ser usado para atender as demandas da produção capitalistas, entre elas a do setor sucroenergético.

No atual estágio da incorporação capitalista do cerrado, não há a intenção de aquisição de terras, por partes dos grupos gestores destes empreendimentos, ao passo que a maioria conta com capital internacional em sua composição como exemplo dessa condição, a unidade industrial instalada recentemente no município de Vila Boa (GO) não tem como objetivo a aquisição de terras para a produção de cana-de-açúcar, sendo prioridades apontadas pela empresa o arrendamento de terras e a compra de cana-de-açúcar de fornecedores independentes (CBB, 2013; SILVA, 2011).

Portanto, a possibilidade de obtenção de renda diferencial da terra I e II é um dos elementos de análise, que devem ser considerados no contexto do ordenamento para e expansão das atividades sucroenergética na região centro-oeste, especialmente no nordeste goiano. (SILVA; 2011). Para tanto, a estrutura originada a partir da territorialização do capital sucroenergético nesses espaços pode trazer implicações diversos atores, da esfera social, política e econômica. Entretanto, as diferentes técnicas e estratégias incorporadas ao setor sucroenergético dinamiza a economia de mercado em relação às novas fontes de energia. De tal modo, que os estímulos da esfera governamental em âmbito estadual, por intermédio da política de incentivos fiscais, ainda se configura como uma força de atração de novos empreendimentos para o território Goiano. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS, 2010).

A partir destas ações estratégicas podemos perceber claramente os reflexos destas medidas de incentivos quando analisamos a estrutura de produção do setor sucroenergético em Goiás, nos anos de 2000 e 2010, é expressiva, expansão do setor, em relação a quantidade de usinas em operação no território goiano, nos anos 2000 eram 11 empreendimentos. Já em 2010 passa para 36 unidades industriais ligadas ao setor. Fatos que merecem destaque, pois alavancou o setor e elevou o estado a posição de segundo maior produtor na safra 2010/2011. (CONAB, 2011; MPMO, 2010; SEGPLAN/IMB, 2012). (Figuras 05 e 06).

Figura 05: Produção de cana-de-açúcar em Goiás (2000)



Fonte: IMB – Goiás em Dados, 2005.Elaboração: SEGPLAN-GO/IMB – Gerencia de Estudos Socioeconômicos e Especiais– 2011

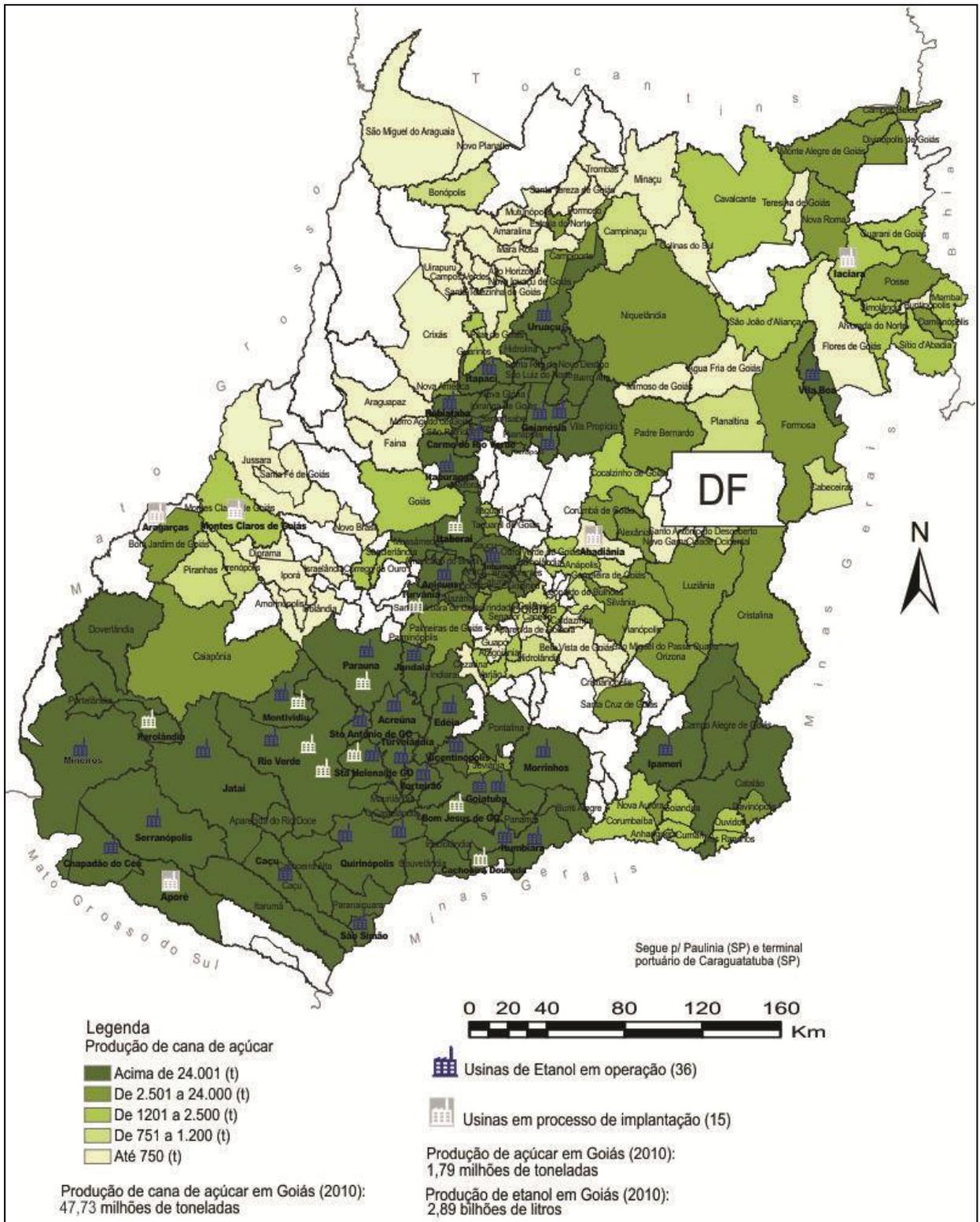
No ano de 2000, a produção de cana-de-açúcar nos municípios goianos se concentrava na porção central e sul do estado (Figura 05). Poucos municípios goianos possuíam mais de cinco mil hectares plantados com cana-de-açúcar.

Os municípios com maior produção de cana-de-açúcar estão localizados no sudoeste do estado de Goiás, portanto ao considerarmos a dinâmica da produtividade com finalidades industriais, as lavouras se localizavam próxima das unidades de processamento (usinas). O setor sucroenergético possuía nos anos 2000, onze unidades industriais de processamento de cana -de -açúcar, é estas se localizavam nas zonas de maior probabilidade de cultivo, com predominância de latos solos e vermelhos e amarelo, ou seja, se concentravam em áreas do sudoeste goiano.

No ano de 2010, a área cultivada com cana-de-açúcar foi ampliada consideravelmente no estado de Goiás. Através da observação da (Figura 06) é possível identificar que ocorreu o adensamento da produção nas áreas em que o cultivo da cana-de-açúcar se concentrava até o ano de 2000 e, além disso, diversos municípios, que até o ano de 2000, não plantavam mais que 100 hectares de cana-de-açúcar, passaram a contar com o seu cultivo em áreas superiores a 1.000 hectares. A comparação das figuras 06 e 07 nos permite visualizar a crescente expansão do complexo sucroenergético no estado de Goiás. Com destaque para as microrregiões de Ceres; do Entorno de Brasília e o Nordeste Goiano do estado, sendo que a maior parte dos municípios que se tornaram produtores de cana-de-açúcar entre os anos de 2000 e 2010.

A abertura de novas integrações industriais do complexo sucroenergético nesses municípios, especialmente após o ano de 2008, justifica a ampliação das áreas plantadas com cana-de-açúcar nessa parte do estado. Locais estes onde o setor sucroenergético, apoiado pela estrutura econômica e política do capital, que atuaram e usaram estes territórios para territorialização de sua produção.

Figura 06: Produção de cana-de-açúcar em Goiás (2010)



Fonte: IMB – Goiás em Dados, 2011.

Elaboração: SEGPLAN-GO/IMB – Gerencia de Estudos Socioeconômicos e Especiais – 2012.

A utilização destas áreas para o cultivo da cana-de-açúcar leva desencadeia o surgimento de conflitos de interesses entre os agentes já territorializados. De acordo com Silva (2011, p.110),

A possibilidade de usar partes desse espaço para o cultivo de cana-de-açúcar é vista pelos atores locais como uma ameaça à manutenção de suas atividades. As formas espaciais que servem a esses complexos podem perder as suas funções diante da substituição da produção de grãos pela produção de cana-de-açúcar. Essa condição coloca esses setores econômicos em uma situação de disputa territorial. Por um lado, os atores dos setores de grãos e de carnes buscam manter seus territórios, especialmente os espaços usados para o cultivo de grãos. De outro, se colocam os atores do setor sucroenergético, com a intenção de garantir área para o cultivo de cana-de-açúcar em quantidade suficiente para abastecer a unidade industrial.

Assim, os territórios da microrregião do Entorno e Nordeste do estado de Goiás se torna alvo de disputa entre os setores e seus atores, que lançam mão de diferentes estratégias para a garantir condições fundamentais para a reprodução do capital aplicado. O município de Vila Boa (GO), é um exemplo do processo apresentado acima e na citação, a instalação de uma unidade industrial do setor sucroenergético no município e a possibilidade de instalação de outros projetos, desencadeou diferentes impactos na estrutura de ordenamentos do município, Ao iniciarmos as reflexões sobre o município de Vila-Boa, se faz necessário adentramos ao panorama exploratório, no intuito de compreender as entrelinhas acerca da emancipação deste, que passa da Categoria de Distrito do Município de Formosa-GO, sendo emancipada a categoria de Município no ano de 1992.

Entretanto é de suma importância salientamos que esta região onde esta localizada o município, vem sendo alvo de constantes especulações ordenadas pelo grande capital, fatos que até a década de 1980 ouve-se um desprivilegio desta região por parte do agronegócio globaliza. Entretanto, partir do ano de 2000, percebemos uma transformação na produção agrícola, com o intercâmbio constante, entre o tripé das estruturas da agricultura, indústria e serviços, que em outras palavras, nos refletem no prisma da lógica de ordenação espaço-temporal do capitalismo contemporâneo, em suas

estratégias de reprodução e sobrevivência, frente às crises sobre a acumulação. (ARRUDA, 2013).

Harvey (2004) salienta-nos que, a sobre a acumulação num dado sistema territorial, representa a ordenação espaço-temporal, configura-se em uma prerrogativa de excedentes de trabalho. Sendo por meio da criação de novos mercados e novas aptidões produtivas e a possibilidade de aquisição de recursos, sociais e trabalho, em outros lugares. Entretanto, deve considerar-se que no período atual de acumulação flexível do capital, as demandas por produção interagem diretamente nos espaços e territórios e conseqüentemente nas formas de “comércio internacional” seja por meio de novas inserções tecnológicas, imbricações que abrangem a sua circulação, bem como, a produção, circulação e veiculação de ideias, alterando assim a lógica de produção industrial versus a produção primária. (RODRIGUES, 1998).

Portanto, o agronegócio via capital globalizado, constitui-se no século XXI, uma das formas do capital manifestar a sua gama de atração e ordenação, do seu poder de reproduzir através da conquista de novos espaços geográficos, ou seja, na lente de um processo por si próprio dialético e contraditório. Neste sentido, podemos afirmar que o agronegócio acaba (re) produzindo novas relações sociais, de demandas por produção e possibilitando o surgimento de novos setores produtivos, incorporando novos territórios (re) significando e reunificando espaços que, em outros momentos históricos estavam dissociados (RODRIGUES, 1998), (ARRUDA, 2013).

Assim, em consequência desta prerrogativa do capital, emergem novos (re) arranjos produtivos, espaciais e temporais, sejam estes, no campo ou nas cidades, onde há a inserção de atividades produtivas impulsionadas pelo agronegócio globalizado. Sendo, em grande parte conectada as transações econômicas, bem como a venda e compra de *commodities agrícolas* originárias da agricultura tecnificada é de precisão, pautada na lógica das engenharias, na informática e no desenvolvimento de pesquisas, propiciando uma nova concepção ao processo produtivo, de maior fluidez e estreitamento entre as técnicas e os territórios produtivos, (ARRUDA, 2013), porém de acordo como analisa Denise Elias (1996):

Com a introdução de ciência, tecnologia e informação na produção agropecuária, processou-se uma contínua renovação das suas forças produtivas, que passam a responder com velocidade às necessidades

colocadas pelos agentes econômicos hegemônicos do setor, refletindo no aumento da produção e produtividade, assim como na sua inter-relação crescente com as demais atividades econômicas. (ELIAS, 1996, p.21).

De tal modo, que em todas as etapas da atividade produtiva do setor agropecuária, passa a desencadear uma racionalização produtiva, sendo esta, auferida pela organização técnica e social do trabalho, no intuito de proporcionar uma maior produção de excedentes, e conseqüentemente maiores lucros. Entretanto este modelo de produção a carreta a inserção de diferentes capitais e diversos processos de trabalho, numa rede articulada entre a economia de mercado e a geração de valor. (Arruda, 2013). Portanto, as transações econômicas realizadas sobre este prisma, proporcionam a cadeia produtiva e conseqüentemente a produção, um extrapola-se da fronteira geográfica do circuito rural, seja, pela rede de fluxos e mercadorias, bem como de capitais e informações, proporcionando uma maior conectividade entre a cidade e o campo. (ARRUDA, 2013), (ELIAS, 1996).

Neste sentido, o maior aprofundamento e crescimento das conexões de trocas comerciais e de material, não só ocasiona alterações na estrutura produtiva do campo, mas conseqüentemente na estrutura da cidade, de acordo com Lefebvre (1991, p.53), “a cidade se transforma não apenas em razão dos ‘processos globais’ relativamente contínuos, como também em função de modificações profundas do modo de produção, nas relações campo-cidade, nas relações de classe e de propriedade privada”. Portanto, a dinâmica do processo de internacionalização dos capitais via agronegócio globalizado acentua-se as disparidades e conectividades entre campo e cidade. De acordo com ARRUDA,(2013):

As transações entre as cidades que passam a constituir locais estratégicos da economia global. Essas cidades são submetidas às decisões exógenas cumprindo papel de suporte para essas atividades tornando mais indissociáveis as relações entre o local-global, acentuando a divisão territorial do trabalho. Surgidas no contexto da globalização e, em razão da especialização produtiva, que lhes são conferidas essas cidades passam a manter relações com centros longínquos, quer seja por meio das transações que são estabelecidas pelas corporações agroindustriais presente no seu espaço quer seja, por meio de uma economia urbana, pautada na exportação *de commodities agrícola*. (ARRUDA. 2013, p. 74)

Deste modo, levando em consideração a citação supracitada, as cidades possui como prerrogativa principal o provimento imediato e adjunto da informação requerida

para a efetivação das transações econômicas de *commodities agrícolas* no mercado internacional, ou seja, por intermédio das cotações da bolsa de valores, exportações entre outros serviços presente na dinâmica da cidade, porém mesmo que comanda das etapas do processo produtivo se faz no campo. É na cidade que produção do agronegócio moderno encontra-se respostas às exigências das redes internacionais do capital, seja por meio do desenvolvimento da ciência, da técnica e da informação. (Arruda, 2013).

Assim, os processos dinâmicos de verticalidades, espacialidades e territorializações, o agronegócio via o grande capital internacional, é reestruturado passando a ser um dos principais ordenadores do crescimento da economia das cidades próximas aos complexos agroindustriais, propiciando inovações territoriais decorrentes de negociações de bens materiais, imateriais e serviços. Conforme nos afirma Sassen (2002), as cidades passa serem pontos estratégicas para a consolidação do processo de globalização, uma vez que desempenham o papel de conectividade, entre as redes de comercio internacional com o local de produção.

Estes novos territórios produtivos aglutinados pelo grande capital do agronegócio, estão atrelados as atividades agroexportadoras modernas e altamente tecnificada, com produtos super valorizados na rede de comércio internacional, as regiões de predominância do setor agrícola, dispõem em sua maioria de um sistema de centros urbanos bem equipados e atualizadas para abrigar-se à lógica produtiva do grande capital. Sendo, que essas atividades abrangem as instituições financeiras até os serviços especializados, deatacadistas, agroindústrias e comércios de exportação; deste modo essas dinâmica realiza a ponte de conexão destas cidades ao circuito do agronegócio, inserindo as atividades rurais na estrutura da economia urbana. (ARRUDA, 2013), (ELIAS, 1996), (RODRIGUES, 1998).

2.3 - VILA BOA (GO) O MUNICÍPIO INVENTADO NUM TERRITÓRIO ALIENADO E DESIGUAL: UM DOS EFEITOS DA INSTALAÇÃO DA USINA ALDA PARTICIPAÇÕES E AGROPECUÁRIA S/A.

Tal reflexão supracitada vem de encontro com a dinâmica constatada no município de Vila Boa- Goiás, pois a partir das várias análises aqui relatados podem ser constatada na atua fase em a maioria dos municípios, os quais apresentam históricos de atividades oriundas do agronegócio na microrregião do Entorno. Para tanto, recorreremos à lei de Nº 11.707, DE 29 DE ABRIL DE 1992. A qual delibera sobre a emancipação de Vila Boa - Goiás:

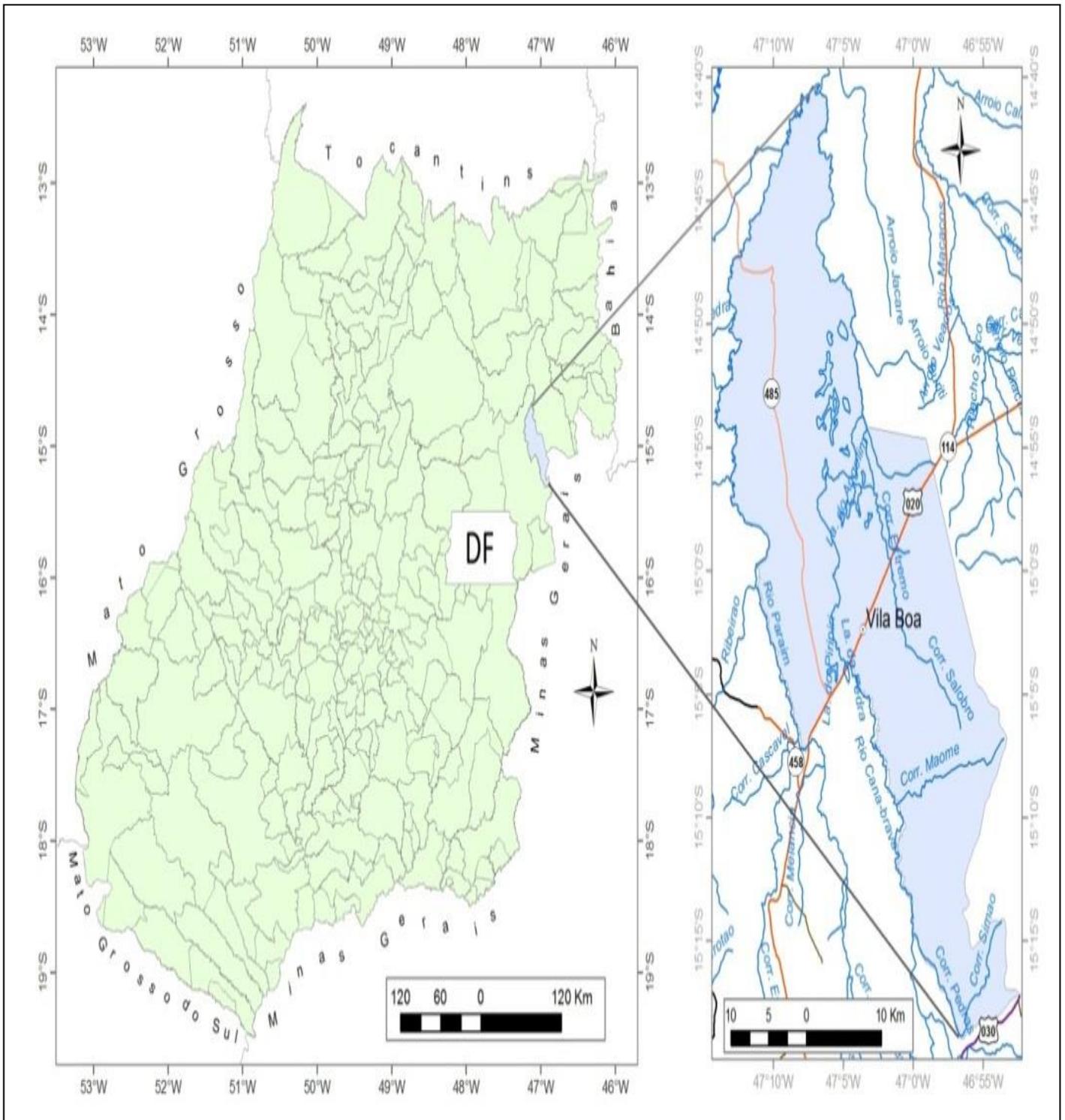
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, decreta e sanciono a seguinte lei: Art. 1º Fica transformado em Município, com o topônimo de VILA BOA o atual distrito do mesmo nome, do município de Formosa, deste Estado, dentro dos seguintes limites, divisas e confrontações: I COM O MUNICÍPIO DE FORMOSA começa na Serra Geral, no ponto confrontante com a cabeceira do Córrego das Lages; daí, em rumo certo à referida cabeceira; daí, por este córrego abaixo até a sua barra no Córrego das Pedras; daí, por este córrego abaixo até a sua barra no Rio Cana Brava; daí, segue por este rio até o cruzamento da Rodovia BR020 Brasília Fortaleza; daí, segue por esta rodovia até o cruzamento com o Rio Paraim; daí, por este rio abaixo até a sua barra no Rio Cana Brava; II COM O MUNICÍPIO DE FLORES DE GOIÁS começa no Rio Cana Brava, na barra do Rio Paraim; daí, pelo Rio Cana Brava acima até o ponto mais próximo da cumeada do Morro da Malhadinha; daí, em rumo certo ao referido morro; daí, em rumo certo à Serra Geral; III COM O ESTADO DE MINAS GERAIS começa na Serra Geral, “*Divertium Aquarum*” das bacias dos Rios Paraná e São Francisco, no ponto confrontante com o Morro da Malhadinha, daí, segue por este Divisor de Águas até confrontar com a cabeceira do Córrego das Lages, ponto inicial destas divisas. Art. 2º O Município criado pela presente lei será instalado com a posse do Prefeito, do Vice Prefeito e dos Vereadores eleitos simultaneamente com os dos Municípios já existentes. Parágrafo único Para a instalação do Município a que se refere este artigo, os Poderes Executivos e Judiciário tomarão as providências que se fizerem necessárias, devendo o mesmo ter como sede o Distrito com o título de Cidade de Vila Boa, com a zona urbana constituída dentro dos seguintes limites e confrontações: “começa na Rodovia BR020, na cerca de arame da fazenda de Arnaldo César; daí, segue por esta cerca de arame até o “brejo”, daí, em rumo certo à linha de transmissão de energia elétrica, daí, segue por esta até confrontar com a cerca de arame da fazenda de Arnaldo César, na Rodovia BR020, daí, em rumo certo à referida rodovia, ponto inicial”. Art. 3º A Câmara de Vereadores do Município de Vila Boa será composta de 9 (nove) Vereadores. Art. 4º O Município criado pela presente lei

pertencerá à Comarca de Formosa. (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, 2014).

Vale salientar que o município instituído pela lei supracitada integra-se ao domínio político, econômico e territorial de influência da Região de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal e Entorno (RIDE) sendo este um fator de relevância a ser destacado. Por ser uma região administrativa criada em 1998 por meio da Lei Complementar Nº. 94, de fevereiro deste mesmo ano, composta pelo Distrito Federal, por 19 municípios goianos – Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa – e por três municípios mineiros – Unaí, Buritis e Cabeceira Grande. (IBGE. 2012).

Portanto, para compreender um dado território, se faz necessário conhecer sua dimensão geográfica. Bem como o contexto de sua formação espaço-temporal na qual estão interligadas as manifestações políticas, econômicas, culturais e sociais. Estas forças estão conectadas e se relacionam em torno de uma única unidade, efetivando-se na estrutura do território, portanto os processos sociais, se desencadeiam de forma diferente com o que ocorre no espaço geográfico, sendo estas ações decorrentes do processo de territorialidade cotidiana. Assim, o território é condicionado e construído socialmente, é resultado do processo de territorialização, ou seja, é o produto do processo de apropriação pelo domínio social, político e econômico, constituindo-se uma relação de campo de poder. (SAQUET; 2003; 2001; 2004). De acordo Figura 07.

Figura 07: Localização Do Município De Vila Boa-Go - 2012.



Fonte: IBGE/SEGPLAN – GO/IMB- 2010, Elaboração: Souza, M. N.

Portanto, apoiando-se na concepção de Ross (2000, p.58), em suas análises sobre as unidades geomorfológicas do Brasil, nos define que o território no qual se localiza o referido município, pertence no relevo brasileiro à Unidade denominada Planaltos e

Serras de Goiás e Minas. Para este referido autor “estes estão associados à faixa de dobramentos do cinturão de Brasília, que se estendem desde o sul do estado do Tocantins até o sudoeste de Minas Gerais”. Sendo, que essa região registra-se com frequência a ocorrência dos extensos topos planos em chapadas. Sendo exemplos destes as chapadas de Brasília, Cristalina e dos Veadeiros. Observa-se que esses chapadões planos oferecem boas condições para a construção de moradia urbana, bem como áreas de alto potencial para inserção da agricultura, e de agroindústrias, de acordo com o modelo adotado pelo agronegócio moderno e contemporâneo, onde se leva em consideração os solos, a hidrografia e malha viária.

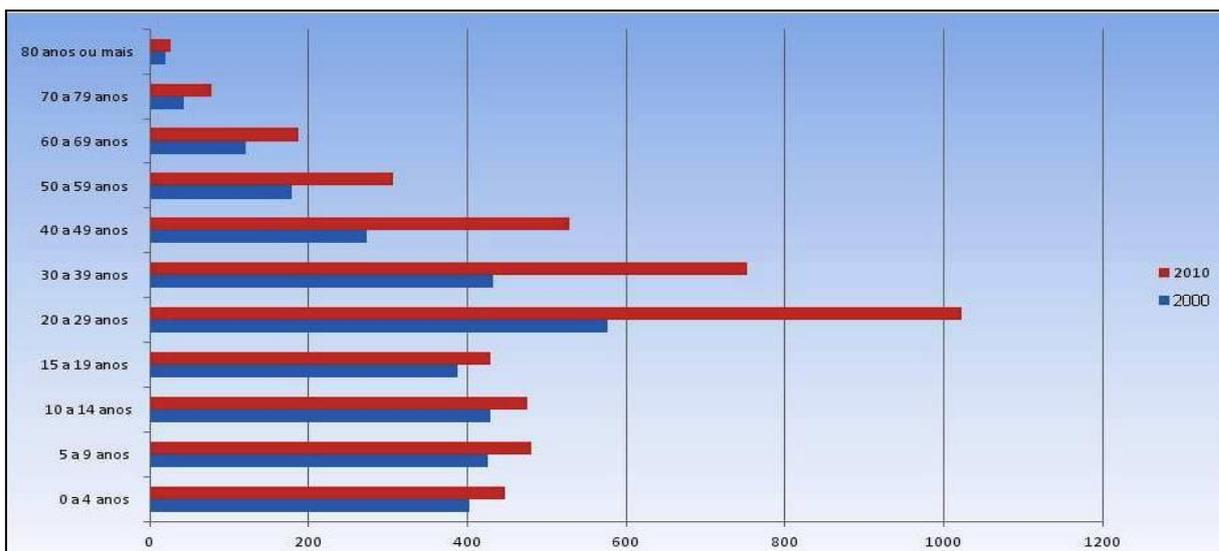
Pode salientar aqui, na sequência, que o município está localizado na microrregião do entorno do Distrito Federal conforme o planejamento governamental do Estado, apresentando uma população estimada em 4.735 mil habitantes de acordo com o censo 2010, tendo uma dimensão territorial de 1.060,172 km², vale relembrar que esta microrregião se torna zona de influência de Brasília é ao mesmo tempo o centro de atração do agronegócio na microrregião do entorno. (IBGE. 2012).

Ressalta-se que a proximidade com Formosa e Brasília e a distância de Goiânia cria uma cisão: ainda que radicado na jurisdição de Goiás, na qual Goiânia cumpre papel centralizador, as relações socioculturais, econômicas se dão com Brasília. Fato que justifica sua inserção entre os 22 municípios que compõem a RIDE/DF⁸. O município faz limite com São João D’aliança, a oeste; Buritis, a leste; Formosa, a sul e a norte com Flores de Goiás. Sua base econômica estrutura-se em torno do setor, da produção primária e com tendência ao setor agroindustrial(ELIAS, 2012).

⁸Ressaltamos que, a RIDE/DF, tem como meta principal, a elaboração de projetos estabelecendo medidas políticas que “viabilizem o desenvolvimento sustentável, a melhoria da região e também a integração dos governos de Goiás, Minas Gerais, Distrito Federal e governos dos demais municípios integrantes” (PRORIDE, 2002). Sendo que tal prerrogativa presa o fortalecimento do desenvolvimento sustentável, influenciando diretamente no ordenamento territorial, bem como nos planos diretores para os municípios pertencentes. Baseada nos prisma da sustentabilidade busca-se a recuperação e a preservação dos recursos naturais. Com o intuito de diminuir as desigualdades sociais oriundas do processo de transformação socioculturais (Ross, 2006). Conforme ressalta David Harvey, (1980) onde, nos salienta que os princípios de justiça social tornam-se mecanismos reais que conduzem às ações práticas no território. Assim as políticas e medidas implementadas pela RIDE/DF, objetivam mitigar antigos problemas sociais, a exemplo: a segregação socioespacial e fragmentação territorial dos municípios pertencentes à microrregião do Entorno.

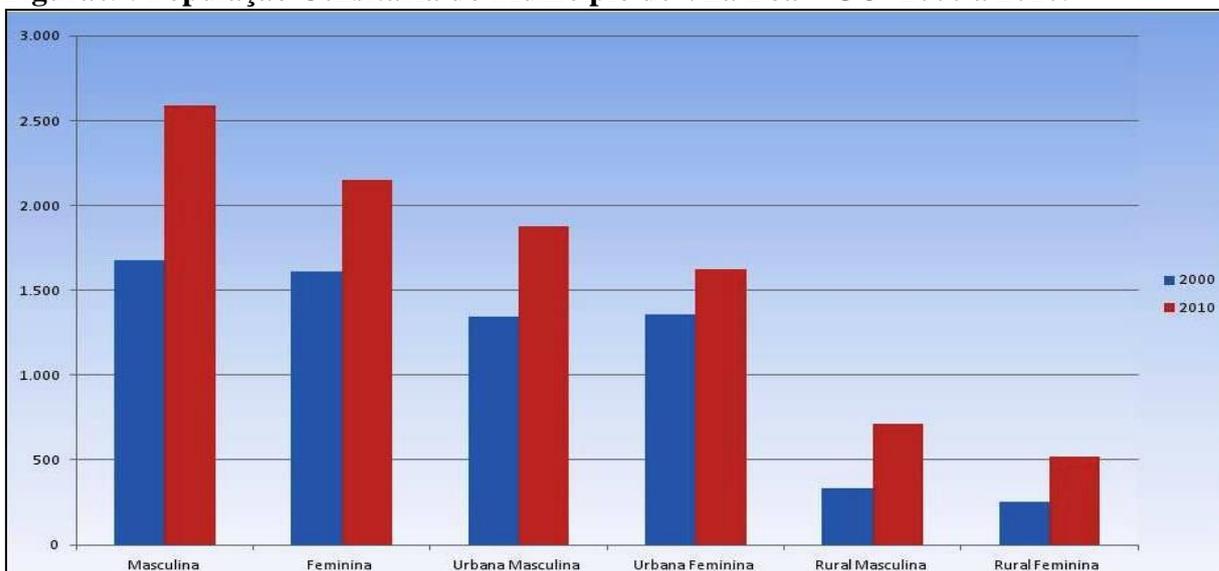
A partir deste panorama, adentramos a estrutura dos aspectos demográficos, percebe-se que o município apresenta um crescimento significativo da população economicamente ativa, nas faixas etárias de 20 a 29 anos e de 30 a 39 anos, sendo que estas faixas etárias correspondem as de maior absorção pelo mercado de trabalho. Figuras 08 e 09.

Figura 08: População do Município de Vila Boa - GO - 2000 a 2010.



Fonte: Dados MDIC /Instituto Mauro Borges /SEGPLAN-GO/ Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas. Elaboração: N.M.S. 2014.

Figura09: População Censitária do Município de Vila Boa – GO -2000 a 2010.



Fonte: Dados MDIC /Instituto Mauro Borges /SEGPLAN-GO/ Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas. Elaboração: N.M.S. 2014.

Em uma análise mais acurada do gráfico evidencia a situação acima descrita. É perceptível o crescimento no quantitativo da população no município de Vila Boa – GO

entre os anos de 2000/2010. Sendo que a população de Vila Boa cresceu a uma taxa média anual de 3,72%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Portanto nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 82,20% para 73,96%. Em 2010 viviam, no município, 4.735 pessoas. Nos entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de -0,04%. Já em Goiás, esta taxa foi de 2,46%, enquanto no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período. Na década, a taxa de urbanização do município passou de 0,00% para 82,20%. (PNUD, IPEIA, 2014). Como pode ser visto na figura 10.

Figura 10: Densidade Demográfica (Hab/km²) Vila Boa - GO entre anos 1996 a 2010.

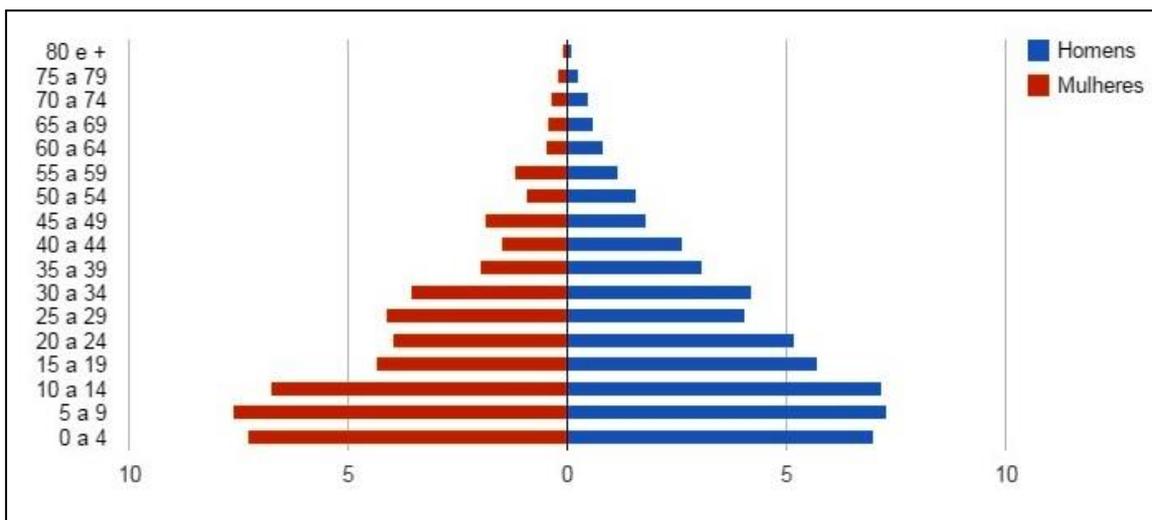


Fonte: Dados MDIC /Instituto Mauro Borges /SEGPLAN-GO/ Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas. Elaboração: N.M.S. 2014.

Ao alisarmos a serie, dos dados correspondem às estimativas do IBGE/ PNUD, percebemos, que nos anos que sucederam a emancipação política de Vila Boa - Goiás, houve um significativo aumento do fluxo populacional, decorrente em parte da à intrínseca relação deste com Formosa-GO, bem como a inserção do complexo sucroenergetico. Fatos que constata o significativo aumento da população rural que corresponde a 48% da população do município em 2010, o que no justifica o município uma significativa produção agrária, vindo de encontro com as afirmações dos estudos do Instituto Mauro Borges (2012), onde nos aponta que a principal fonte econômica do município decorre do setor agrário. Por outro lado, o índice de masculinidade está acima

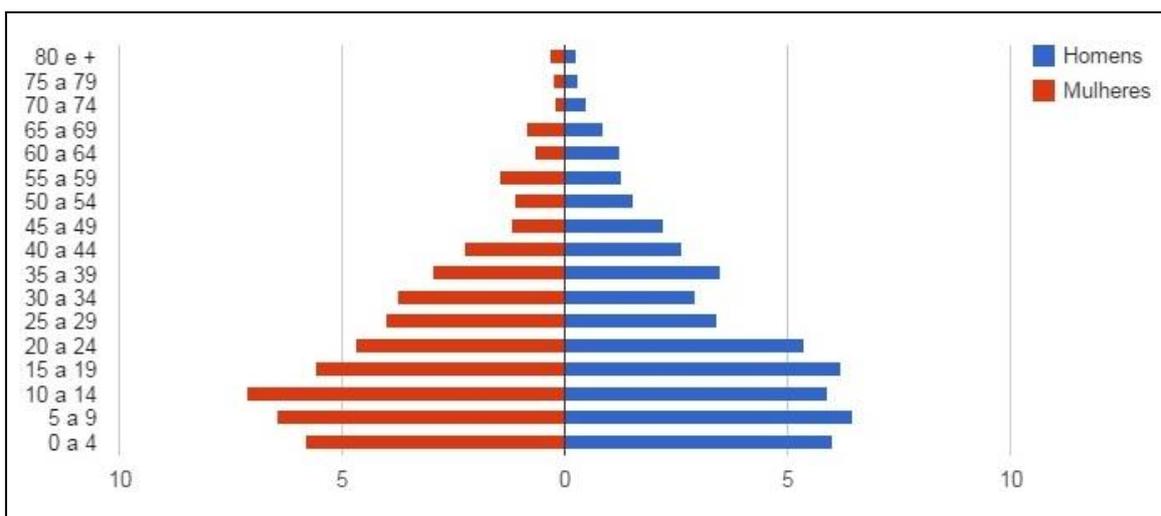
de 100%, o que não é comum, mas tal índice decorre do fluxo migratório de trabalhadores para a usina. Fatos que podem ser constatados quando analisamos a densidade demográfica do município, bem como as pirâmides etárias que apresenta um crescimento significativo após o ano de 2000 a 2010, de acordo com as figuras 11, 12 e 13.

Figura 11: Pirâmide etária - Vila Boa – GO - Distribuição por Sexo, segundo os grupos de idade, 1991.



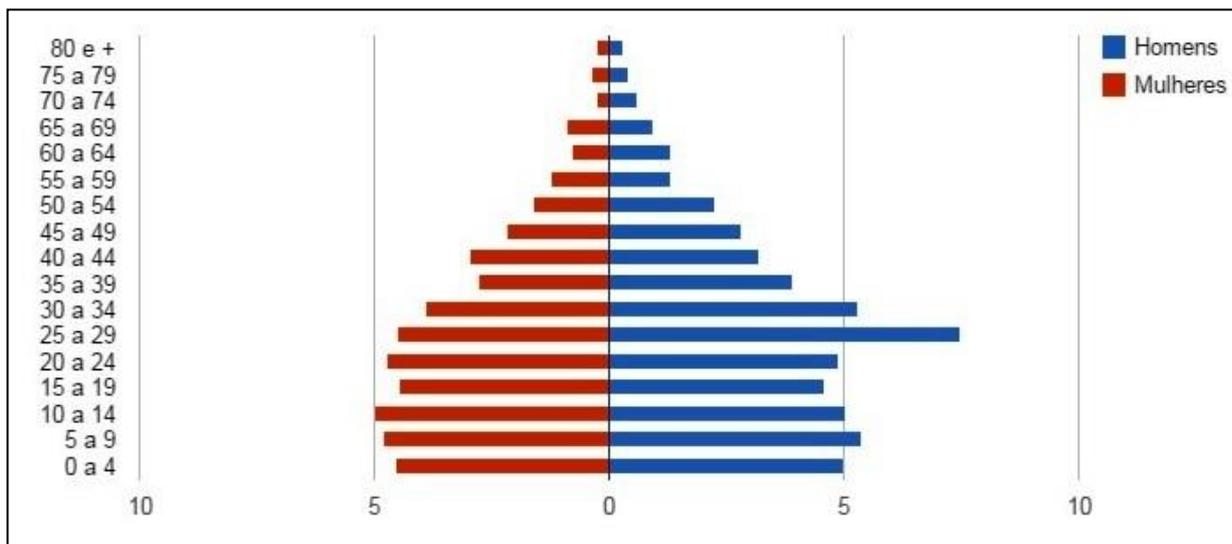
Fonte: PNUD, IPEIA (2015).

Figura 12: Pirâmide etária - Vila Boa – GO - Distribuição por Sexo, segundo os grupos de idade, 2000.



Fonte: PNUD, IPEIA (2015).

Figura 13: Pirâmide etária - Vila Boa – GO - Distribuição por Sexo, segundo os grupos de idade, 2010.



Fonte: PNUD, IPEIA (2015).

Outra aspecto relevante, com relação à estrutura do município, se faz em relação a taxa de mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 30,6 por mil nascidos vivos, em 2000, para 14,5 por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 31,9. Já no estado de Goiás, a taxa era de 14,0, em 2010, de 24,4, em 2000 e 29,5, em 1991. Entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 por mil nascidos vivos para 16,7 por mil nascidos vivos. Em 1991, essa taxa era de 44,7 por mil nascidos vivos. Com a taxa observada em 2010, o Brasil cumpre uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, segundo a qual a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015. (PNUD/IPEIA, 2015).

Portanto, ao considerarmos a elevação significativa da densidade demográfica do município de Vila Boa-GO, nos demonstra a concentração da população na zona urbana, por migração intra-urbana, interestadual e cidade-campo, bem como na retirada do homem do campo para a cidade, inclusive com alguma influência da inserção da agroindústria e de seu complexo produtivo ou seu circuito produtivo. Assim, para melhor entendimento dessa estrutura demográfica, apoiaremos na concepção de análise

espacial do território goiano, pela via que se expressa através dos estudos populacionais, Chaveiro (2009, p.94) nos ressalta:

A análise espacial da demografia – ou a interpretação demográfica do espaço – nos alerta: as manchas vazias do território como as manchas cheias são repletas de sentidos sociais. Desta, feita, o adensamento da população num lugar, ou o vácuo demográfico em outro, além de terem fundamentos e sentidos, são responsáveis por gerar impactos territoriais de diferentes ordens.

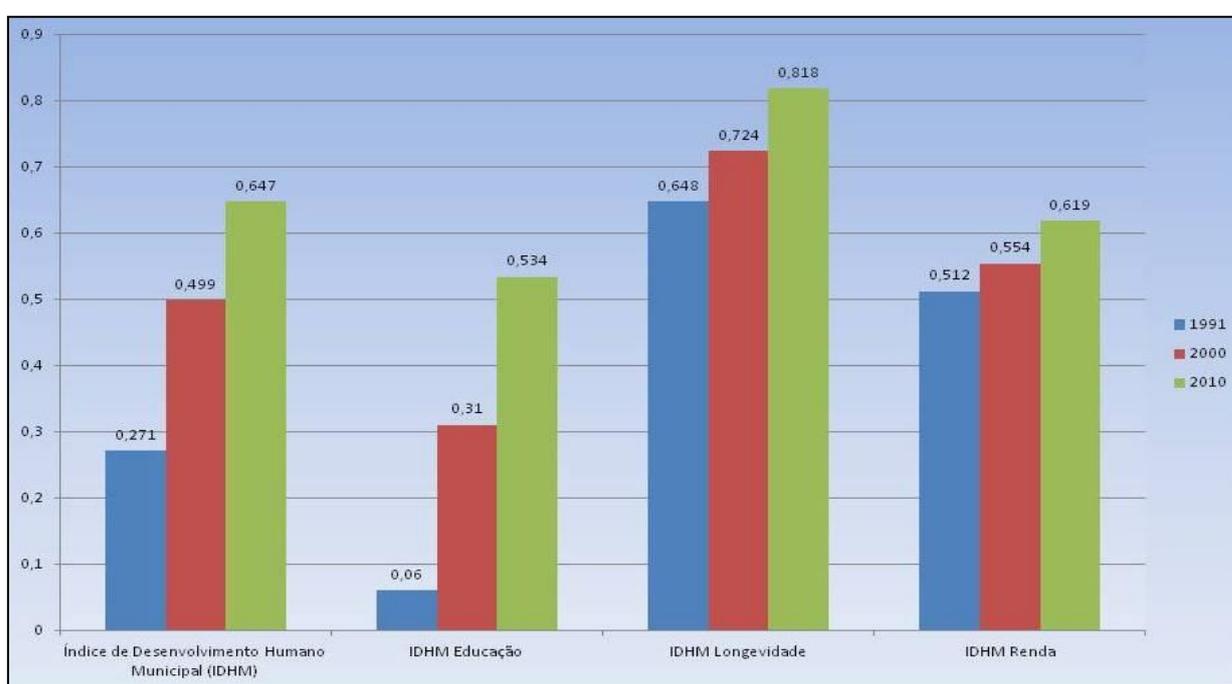
Chaveiro (2009) coloca em discussão os vazios ou adensamentos populacionais no território, por ele designados de “manchas vazias” e “manchas cheias”, afirma que, os municípios que compõe o estado de Goiás possuem um significativo contraste de ocupação e distribuição demográfica, concepção esta que não difere o município de Vila Boa – GO dessa lógica.

Entretanto, Santos e Silveira (2008, p.264) também ao referir-se às desigualdades espaciais num dado território sobrepõem o conceito de “espaços luminosos” e “espaços opacos” para indicar a capacidade de maior ou menor atração e absorção que estes exercem em seu espaço de influência. Essas informações mostram que o município apresenta um dado dinamismo, mesmo que comparado com os municípios que apresentam população abaixo de 5.000 habitantes, mas com elevação do IDH, conseguem se sobressair. Mas em contrapartida 25,6% da população se encontra na condição de pobreza e extrema pobreza. (SEGPLAN-GO-IMB, 2012), percebe-se claramente que o fator econômico se desponta com maior elevação, mas no que tange ao social, o segundo apresenta transformações vagarosas, o que nos leva a ter que interpretar os sentidos dessas políticas no ordenamento territorial do Estado. Sendo que o ordenamento territorial na visão de André Fischer (2008) “supõe a existência de um projeto social que comporta os objetivos coletivos, o que implica na busca de um equilíbrio entre os imperativos econômicos e a necessidades sociais” (FISCHER, 2008 p. 79),

Mas quando analisamos a situação do município de Vila Boa, percebemos uma clara distinção, ou melhor, “O econômico, na medida em que implica na rentabilidade, e o social, na medida em que seus progressos são lentos e nem sempre ligados a um proveito de caráter material, são frequentemente contraditórios ou estão em situação de conflitos” (FISCHER, 2008 p. 79). No caso específico podemos constatar que tanto a

elevação do Índice Desenvolvimento Humano, bem como da população se acentua após inserção de investimentos via indústria de processamento de cana-de-açúcar e produção de etanol no município. Em uma análise mais acurada da figura 15, percebemos que o índice de desenvolvimento humano apresenta elevação a partir dos anos 2000, que, conseqüentemente, corresponde aos primeiros oito anos de emancipação do distrito, bem com o período de inserção da produção de cana-de-açúcar no município. IMB/SEGPLAN (2012). Figura 14.

Figura14: Índice de Desenvolvimento Humano do Município de Vila Boa – GO - 1991; 2000; 2010.



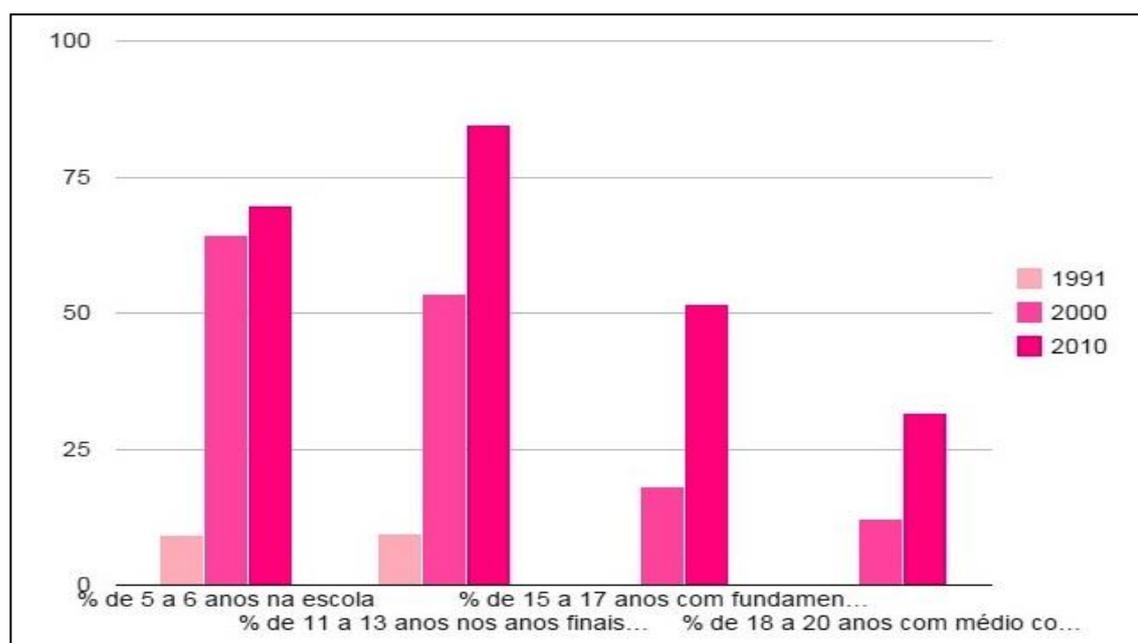
Fonte: Dados Instituto Mauro Borges /SEGPLAN-GO/ Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas. Elaboração: N.M.S. 2014

Portanto em uma análise mais acurada do gráfico percebemos que índice de desenvolvimento humano começa apresentar-se elevação a partir dos anos 2000. Uma vez que o IDH, leva em consideração Educação, Longevidade e Renda da população, em uma análise de a partir dos dados do Atlas de Desenvolvimento Humanos, entre os anos de 1991 e 2000, O IDHM do município, passou de 0,271 em 1991 para 0,499 em 2000, apresentado uma taxa de crescimento de 84,13%. Sendo que o hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 68,72% entre 1991 e 2000.

De tal modo, que neste período o índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,250), seguida dos índices de por Longevidade e

Renda. Já ao analisarmos a série de 2000 a 2010 O IDHM passou de 0,499 em 2000 para 0,647 em 2010, apresentado uma taxa de crescimento de 29,66%. Já o hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em média 70,46% entre 2000 e 2010. O índice de maior expressividade em termos absolutos de crescimento, foi Educação com crescimento de 0,224). Ao consideramos a série de 1991 a 2010, percebemos que o Índice de Desenvolvimento Humano, passou de 0,271, em 1991, para 0,647, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 138,75% para o município e 47% para a UF; e conseqüentemente uma redução na taxa do hiato de desenvolvimento humano de 48,42% para o município e 53,85% para a UF. No município, ou seja, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos de índice foi Educação com um aumento de 0,474. Figura 15.

Figura 15: Fluxo Escolar Por Faixa Etária- Vila Boa/ Goiás – 1991, 2000 e 2010.

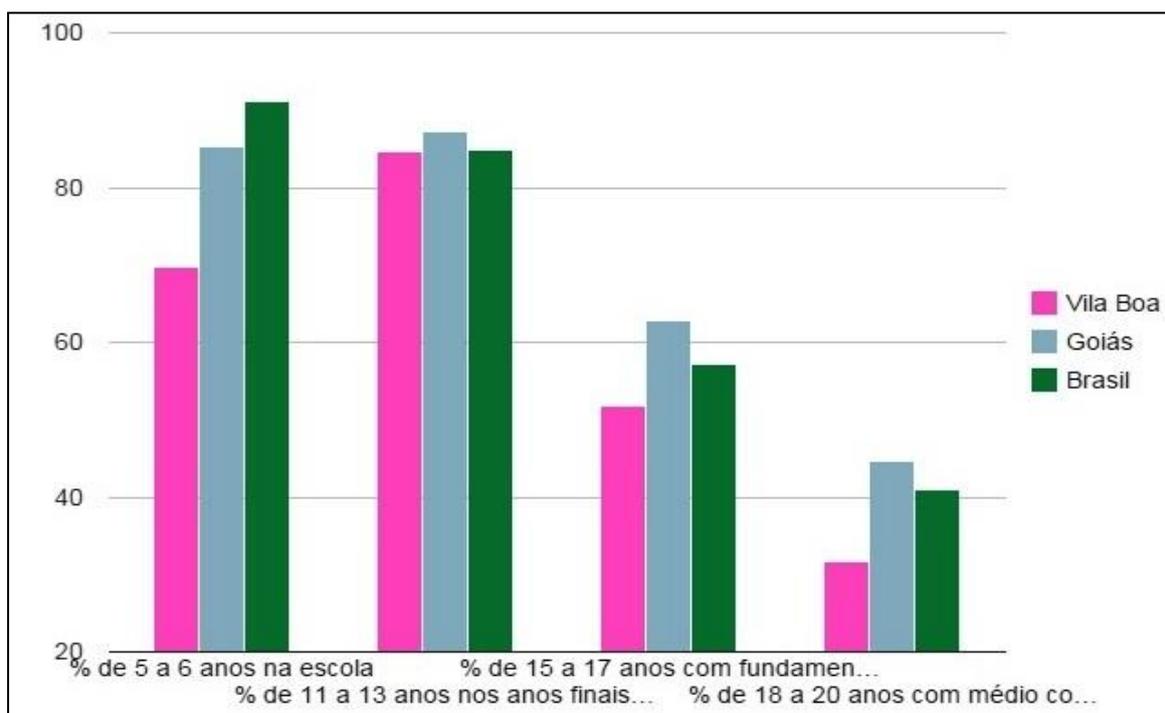


Fonte: PNUD, IPEIA (2015).

Sendo, a educação o índice que apresentou maior crescimento no município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos matriculadas na escola é de 69,68%, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 84,56%; a de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 51,74%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 31,61% em

2010. Em comparativo entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, em média 60,37 pontos percentuais, na década de 1990 o acréscimo foi de 75,22 pontos percentuais, nos anos 2000, 51,74 pontos percentuais e 2010 31,61 pontos percentuais. (PNUD, IPEIA, 2015).

Figura 16: Fluxo Escolar Por Faixa Etária- Vila Boa/ Goiás/ Brasil - 2010.



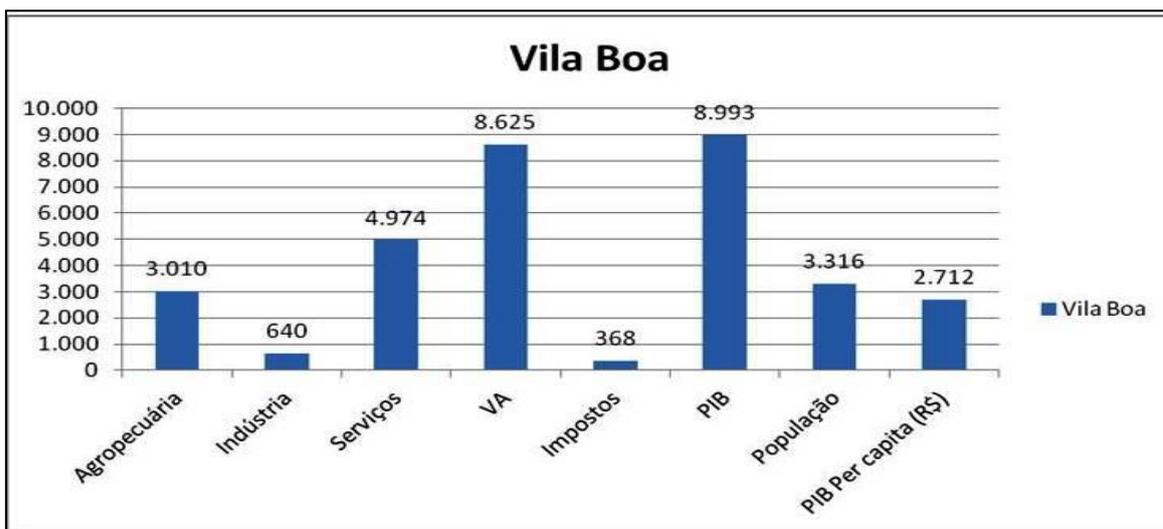
Fonte: PNUD, IPEIA (2015).

Os dados supracitados correspondem aos primeiros oito anos de emancipação do distrito, bem com o período de inserção da produção de cana-de-açúcar no município. De acordo com os dados do IMB/SEGPLAN (2012) e está variação no PIB, demonstram uma significativa elevação econômica, seja pelo fato que em 2000 o município ocupava a posição nº 201 no *rankig* das municipalidades do Estado, já em 2010 passa para a posição de nº 128. (SEGPLAN-GO-IMB,2012).

Ao interpretar os dados apresentado, podem-se destacar outros fatores que chamam atenção para essa nova conjuntura do município. De acordo com os dados (SEGPLAN-GO-IMB, 2012), a municipalidade recebe a instalação da usina Alda part. e agropecuária S/A; em 2009, mais se constata que a partir dos anos de 2007 o município passa a ter uma crescente elevação na produção de cana-de-açúcar, e conseqüentemente uma maior ascensão do seu produto interno bruto. Portanto, ao considerando a série

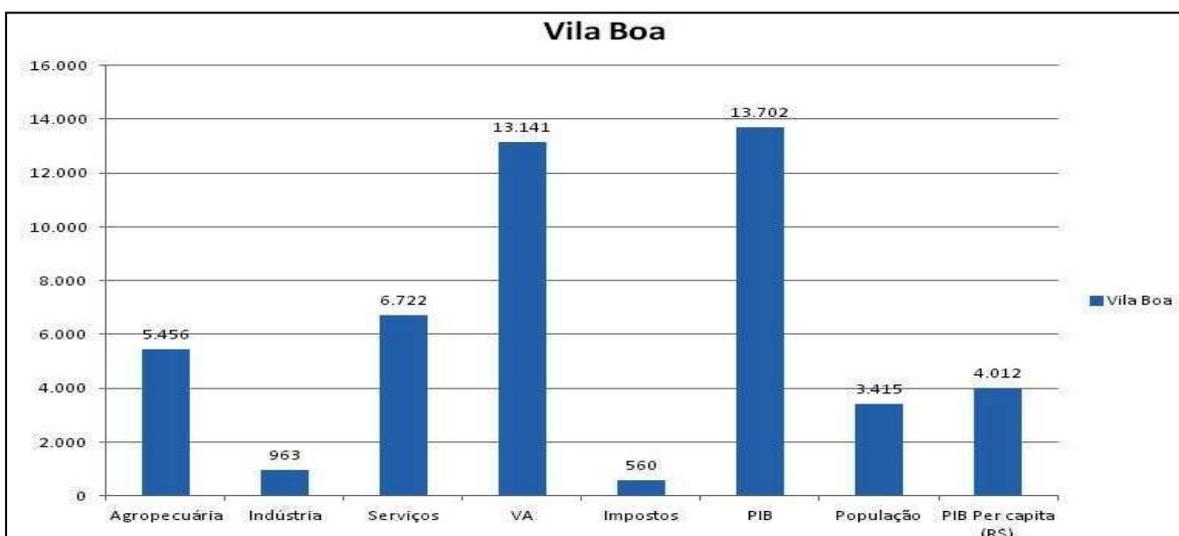
2000 a 2010 a variação do PIB chega a 712,24 % em relação ao município, tendo um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)- estimado e 0.674 considerado médio, (IBGE, 2012).

Figura17: Produto Interno Bruto a preços correntes, Valor Adicionado (VA) por, população e PIB per capita, município Vila Boa - Goiás - 2000 (R\$ mil).



Fonte: Dados Instituto Mauro Borges /SEGPLAN-GO/ Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas. Elaboração: N.M.S. 2014.

Figura18: Produto Interno Bruto a preços correntes, Valor Adicionado (VA) por setor, população e PIB per capita, município Vila Boa - Goiás - 2002 (R\$ mil).



Fonte: Dados Instituto Mauro Borges /SEGPLAN-GO/ Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas. Elaboração: N.M.S. 2014.

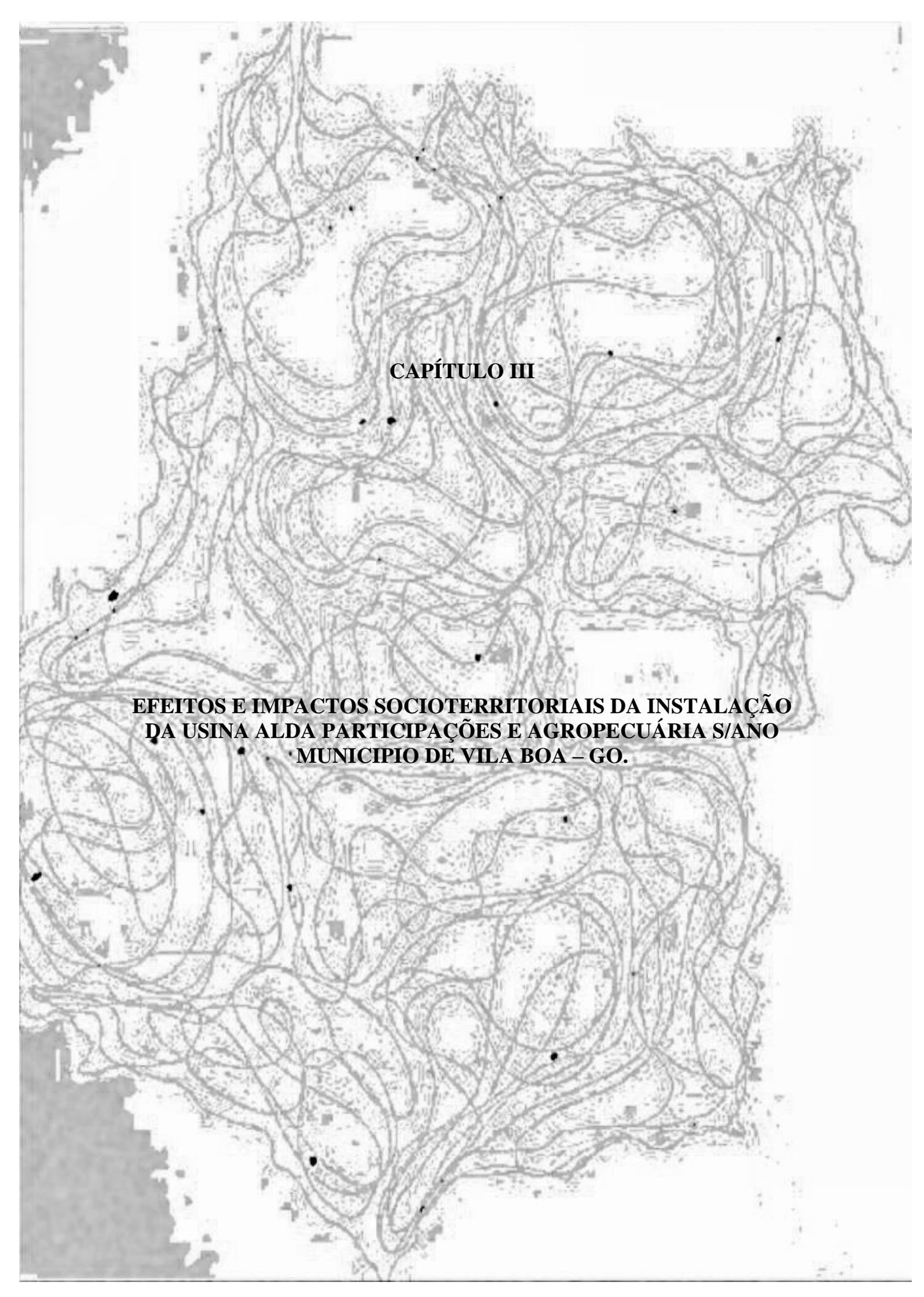
Figura19: Produto Interno Bruto a preços correntes, Valor Adicionado (VA) por setor, população e PIB per capita, município Vila Boa - Goiás - 2010 (R\$ mil).



Fonte: Dados Instituto Mauro Borges /SEGPLAN-GO/ Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas. Elaboração: N.M.S. 2014

Três fatores merecem destaque, no processo de transformação da estrutura econômica do município, percebemos no que tange à arrecadação de imposto sobre o setor agropecuário, bem como o PIB e sua renda per capita apresenta as maiores variações de crescimento, ou seja, podemos afirmar que: o município se mantém prioritariamente a partir do setor agropecuário, em outras palavras o capital, via agronegócio desempenha o papel de ordenador do território bem como de sua economia.

Portanto, levando em considerações as concepções supracitadas adentraremos ao próximo capítulo, o qual este intitulado: Efeitos e impactos socioterritoriais da instalação da usina Alda Participações e Agropecuária S.A. no município de Vila Boa – GO. Abordaremos neste os principais impactos oriundos do processo de territorialização do empreendimento.



CAPÍTULO III

**EFEITOS E IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS DA INSTALAÇÃO
DA USINA ALDA PARTICIPAÇÕES E AGROPECUÁRIA S/ANO
MUNICÍPIO DE VILA BOA – GO.**

3.1 – INFLUÊNCIAS INDIRETAS NO DESMEMBRAMENTO TERRITORIAL MUNICIPAL.

Ao iniciarmos as considerações a cerca dos impactos da Instalação da Usina Alda Participações e Agropecuária S/A, no município de Vila Boa Goiás, optamos em contextualizar ao leitor, em relação à estrutura macro, a qual se inseriu o empreendimento bem como o município. Levaremos em consideração que o município e a usina se encontram em uma área de predominância do bioma Cerrado, como mencionado anteriormente no capítulo II; A partir do Zoneamento Agroecológico da Cana-De-Açúcar, divulgado em 2009, as áreas de cerrado aparecem de forma estratégica direcionada pelo grande capital, com apoio das políticas de Estado com áreas prioritárias para a expansão desta monocultura.

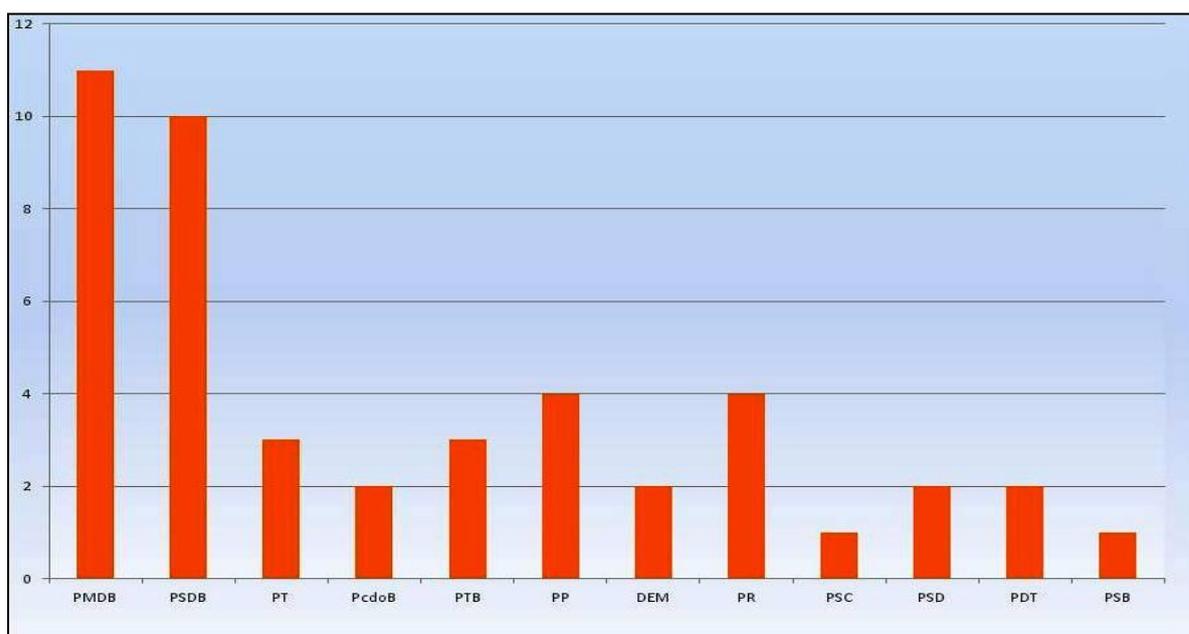
Entretanto, o processo de expansão do agronegócio para as áreas de cerrado, está causando impactos em sua maioria irreversíveis a biodiversidade, inclusive em áreas que segundo a legislação vigente, eram consideradas prioritárias para conservação da natureza, uma vez, que a maioria dos produtores rurais, que são submetidos à lógica econômica do grande capital internacional, passa a destinar a suas produções para a dinâmica exportação, via produção de *commodities* agrícolas. Às canas-de-açúcar está, substituindo a vegetação típica do cerrado, pelas cultivadas e comercializadas pelo agronegócio.

De tal modo, que complexo sucroenergético é um dos responsáveis por acentuar essa dinâmica, socioeconômica, no município é conseqüentemente na região em que este se inseriu, ocasionando transformações em sua estrutura territorial. Sendo que a expansão da cana -de- açúcar e a implantação da usina na microrregião do entorno, se configura em uma situação contraditória. Uma vez, que esta região pertence ao consórcio de águas emendas do Distrito Federal, é cortado por vários cursos de águas entre os quais destacamos o Rio Canabrava, principal afluente do município além de ser um território circundado pela reserva da Biosfera Goyaz.

Vila Boa até o ano de 2008 apresentava características de município dormitório de Formosa – Goiás, como é apresentado no trabalho dissertativo do Prof. Dr. Renato Araújo Teixeira, intitulado: Formosa- Portal do Nordeste Goiano ou Polo Regional do Entorno de Brasília? (2005, p. 77), entretanto o autor faz os seguintes questionamentos: “Vila Boa- Goiás, por apresentar um crescimento anual de -0,04% passando de uma

população de 3.298 em 1991 para 3.287 hab., 2000. Fica dúvida, esse município se enquadra na categoria de urbano? Foi viável para a população deste município a emancipação de Formosa? Será que a arrecadação urbana desse município alavancará um desenvolvimento social?”. De acordo com os questionamentos, percebe-se que naquele determinado momento se questionava a viabilidade da emancipação do município. De tal modo, que devemos levar em consideração que quatro anos após o processo de emancipação do município, o mesmo recebe a instalação da usina Alda Participações e Agropecuária S/A, esta é instalada no bojo da legislatura vigente 2007 a 2011, onde tínhamos uma Assembleia Legislativa do estado de Goiás majoritariamente composta por partidários ligados à banca ruralista. Coincidentemente no mesmo ano de emancipação do município, tínhamos uma Assembleia representada pela mesma bancada supracitada. Conforme as figura 20.

Figura 20: Legislatura Assembleia do Estado de Goiás - 2007 a 2011.

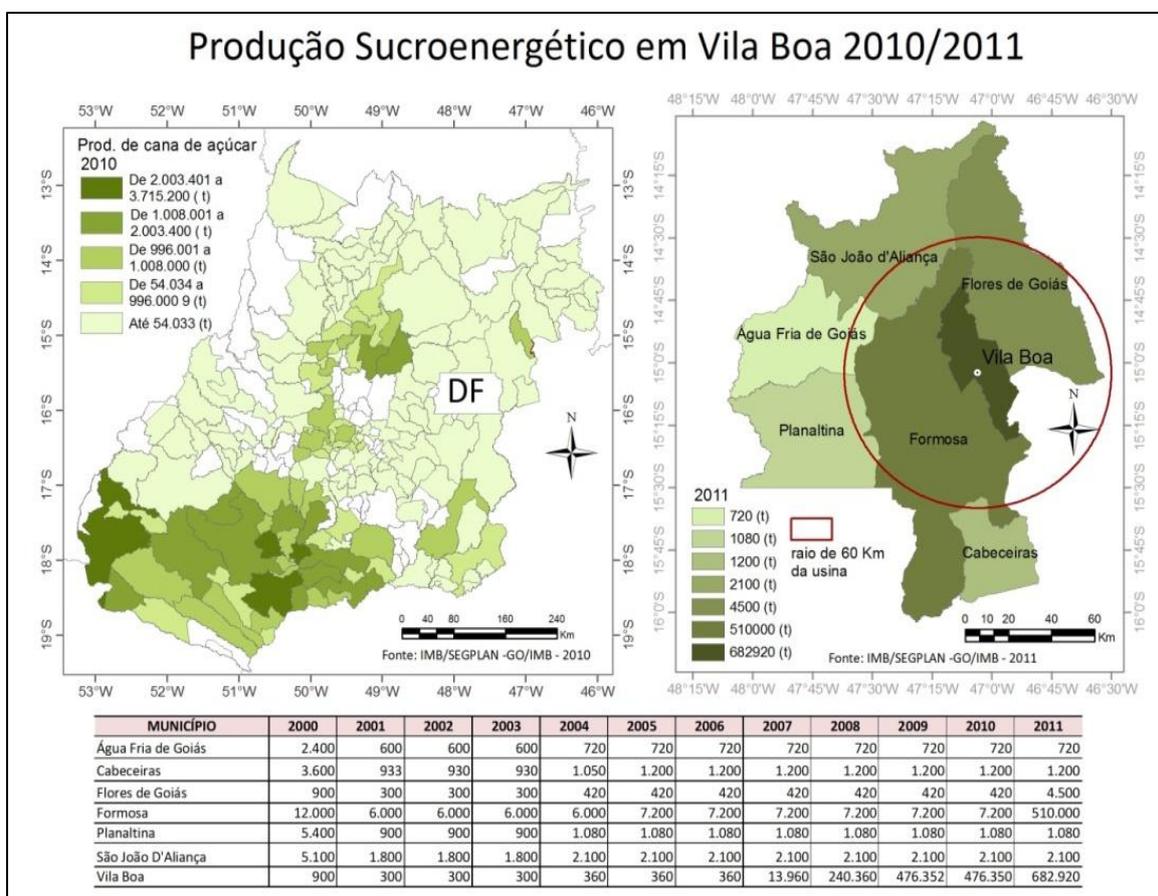


Fonte: Dados Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. Elaboração: N.M.S. 2014.

Portanto, é perceptível que tanto o processo de emancipação do município bem como a inserção da usina, foram ações estratégicas do estado, do ponto de vista do ordenamento territorial, uma vez, que a expansão do setor sucroenergético para o estado de Goiás, e conseqüentemente, para a região do entorno, surge embasado no ideário de desenvolvimento econômico, defendido e propagandeado pelos últimos governos estaduais.

Analisando as políticas de logística e instalação das usinas, outro aspecto nos é revelado e reforça nossa ideia acima colocada. Ao analisarmos o mapa construído (figura 21), traçando um *buffer* de 60 km em torno da usina, constatamos o uso desta parte do território para o plantio de cana. Esse fato converge para o que outros estudos apontam, ou seja, usualmente as terras arrendadas para o plantio de cana-de-açúcar, se enquadram na lógica de 40 km a 60 km da planta industrial. Uma vez que existem limitações de transporte da cana a longas distâncias. Além disso, proporciona uma maior produtividade da usina, (AGUIAR, 2008).

Figura 21: Produção Sucroenergético em Vila Boa-Go – 2010/2011.

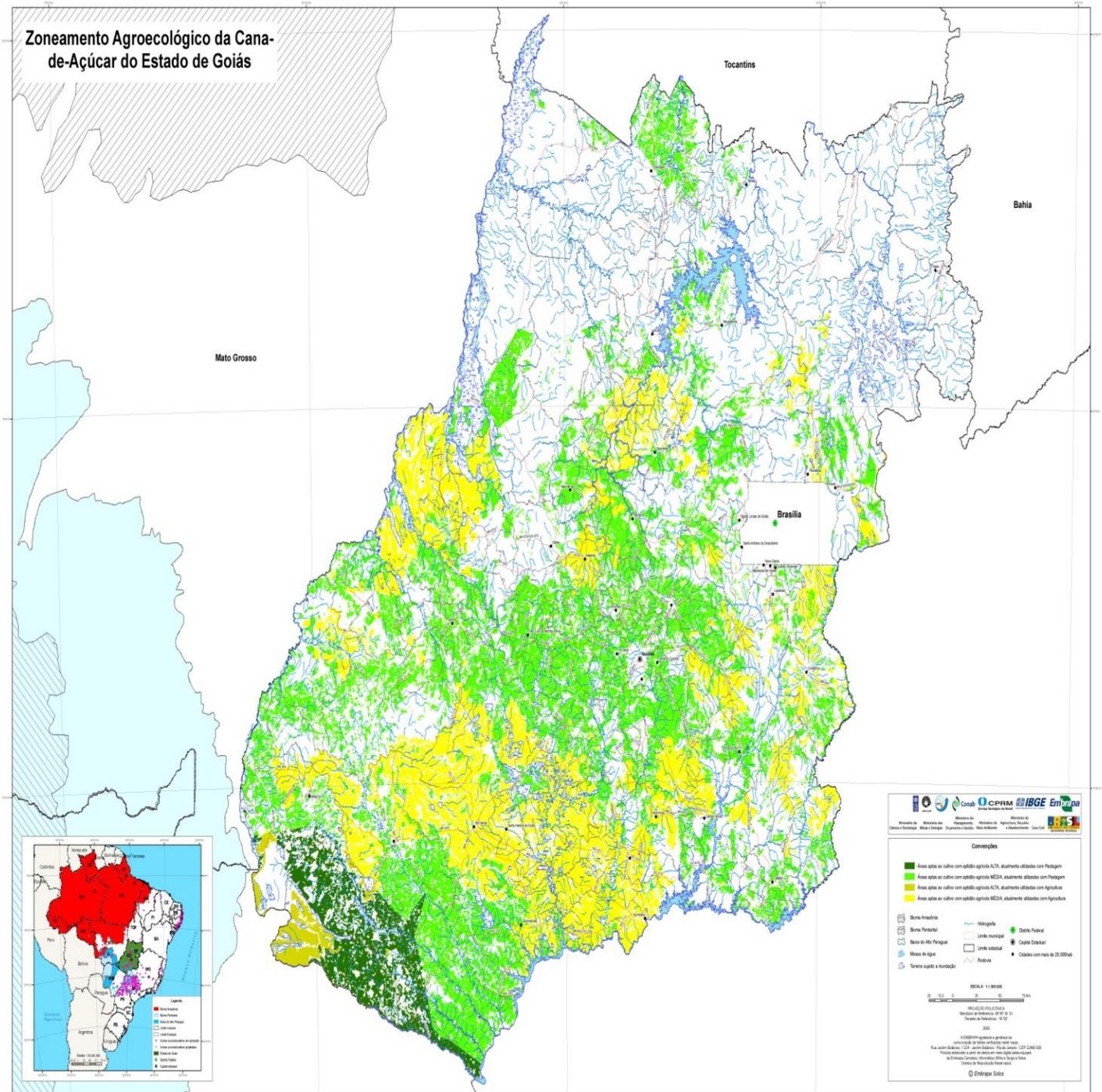


Fonte: IBGE/SEGPLAN – GO/IMB- 2010, Elaboração: Souza, M. N

Portanto, e de suma importância ressaltamos que especulações do capital, via agronegócio, nesta porção norte território goiano, não é recente, pois quando analisamos a o mapa de do zoneamento agroecológico da cana de açúcar, divulgado no de 2009,

percebemos que área onde esta localizada a Usina Alda Participações e Agropecuária S/A, bem como a sua zona de influência, estão catalogadas com áreas de media aptidão para a produção de cana-de-açúcar. Conforme a figura 22.

Figura 22: Zoneamento Agroecológico da Cana-De-Açúcar em Goiás – 2000.



Fonte: Embrapa Solos, 2009.

Entretanto quando contestamos as informações do zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar, além da região bem como o do município ser propício, ao cultivo da cana-de-açúcar, outro fator nos chama atenção, pois de acordo com a lei que institui o então distrito de Vila Boa Goiás, a categoria de município, reza em seus autos a seguinte afirmação “começa na Serra Geral, no ponto confrontante com a cabeceira do Córrego das Lages; daí, [...] até a sua barra no Córrego das Pedras; daí, por este córrego abaixo até a sua barra no Rio Cana Brava até o cruzamento com o Rio Paraim” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, 2014). De tal modo, que a usina, Alda participações e Agropecuária S.A. esta localizada na BR 020, Km 160, zona rural do município de Vila Boa-Goiás, na divisa com o distrito de Flores de Goiás. Conforme a figura 23.

Figura 23: Vista Panorâmica da Usina Alda Participações e Agropecuária S.A /Vila Boa-GO.



Fonte: Vista panorâmica da Usina Alda Participações. Vila Boa – Goiás, julho de 2014. Foto: Nelton Moreira Souza.

Esse panorama exploratório nos leva ao seguinte questionamento, a emancipação do município foi pensada, levando-se em consideração os cursos de água

que perpassa o território do município? Ou seja, o município, esta localizado numa região de alta drenagem, pode intuir que este foi um dos fatores que ocasionou a instalação da usina nesta localidade, uma vez que a produção de cana-de-açúcar nesta região é feita pelo sistema de irrigação.

3.2- IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS DA TERRITORIALIZAÇÃO DA USINA ALDA PARTICIPAÇÕES E AGROPECUÁRIA S/A NO MUNICÍPIO DE VILA BOA-GO.

3.2.1 - IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS NO CAMPO LOCAL E MICRORREGIONAL

A organização e (re) produção do território agrário na microrregião do entorno, na última década, se fortaleceu via territorialização do capital, algumas localidades a luz do prisma do agronegócio globalizado, sendo que a territorialização do capital no campo, não se configura com algo recente, mais pelo contraditório é o “ranço” do processo de modernização do espaço agrário iniciado nos anos de 1960.

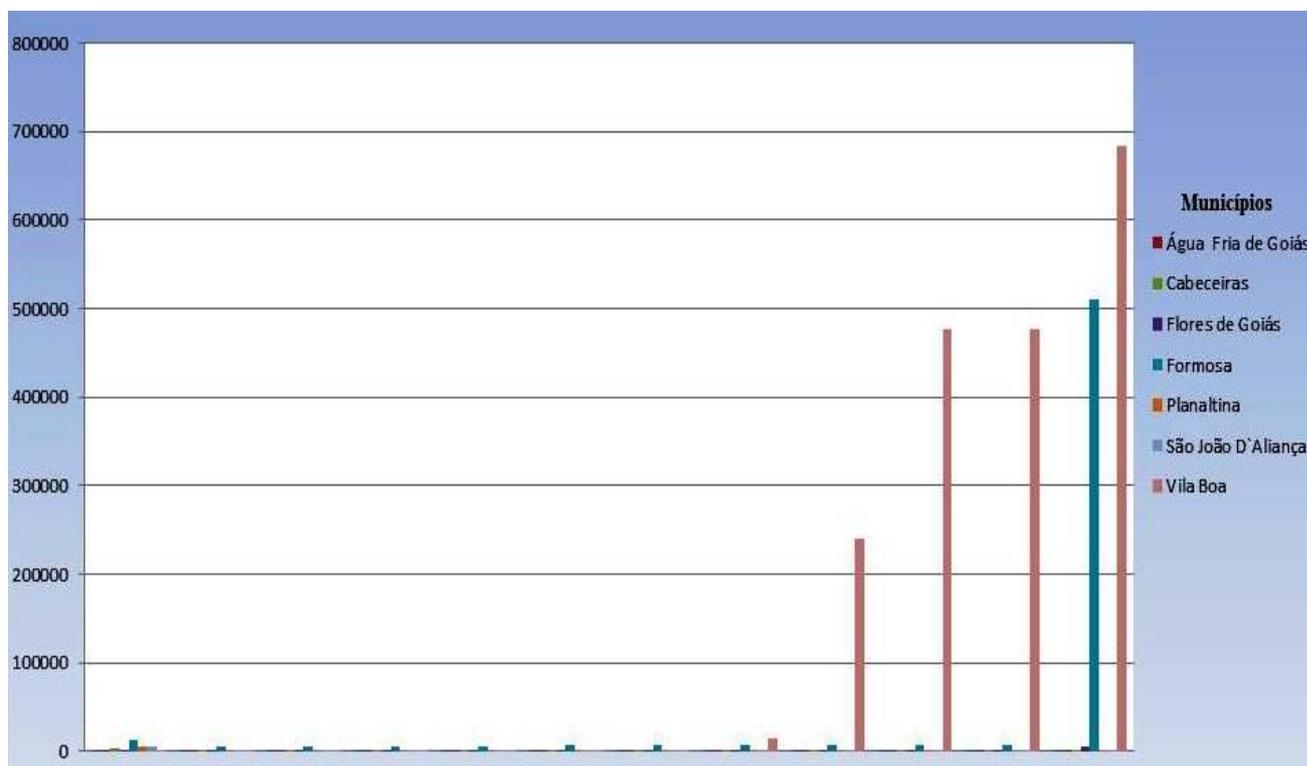
Portanto, o conjunto de ações e estratégias as os quais o grande capital se utiliza, para se territorializar no espaço agrário, e suas ampliações ocorrem em detrimento da permanência do Estado de Goiás, como um dos principais exportadores de commodities, entretanto é prerrogativa do capital a necessidade de se adentrar, cada vez mais na estrutura do campo, pois possibilita condições para sua reprodução por meio de transferência de renda da agricultura para a indústria.

Assim, a reorganização do espaço de produção da cana-de-açúcar, na microrregião do entorno, com ênfase para os municípios de Formosa e Vila Boa, Água Fria de Goiás, Planaltina, São João D´Aliança e Cabeceiras, configurando estes como novos territórios de expansão do agronegócio, resultantes da territorialização do capital e conseqüentemente da reestruturação produtiva. Entretanto, vale ressaltarmos que a (re) estruturação produtiva destes na lógica do agronegócio, ocorre-se por intermédio da instalação da Usina Alda Participações e Agropecuária S.A.

No Município de Vila Boa – Goiás, pois como demonstrado na tabela 01, percebemos que nestes municípios ocorre um aumento significativo da produção de

cana-de-açúcar a partir do ano de 2007, este que marca o começo das atividades da usina na região, com a produção de açúcar, álcool e energia.

Figura24: Produção de Cana-de-açúcar Vila Boa – GO e Demais Municípios de 2000 a 2011.



Fonte: Dados Instituto Mauro Borges /SEGPLAN-GO/ Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas. Elaboração: N.M.S. 2014.

Podemos perceber na análise dos dados da tabela supracitada, que a partir dos anos 2000, apresentar um significativo percentual de produção de cana-de-açúcar, já o município do qual foi desmembrado apresenta-se uma significativa produção. Porém quando analisamos a produção a partir 2007, percebemos que ocorre um salto de grande expressividade, passando a ser o município que apresentou maior produção, já em 2000, a produção era de 900 toneladas, em 2007 passa a produzir 13.960 toneladas. Fatos que chama atenção, pois ano supracitado coincide com o da inserção da usina Alda Participações e Agropecuária S/A no município.

Tabela 01: Arrecadação de ICMS - Estado de Goiás - Segundo Municípios Produtores de Álcool e Açúcar (R\$ mil)2006 a 2011.

MUNICÍPIO	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Anicuns	1.400	1.960	3.512	2.644	8.948	13.235
Caçu	3.226	2.826	4.115	19.337	10.947	23.972
Carmo do Rio Verde	2.061	862	1.534	2.356	2.955	2.216
Chapadão do Céu	7.812	9.911	10.477	14.136	18.393	22.367
Edéia	1.814	1.201	1.061	2.780	2.142	2.886
Goianésia	10.530	18.695	11.850	18.356	25.448	27.749
Goiatuba	6.829	7.533	11.541	19.712	24.335	31.394
Inhumas	11.048	10.062	11.413	16.534	17.077	19.090
Ipameri	5.443	6.367	9.960	9.932	10.232	15.126
Itapaci	3.352	1.511	1.342	1.322	3.023	5.744
Itumbiara	69.201	78.458	100.328	113.664	155.493	159.055
Jandaia	575	574	840	715	1.111	6.205
Jataí	25.167	26.014	44.013	50.708	60.316	72.712
Mineiros	12.606	13.728	19.488	29.252	35.191	44.886
Montividiu	2.676	2.616	4.583	5.175	5.492	6.012
Morrinhos	9.376	11.381	16.890	18.632	22.675	27.372
Paraúna	2.132	2.172	4.784	5.988	6.495	8.848
Porteirão	238	334	3.813	4.085	3.472	5.423
Quirinópolis	14.506	13.572	14.929	22.297	21.563	24.335
Rio Verde	78.574	95.008	148.016	142.201	144.013	177.217
Rubiataba	1.136	1.297	1.345	2.791	4.335	3.985
Santa Helena de Goiás	9.070	11.177	11.109	18.853	16.518	30.826
Santo Antônio da Barra	365	310	371	3.898	3.653	8.593
Serranópolis	3.309	2.652	2.941	4.213	4.450	4.725
Turvelândia	816	3.707	8.908	12.883	16.109	13.567
Vicentinópolis	674	2.131	4.100	3.479	3.318	5.015
Vila Boa	237	197	991	819	1.451	2.039

Fonte: Dados Instituto Mauro Borges /SEGPLAN-GO. 2014.

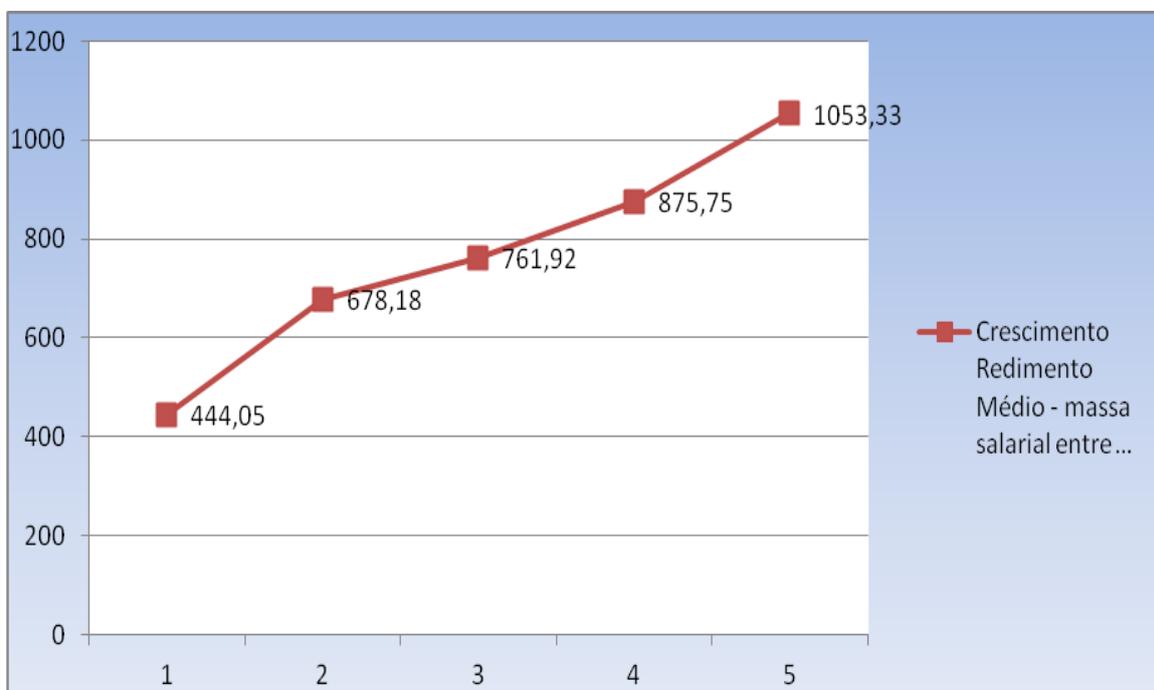
Deste modo, de acordo com a tabela, supracitada, constatamos que a arrecadações de impostos do município no ano de 2014, se faz em decorrência de dois setores de maior expressividade, no primeiro à arrecadação sobre o combustível (R\$: 660.994.13 Mil) e o segundo sobre a produção agropecuária, (R\$: 183.735,94 Mil) vale relembra que esse município se destaca pela produção de cana-de-açúcar e álcool. (IMB/SEGPLAN, 2014).

3.2.2- IMPACTOS NO MUNDO DO TRABALHO: GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO, MIGRAÇÃO E PRECARIZAÇÃO.

Já em relação à geração de empregos, passou a empregar, um número leva significativa de trabalhadores, os conforme diálogo, como liderança políticas do município, que compravam que estes trabalhadores são oriundos da terceirização por parte da empresa. Porém em dados estáticos, (2006) o rendimento médio do trabalhador

na Usina Alda, era de R\$: 441.00. Já em 2010 passou para a R\$ 1.053,00 ficando evidente o desempenho econômico no município em decorrência da territorialização do empreendimento sucroenergético. Conforme Figura 24 e Tabela 03.

Figura 25: Crescimento do salário médio de Vila Boa - Goiás de 2006 a 2010.



Fonte: Dados Instituto Mauro Borges /SEGPLAN-GO. 2014

De acordo com a série 2002 a 2010 a variação do PIB chega a 712,24% em relação ao município. Este apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0.674, considerado médio (IBGE, 2012). Diante dessa informação podemos pressupor, uma vez que o IDH leva em consideração Educação, Longevidade e Renda da população, que esta variação no PIB demonstra uma significativa elevação econômica.

Em 2002 o município ocupava a posição nº 198 no *rankig* das municipalidades do Estado, já em 2010 passou para a posição de nº 128. Contraditoriamente, 25,6% da população se encontra na condição de pobreza e extrema pobreza. Donde se infere que embora tenha havido um crescimento econômico, a distribuição de renda desigual persiste.

Deste modo, percebemos claramente que o fator econômico se desponta com maior elevação, mas no que tange ao social apresenta transformações vagarosas, o que nos instiga a interpretar os sentidos dessas políticas no ordenamento territorial do

Estado e seus reflexos no município. Este permite identificar eventuais problemas existentes, para que possamos compreender e dar subsídio a futuros planejamentos.

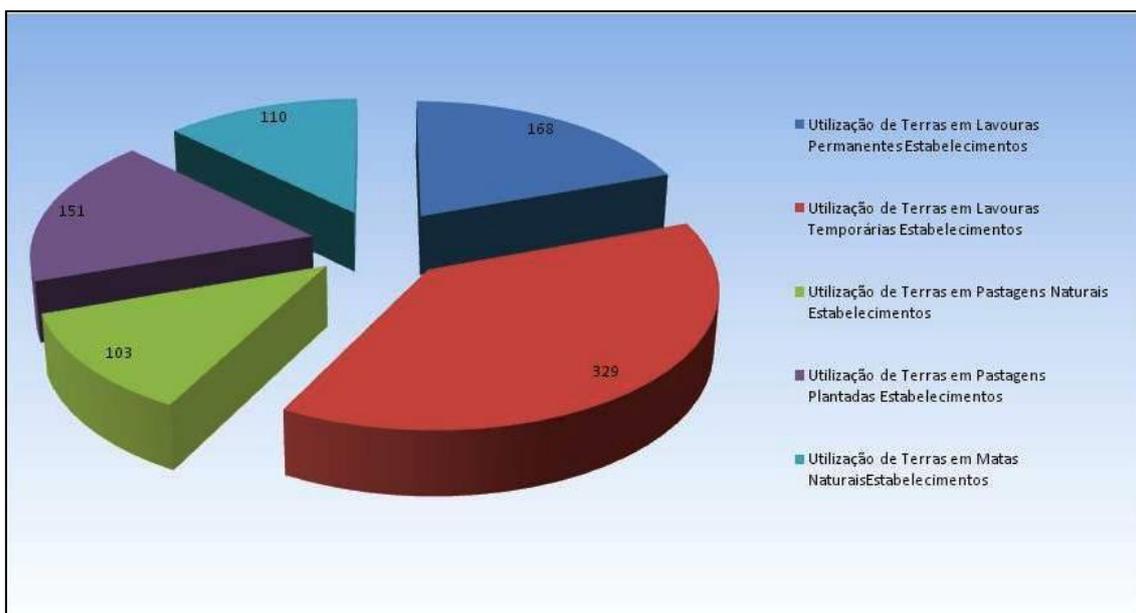
Tabela 02: Geração em números de emprego formal em municípios goianos com usinas de 2006 a 2010.

MUNICÍPIO	2006	2007	2008	2009	2010
Cachoeira Dourada	987	995	1.134	1.160	1.011
Caçu	1.120	1.777	1.521	2.659	3.257
Goianésia	8.222	8.532	9.042	9.202	11.278
Itumbiara	17.477	18.873	20.027	21.328	22.536
Jataí	14.002	15.141	15.056	16.885	18.198
Mineiros	7.866	10.947	10.948	13.024	14.011
Perolândia	449	499	2.033	570	724
Quirinópolis	6.826	8.901	8.775	9.311	9.957
Rio Verde	37.051	42.278	45.005	45.419	47.426
Vila Boa	422	678	671	819	932

Fonte: Dados Instituto Mauro Borges /SEGPLAN-GO. 2014.

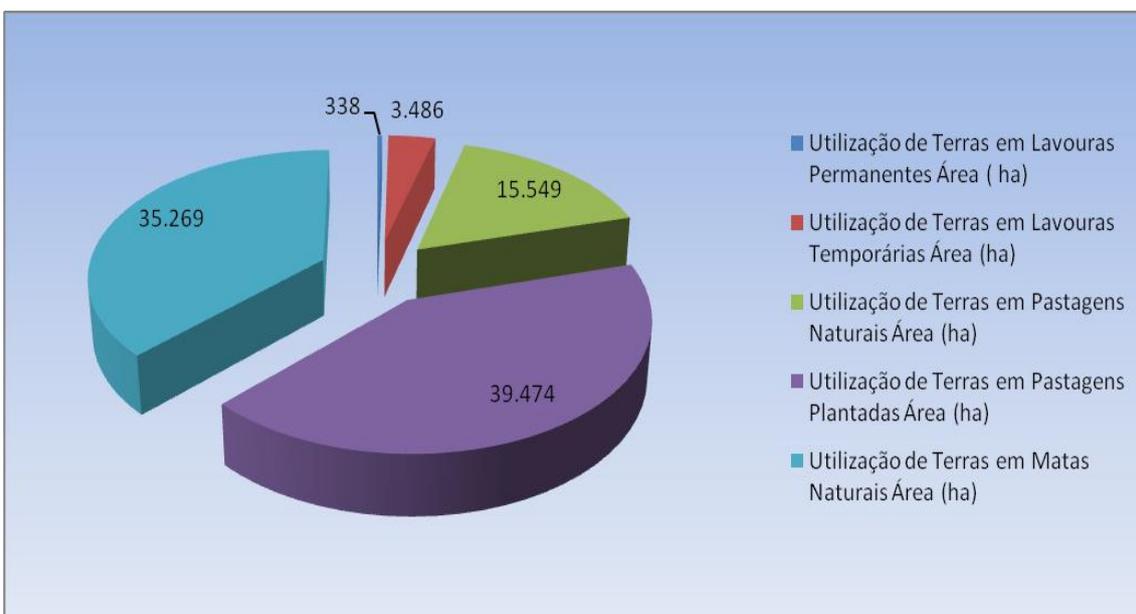
Concomitante a essa elevação na geração de emprego ocorreu uma mudança na utilização das terras no município. Quando analisamos essa variável, percebemos claramente que ocorreu uma transformação no seu uso, ou seja, uma substituição do uso, pelo fato que a maioria das propriedades utilizadas para cultivo de lavouras permanentes, apresentou uma queda significativa, passando a despontar-se a utilização das terras para cultivos de lavouras temporárias. Vale ressaltar que o cultivo de cana-de-açúcar se enquadra na perspectiva das lavouras temporárias. Figura 25:

Figura 26: Utilização de Terras por Numero de Estabelecimentos do Município de Vila Boa – GO -2006.



Fonte: Dados Instituto Mauro Borges /SEGPLAN-GO/ Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas. Elaboração: N.M.S, 2014.

Figura 27: Utilização de terras para lavouras Permanentes e Temporárias (Área / ha) do Município de Vila Boa – GO -2006.



Fonte: Dados Instituto Mauro Borges /SEGPLAN-GO/ Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas. Elaboração: N.M.S, 2014

De acordo com o gráfico supracitado, percebemos que houve uma diminuição da lavoura permanente, bem com o aumento da lavoura temporária. Por outro lado observamos que o município apresenta grandes porções de áreas de pastagens naturais e pastagens plantadas. Fato que nos causa certa inquietação, pois de acordo com os estudos de Castro (2007) e Nassar (2008), nos anos de 2007 e 2008 ocorre de forma acentuada a substituição de áreas de pasto por cana-de-açúcar, e conseqüentemente são nestes anos que o município de Vila-Boa- Goiás apresentou um crescimento significativo na produção de cana-de-açúcar e a inserção do complexo sucroenergético.

Figura 28: Vista Panorâmica da plantação de Cana- de Açúcar, irrigada Usina Alda Participações e Agropecuária S.A /Vila Boa-GO.



Fonte: Vista panorâmica da plantação da Usina Alda Participações. Vila Boa – Goiás, julho de 2014.

Entretanto, os efeitos nocivos da monocultura de cana-de-açúcar, crescem em grandes proporções, no território goiano, assim durante a realização da pesquisa foram observados vários impactos socioterritoriais negativos (Social/ Ambiental) relacionados ao complexo da usina. O primeiro fator a nos chamar atenção em diálogos com as lideranças locais, faz em decorrência da geração de emprego, ou seja, a sazonalidade no processo de contratação. Onde a maioria dos trabalhadores, é contratada, por empresas

terceirizadas, as contratações são em grande parte oriundos do fluxo migratório da região norte do país, para trabalharem na colheita manual da cana-de-açúcar no município.

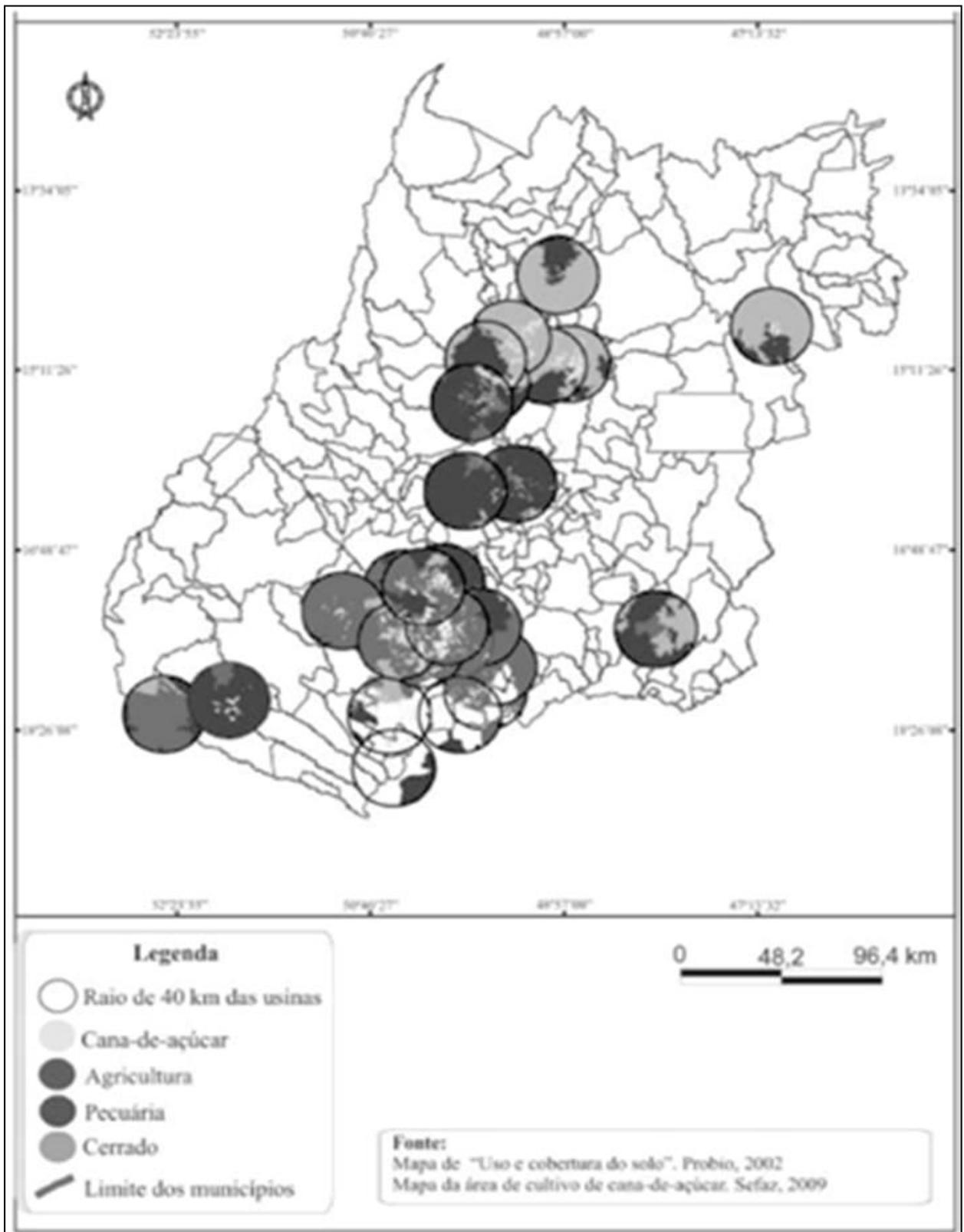
Outro aspecto observado é que o município, bem como o empreendimento não possui uma infraestrutura adequada suportar a vinda de aproximadamente 400/800 pessoas por período de colheita, sendo que essa infraestrutura refere-se à saúde, educação, segurança pública, moradia, saneamento básico, entre outros, sendo que caso específico da Usina Alda participações e Agropecuária S/A, os trabalhadores não são alojados na estrutura da empresa, neste caso a usina, aluga casa para alojarem os trabalhadores do corte manual. Sendo, comum a todo o empreendimento de grande proporção, trazerem conectados a sua dinâmica um despontamento econômico, seja em decorrência da arrecadação de tributos, propiciado pela esfera estatal, que visam por meio de incentivos atraí-los para o seu território.

Porém, no tange o social, com relação ao desenvolvimento humano, ao qual analisa a qualidade de vida, percebemos quem suma este não, é considerado no processo de territorialização, destes empreendimentos, como por exemplo, a usina em questão onde não se tem um destaque para Índice de Desenvolvimento Humano. O seja os grandes ordenadores, e privilegiados nessa dinâmica processual é o fator produtividade e rentabilidade econômica. Assim, na maioria dos empreendimentos do setor sucroenergético, são financiados e incentivados de Estado, uma vez, que dinamiza a economia local e fomentam as exportações em nível internacional constituindo assim uma rede internacional do agronegócio globalizado.

3.2.3- IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS: DESTRUIÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA, POLUIÇÃO E DRENAGEM DE RECURSOS NATURAIS.

Outro fator que nos chama atenção, referente ao processo de territorialização da usina, que consiste quando analisamos uso do solo no raio das usinas cadastradas em 2009 e o uso registrado no PROBIO, 2002.

Figura29: Uso do solo no raio das usinas cadastradas no mapa (2009) e o uso registrado o PROBIO (2002).



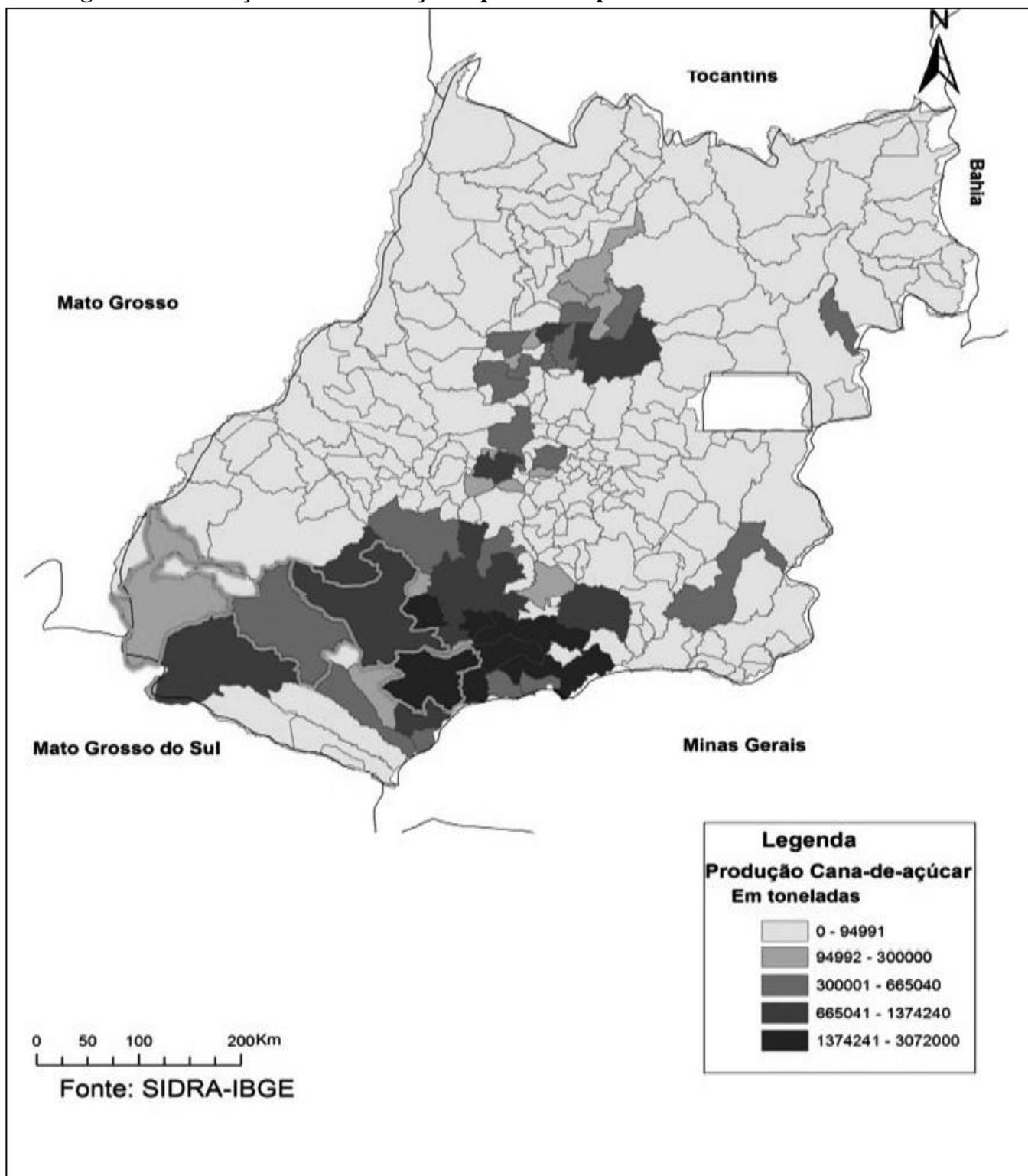
Fonte: Mapa de "uso e Cobertura do solo" Probio, 2002. Mapa da área de cultivo de Cana-de-açúcar, safra, 2009.

Para tanto, percebemos que na área de instalação da usina, bem como sua zona de abrangência, ocorre a expansão da cana-de-açúcar, maciçamente sobre a área de vegetação do cerrado, que vem de encontro com as análises Castro et al.(2007). A qual ressalta que, a produção de cana- de - açúcar ao norte, deu-se o avanço sobre áreas de vegetação nativa, de modo inclusivo nas áreas Prioritárias para Conservação (Castro et al., 2007).O que é profundamente inquietante do ponto de vista socioambiental, sendo que segundo os autores e autoras, essa conversão refere-se a 15% e 6% da área ocupada pela expansão da cana- e- açúcar, que anteriormente era formada por vegetação de cerrado e mata, respectivamente.

Outro dado relevante é fato que, apenas 12% da expansão nessa região, ocorreram em áreas de pecuária, informações e dados estes que causam contradição ao discurso oficial de que as áreas prioritárias a serem congregadas proviriam das pastagens degradadas (Castro et al, 2007; Miziara, 2009; Silva e Miziara, 2010). Fatores estes que desencadearam vários impactos ambientais e será aprofundado no próximo eixo.

Diante dessa exposição “não se pode pensar os elementos produção e produtividade sem discutir a relevância social e os prejuízos ambientais decorrentes” (MENDONÇA, 2007 p. 21). A partir dessa reflexão adentraremos na esfera do processo produtivo da usina, no intuito de compreender as etapas desse processo, bem como, seus impactos na produção de cana-de-açúcar no município e na estrutura econômica. Para tanto recorreremos aos dados da produção de cana- de- açúcar por municípios em 2009, conforme a figura24, o município de Vila Boa-Goiás apresenta uma produção de 30,0001 á 665,040 toneladas, sendo esta significativa, relação aos demais municípios com instalação de usinas.

Figura 30: Produção de cana-de-açúcar por município - Goiás -2009.



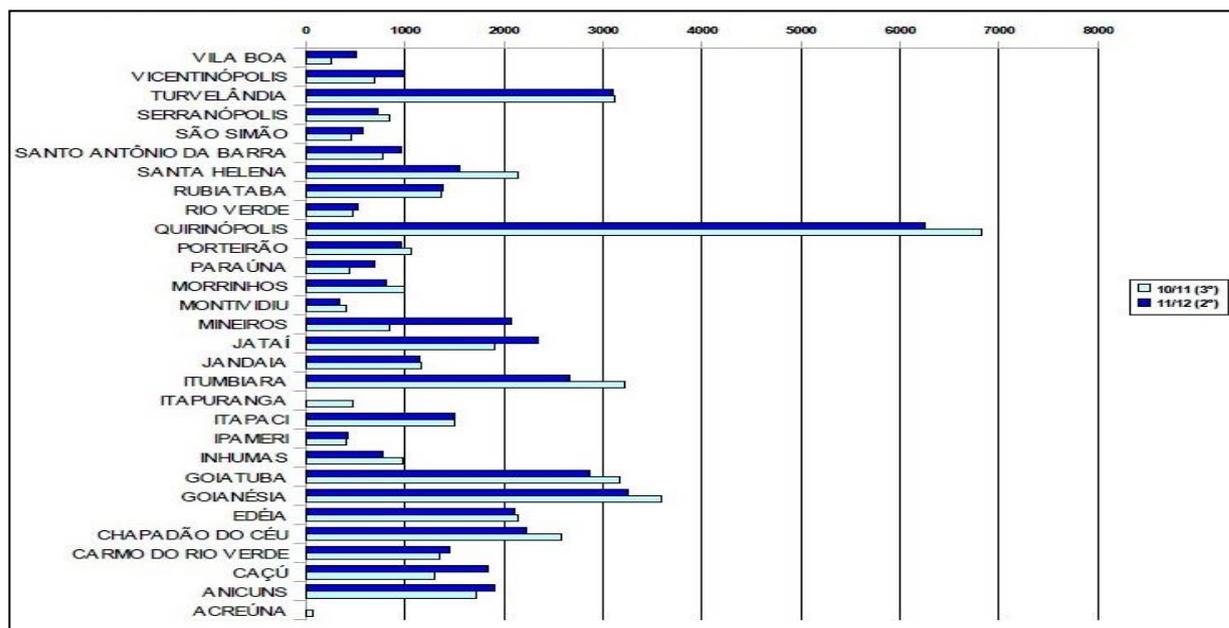
Fonte: Sidra-IBGE, 2009 adaptado de Simone Oliveira dos Santos, 2012.

Outro fato que deve - ser considerado para este constante crescimento da produção de cana, no município de Vila Boa – Goiás, bem como nas demais destilarias

de cana-de-açúcar no território goiano, ocorre em relação da demanda pelo aumento da frota de veículos flex-fluel, que abastecidos também pelo etanol, sendo este um dos subprodutos da cana-de-açúcar e a demanda do mercado internacional. Já na casa da Usina Alda Participações e Agropecuária S.A, corresponde a um dos seus produtos finais. Portanto, percebemos que produção de cana-de-açúcar no município vem crescendo gradativamente, colocando este em novo ciclo de apropriação dos capitais via agronegócio, conforme os dados da Conab – Safra 2010/2011 e 2011/2012.

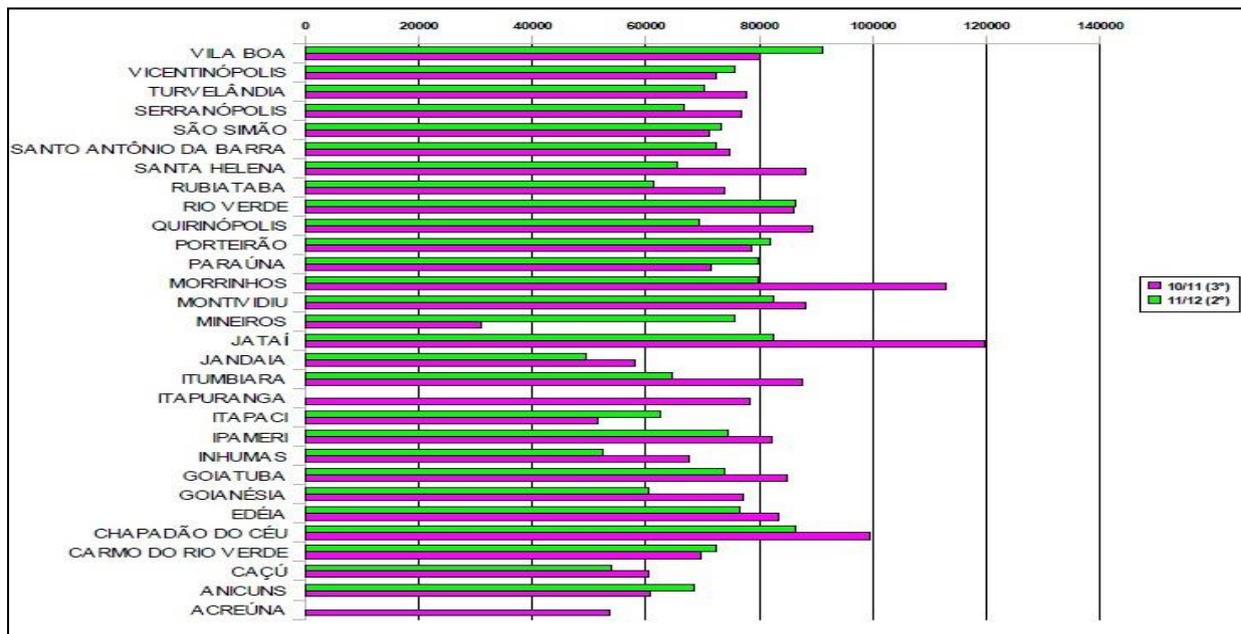
De acordo com as figuras 30 e 31, a seguir, podemos constatar que em relação à produtividade, o município de Vila Boa, apresentou um comparativo de produtividade na safra 2011/2012, superior a municípios com Rio verde, Quirinópolis, Carmo do Rio Verde, etc. O que significa dizer que as regiões onde as atividades advindas do setor agrícola, se conectam a lógica produtiva do agronegócio, a cidade como lócus tradicionalmente privilegiado das atividades do setor. Portanto, essa lógica de produção do atual modelo agrícola vigente, ocasiona, extrapola o limite territorial da estrutura administrativa da cidade, ou seja, por meio da relação: fornecedor-usuário (RIFKIN, 2001) ou pela constante expansão do consumo, sendo por meio da instalação das agroindústrias, dos laboratórios experimentais dos centros financeiros etc.

Figura 31: Comparativo de Produção de Cana-De-Açúcar - Safras 10/11 e 11/12.



Fonte: CONAB. 201

Figura 32: Comparativo de Produtividade da Cana-De-Açúcar - Safras 10/11 e 11/12.



Fonte: CONAB, 2011.

No caso do município de vila boa – Goiás esta relação se faz ao inverso, uma vez que se desponta na produção *commodities agrícolas*, porém quando alisamos do ponto de vista das estruturas financeiras, dos bancos percebemos que estas não estão presentes no município.

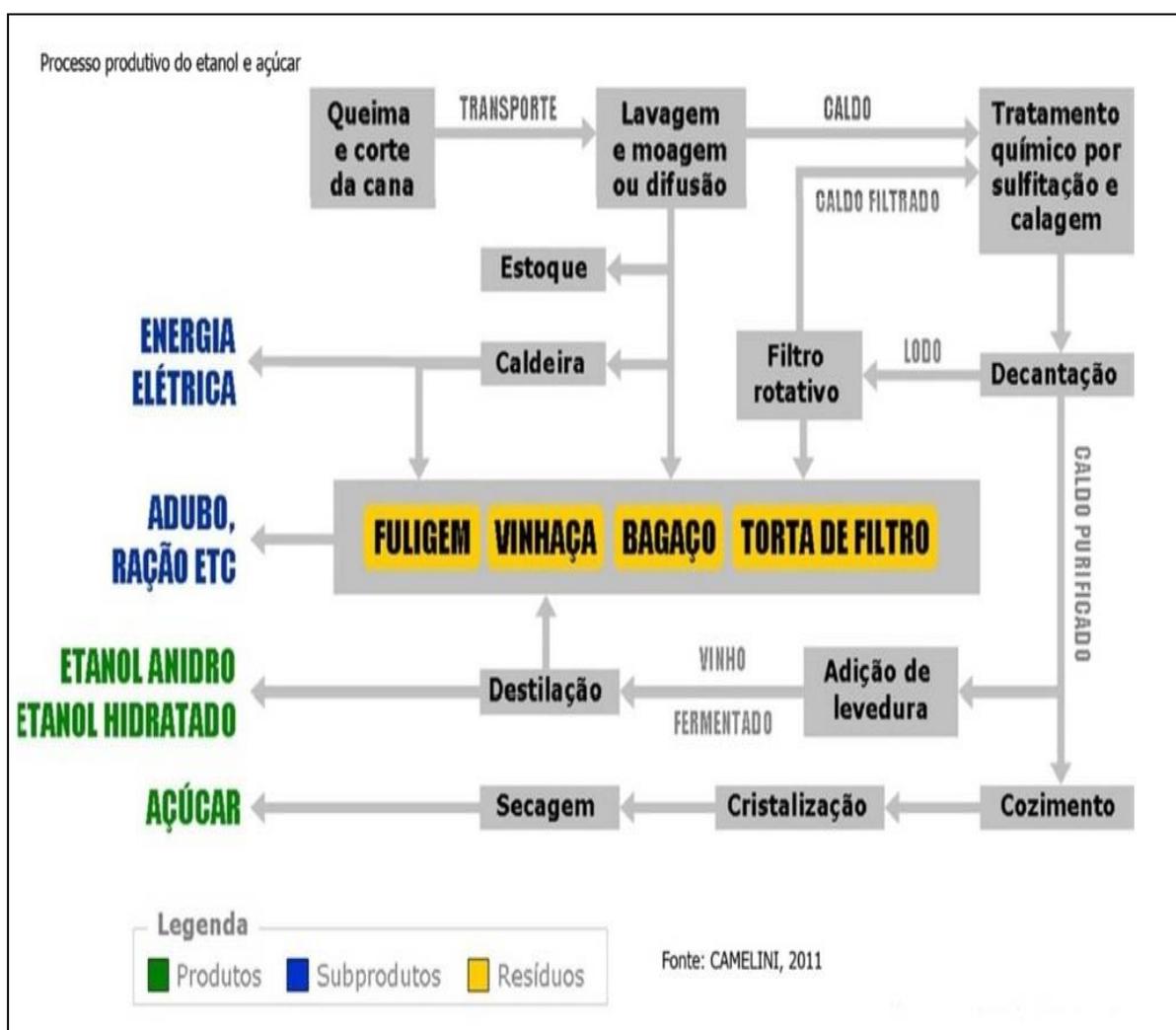
Pautada em uma atividade agrária agroexportadora moderna e, com produtos altamente valorizados no mercado mundial, as regiões agrícolas passam a dispor de um sistema de centros urbanos bem equipados com o predomínio de atividades diversificadas e modernas para atender à lógica produtiva prevalecente. Essas atividades abrangem desde as instituições financeiras (bancos, tradings, corretoras de seguros) até os serviços especializados, atacadistas, agroindústrias e comércios de exportação; fazendo com que prevaleça nessas cidades o circuito do agronegócio na economia urbana e nas atividades rurais. (ARRUDA. 2013, p. 75).

Assim, percebemos que estrutura financeira supracitada pela autora, não se encontra em Vila Boa- Goiás, porém encontramos estas instituições em Formosa- GO, cidade da a qual o município era distrito, o que nos leva a concluir que mesmo com o processo de emancipação ocorrida no município, o mesmo ainda continua depende da infraestrutura do capital, presente em Formosa. O que significa dizer, que o circuito inferior apontado por (SANTOS, M., 2003) exista na economia urbana. Se inserem no

desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, as atividades que compõem esse circuito estão, cada vez mais, presentes na economia urbana e no campo, em um jogo complexo e dialético que abrange relações assimétricas e de complementaridade entre os circuitos formadores do agronegócio, com atividades modernas nesses espaços.

Portanto, nestes circuitos, produtivos da usina, a uma predominância de técnicas, que conduzem a dinâmica de controle dos fluxos, pois a produção da usina, se faz em uma sequência informatizada, onde todas as cadeias de produção e estão conectadas a este sistema. Para melhor compreensão nos adentraremos para melhor explicar o processo produtivo do etanol, bem como do açúcar na planta industrial. De acordo com a Figura 32.

Figura 33: Circuitos Fechado de Produção de Etanol e Açúcar.



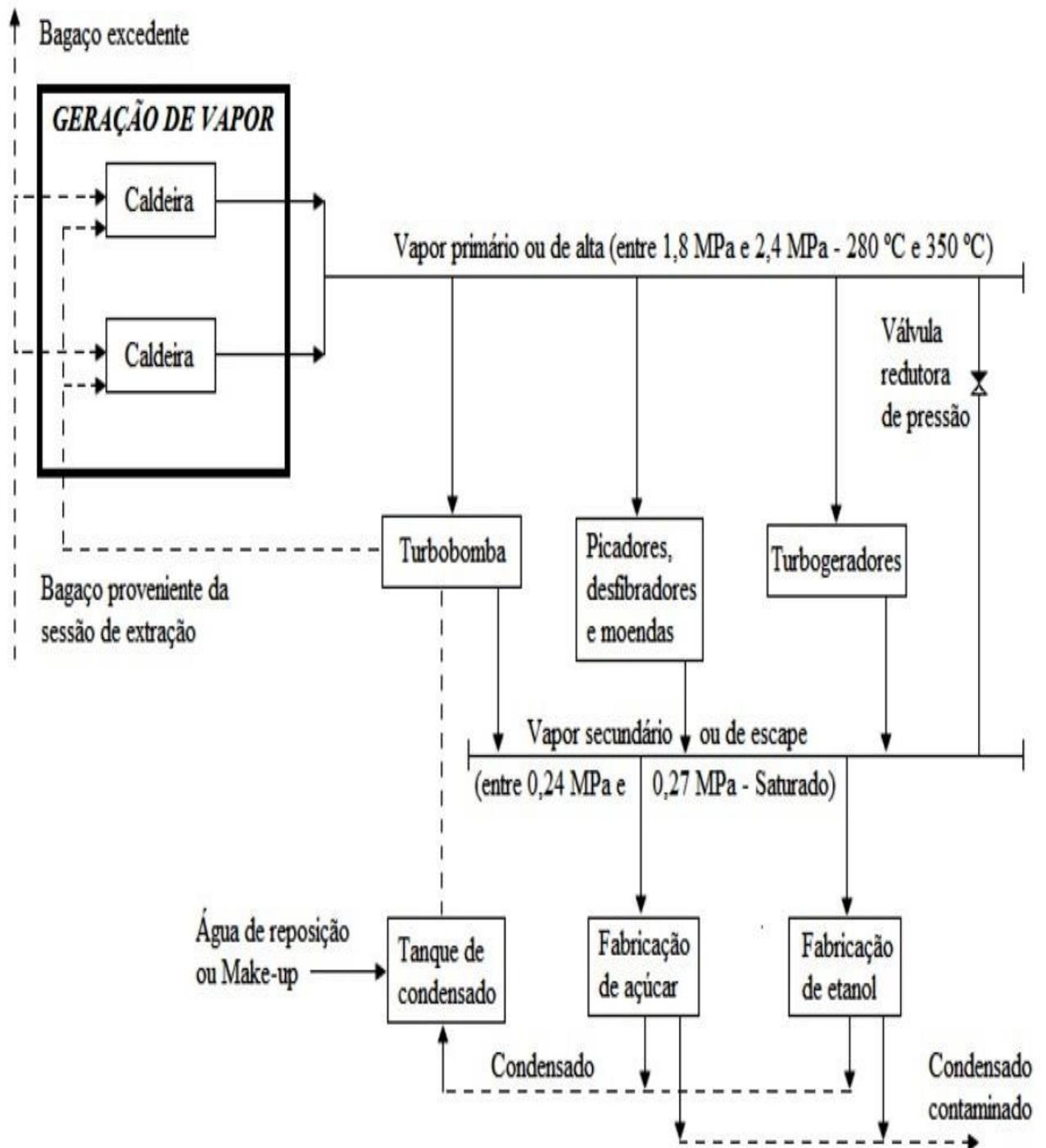
Fonte: CAMELINI, 2011 adaptado de Da SILVA, 2012.

Assim, o fluxograma supracitado, nos apresenta as seguintes etapas do processo de produção, sendo que o primeiro ciclo é conhecido, como da água, pois nessa etapa realiza-se a lavagem da cana-de-açúcar, nas moendas, vale ressaltar que água anteriormente desperdiçada hoje, são reaproveitadas nos demais ciclos processuais da destilaria. Portanto, a partir do processo de moagem da cana-de-açúcar tanto para a formação do açúcar mascavo e cristal, como para o álcool, a formação de rejeitos que antes eram desperdiçados, porém são reincorporados ao processo produtivo, como subprodutos, são eles: a vinhaça, a torta de filtro e o bagaço. Sendo que, tanto a torta de filtro, com a vinhaça, é reutilizada nas etapas de preparação do solo, para o plantio, o primeiro na adubação e segundo na fidelização da plantação. Já o bagaço da cana-de-açúcar é aproveitado para a cogeração de energia, da usina, o excedente é comercializado com as centrais de abastecimento elétrica.

De tal modo, que identificamos no processo produtivo da usina impacto de natureza contraditória, positivos como relação cogeração de energia e sua comercialização. Porém negativos em relação ao meio ambiente. Já em relação a cogeração de energia o processo de produção segue a seguinte lógica, primeiro procedimento, mais conhecido como ciclo do vapor, neste ciclo a bagaço da cana alimenta a fornalha das caldeiras, que em média contém 50% umidade.

Assim o vapor gerado na caldeira em termos de pressão varia-se de 18 a 21 bares, sendo este considerado o vapor primário ou de alta. Na sequência este vapor é conduzido para o acionamento das turbinas a vapor, que conseqüentemente ativa o equipamento da indústria, as chamadas facas rotativas, os desfibradores, os niveladores, os termo da moenda, os ventiladores de combustão e gases de exaustão das caldeiras e por fim os geradores de energia elétrica. De tal modo, o vapor produzido no escape nas turbinas apresenta pressões mais baixas e é utilizado no processo como fornecimento de calor para dinâmica produtiva da energia a partir do bagaço. Atrelado ao processo há a geração do vapor vegetal que é produzido nas etapas de Volatilização da água presente no caldo, e também fornece energia na forma de calor a usina. (CORRÊA NETO, 2001 e SOUZA, 2009). Conforme Figura 33

Figura 34: Esquema do ciclo de cogeração a vapor utilizado na usina sucroalcooleira.



Fonte: Camargo et al. (1990).

De acordo, com as contribuições de Nogueira (2005) a energia produzida por um 1 kg de óleo combustível ou 3 kg de lenha corresponde a 15 kg de energia produzida no vapor. Sendo que no processo de vaporização e condensação do vapor originado,

ocorre a mudança de fases e variações de volume, que aumenta o coeficiente de transferência térmica, que propicia o aumento da densidade energética. Corrêa Neto (2001). Assim, a Usina Alda Participações e Agropecuária S/A, produz energia a partir do bagaço de cana-de-açúcar, conforme a explicação supracitada, porém em julho de 2012, usina foi suspensa de comercializar o excedente de energia por descumprimento da legislação do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. O segundo impacto observado tange a questão ambiental, ou seja, o uso da vinhaça com fertilizante, quando analisado do ponto de vista da produtividade da lavoura, é eficaz, mas esta prática impacta diretamente os lençóis freáticos, alterando a química do solo, bem como no processo de produção de outros cultivos. Neste sentido, salientamos que em outubro de 2012, a usina Alda Participações e Agropecuária S/A, foi autuada com multa de 50 mil reais, por derreamento de vinhaça, no Rio Canabrava, de acordo com fragmento da reportagem do Jornal Verdade.

Acolhendo pedido liminar requerido pelo promotor Wagner de Magalhães Carvalho, a juíza Cláudia Sílvia de Andrade Freitas determinou que a Usina Alda S/A implemente, no prazo de 60 dias, as medidas de correção e segurança para armazenar a vinhaça, um subproduto da produção do álcool. Conforme sustentou o promotor, a empresa, que está localizada na zona rural de Vila Boa, distrito de Flores de Goiás, lançou no Rio Canabrava esta substância, causando a morte de vários animais e a contaminação do curso hídrico. Segundo apurado por peritos ambientais do Ministério Público, este subproduto provoca um alto consumo do oxigênio dissolvido na água, chegando até à condição de ausência total desse elemento, o que ocasionou a mortandade dos animais. Pela análise da Polícia Ambiental, toneladas de peixes foram mortos. A decisão também determina a implementação de medidas de correção e segurança para a aplicação da vinhaça em lavouras de cana-de-açúcar (dutos), e em outras imediações da fábrica ou de suas plantações, seguindo estritamente as normas legislativas ambientais. Por fim, foi fixada multa de R\$ 50 mil para cada vez que for constatado o descumprimento da decisão liminar, até o limite de R\$ 1 milhão, a ser revertida em favor de órgão a ser indicado pelo MP-GO. (JORNAL VERDADE, 19 de Outubro 2012).

De acordo, com citação supracitada, percebemos que esta prática adotada pela usina já ocasionou danos a meio ambiente e fauna, mas um fato nos chama atenção, pois bacia hidrografia do Rio Canabrava é um dos fluentes da margem direita do Rio São Francisco. Conforme a figura 34.

Figura 35: Derramamento de Vinhaça no Rio Canabrava – 2012



Fonte: Acervo Jornal Verdade, 2012.

Vale ressaltar que a bacia hidrográfica do Rio Canabrava é uma dos afluentes do Rio São Francisco, apresentado uma extensão correspondente a 618 km², sendo que o clima é subúmido seco, com concentração de chuvas nos meses de novembro a janeiro, umidade relativa 76,3%. É uma média anual de precipitação que oscila entre 800 e 1200 mm, e a evapotranspiração é de 1097,0 mm.

O regime térmico apresenta oscilações suaves, por se tratar de uma região de clima subtropical, variando entre 19,4 e 24,4°C (NIMER, BRANDÃO, 1989). Em relação a uso do solo da bacia, percebe-se que a vegetação natural 66,1%, solo exposto 0,32%, pastagem 26,1%, eucalipto 5,18%, outros 2,1%, sendo outros referentes a pastagem degradada e solo exposto, salientamos que o uso do solo, bem como da água, configura-se em vetores de grande importância para o desenvolvimento humano e social, entretanto na bacia hidrográfica do Rio Canabrava, percebe-se que a vegetação natural correspondente a 66,1% da área total, esta sendo substituída por monoculturas

entre elas a cana-de-açúcar e o eucalipto (LIMA, ZAKIA, 2004. p. 33). De tal modo, que o ecossistema, esta sendo degradado, pelo uso inadequado do solo e da água, gerando impactos ambientais em toda a extensão da bacia hidrográfica. Portanto, o processo de territorialização da Usina, no município de Vila Boa, e contraditório, pois nos revela de um ponto de vista econômico favorável o desenvolvimento, mas também fere algumas legislações ambientais e ocasiona impacto no meio ambiente. Outro aspecto que merece destaque é a relação entre a territorialização da usina e a instituição da Reserva da Biosfera Goyaz, uma vez que o município é circundado pela área da Reserva, mas não pertence ao conjunto de municípios que a compõem. Alguns municípios pertencentes à Biosfera Goyaz, são produtores de cana, tendo em seus limites problemas ambientais derivados dessa atividade. Figura 35.

Cabe esclarecer que, em 1971 a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (A UNESCO), criou o Programa Homem e a Biosfera. Em 1974 o Brasil aderiu ao Programa. Atualmente, sete Reservas da Biosfera: Amazônia Central, Mata Atlântica, Cinturão verde da Cidade de São Paulo, Serra do Espinhaço, Caatinga, Pantanal e Cerrado. Em novembro do ano 2000, a UNESCO, aprovou a criação da reserva da Biosfera Goyaz, sendo que área da reserva era inicialmente composta por 26 municípios incluindo o Distrito Federal, o Parque Nacional Chapada dos Veadeiros, o Parque Estadual de Terra Ronca, o Parque Municipal de Itiquira. (UNESCO, 2008). A Reserva da Biosfera Goyaz constitui-se o ponto mais alto do Planalto Central, com uma altitude 1200 metros, sendo determinante para a geografia e conseqüentemente para as características ecológicas da região. Além estar próximos de grandes centros urbanos Brasília e Goiânia.

Porém, a reserva foi pensada com o intuito, de conservação que defende a solução de problemas de punho ambiental como o desmatamento das florestas tropicais, a desertificação, a poluição atmosférica, o efeito estufa. Portanto, a Reserva privilegia o uso sustentável dos recursos naturais nas áreas protegidas, visando promover o conhecimento, bem como a prática e os valores humanos entre a população e o meio ambiente. A reserva da Biosfera Goyaz, tem como prerrogativa a conservação dos ecossistemas característico da região (terrestre, fauna e flora) buscando aperfeiçoar a convivência homem-natureza em projetos que se norteiam pela preservação dos ambientes significativos, pela convivência com áreas que lhe são vizinhas, pelo uso sustentável de seus recursos.

Conforme, mencionado no parágrafo anterior, nos anos 2000 o município estava incluindo na amplitude da reserva, porém em 2011 quando o estado lança o Plano Estadual de Turismo – Goiás, o município já não aparece incluído na estrutura da reserva, o que nos leva aos seguintes questionamentos, quais os motivos que levaram a saída no município da reserva? Existem outros interesses do Estado para como esse município?

É a resposta, nos chega de forma evidente e carregada de impactos, pois cinco anos antes do lançamento do plano, o município é contemplado pelas “metas de desenvolvimento para o nordeste goiano”, sendo implantada no seu território uma filial

da Companhia de Brasileira de Biocombustível (CBB), o consórcio usineiro Alda Participações e Agropecuária S/A, podemos, assim intuir que este seja um dos fatores que levaram não inclusão do município na constituição final da reserva, que nos prova o nível de submissão da esfera estatal ou grande capital do agronegócio internacional.

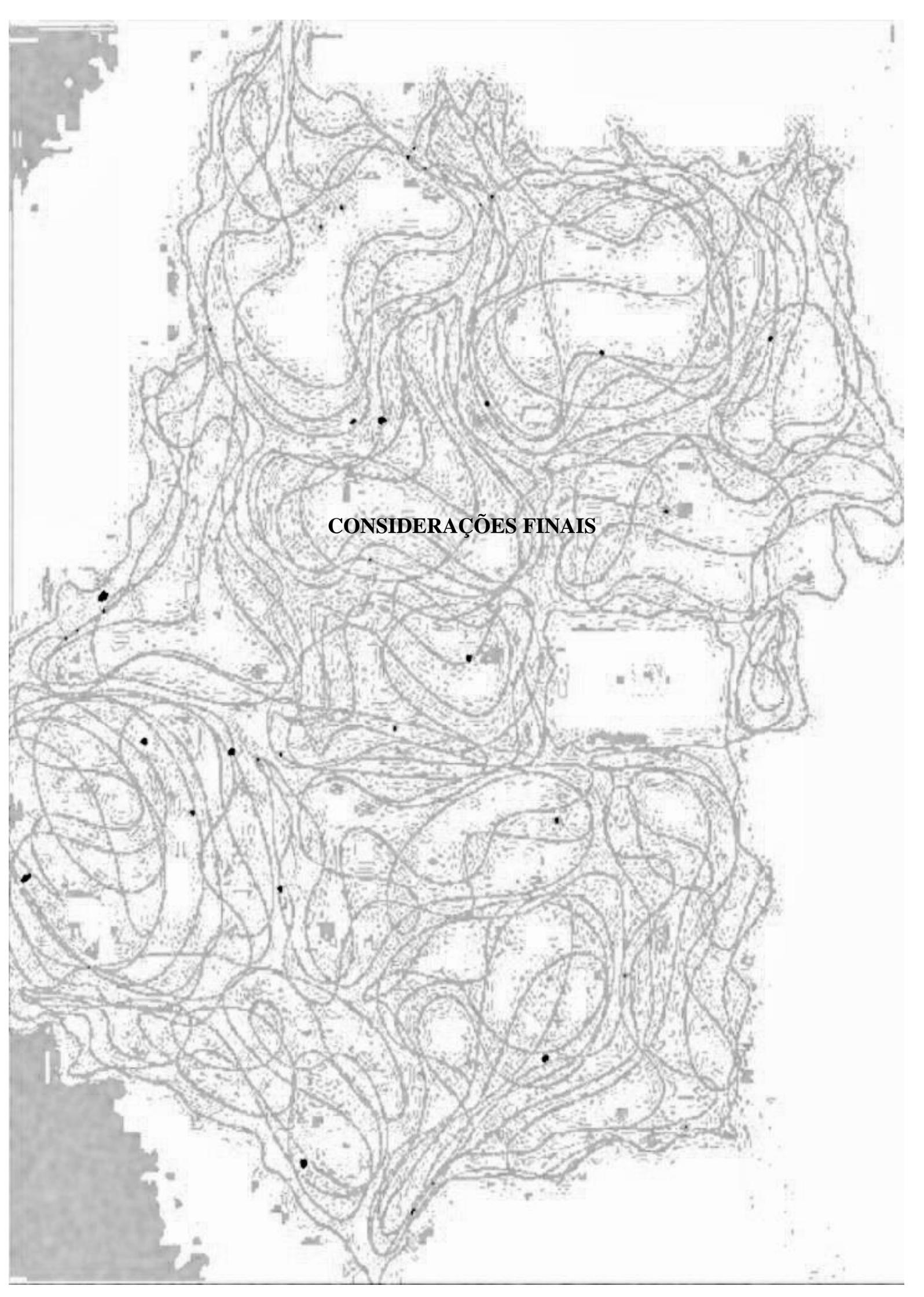
Mas os impactos não se resumem apenas na não inclusão do município na reserva, eles se entende para além da própria legislação, pois o município se torna uma ilha circundada por municípios protegidos pela RESBIO. É isso desencadeia um processo dialético e contraditório, pois a cana-de-açúcar, produzida no território do município, não consegue sustentar a produção da usina. Ou seja, os municípios da reserva começam a se despontar na produção de cana-de-açúcar, daí nos deixa alguns questionamentos: Como esta cana-de-açúcar esta sendo produzida? Quais tipos de vegetação estão sendo substituídos para o plantio? Existi um tripé de sustentabilidade nos municípios da RESBIO? São questionamento cujas respostas virão com estudos mais aprofundados, desta forma um fator é conclusivo o agronegócio via capital internacional, ordena o território conforme a suas demandas, e o Estado legitima a suas ordenações por meio da política de incentivos.

Em síntese, muito se fala sobre as vantagens que um complexo agroindustrial pode trazer para a economia do município e conseqüentemente para a região, alguns impactos são considerado eficazes, dentre eles: o aumento no número de empregos; a arrecadação de impostos e aumento do Produto Interno Bruto (PIB) local e regional; a coogeração de energia elétrica a partir do bagaço da cana -de- açúcar; entretanto, a transformações ocorridas no espaço urbano e rural do município de Vila Boa em relação à usina implantada, bem como na região que esta envolvida, percebe-se que essas transformações perpassam os limites deste, trazem sérios impactos na ordem social, econômica, ambiental, fundiária, entre outros.

De acordo com a percepção do olhar sobre a realidade, constata-se que as principais mudanças e os impactos da dinâmica sucroenergética no município, esta em síntese, relacionados aos impactos ambientais e às características fundiárias de obtenção de terras, por parte da usina, para o cultivo da monocultura de cana. Segundo Pasqualetto e Zito (2000), estas as áreas cultivadas com cana- de- açúcar, são de modo geral extensas que se justifica do ponto de vista operacional, pois há grande mobilização de máquinas e implementos. Segundo Castro (2007), neste processo recente, a cana-de-açúcar passou comumente a utilizar terras arrendadas, englobando pequenas, médias e

grandes propriedades rurais. Sendo que este modelo implantado pela usina no município transformação do modo de vida dos habitantes do campo e na cidade.

Em suma, a agropecuária tecnificada, é uma das atividades responsável pelo constante crescimento do agronegócio em Goiás e no Brasil, conectada a base da ciência-tecnologia e informação, passa a inserir os territórios produtores no mercado globalizado, ocasionando uma nova dinâmica mais complexa e que se insere em um âmbito global, onde o processo dialético possibilita a ocorrência do (re) ordenamento tanta da economia, quando do território na lógica do capitalismo global.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho abordou no primeiro momento a relação dos conceitos de território, impactos socioterritoriais e agroindústria, estes balizaram as nossas análises, porém a categoria território foi à linha condutora das reflexões acerca do objeto. Sendo que o território surge *a priori* ligado a Etologias/Ecologia, mais com o desenvolver das ciências e do pensamento científico, e o desabrochar das dinâmicas sociais, este é apropriado e resignificado para além da ciência natural, passando a ser uma categoria fundamental para as ciências que se dedicam ao estudo das transformações e produções no espaço geográfico.

Para tanto muitas destas transformações e adaptações sobre o conceito são subsidiadas pelas intencionalidades dos sujeitos, que revelam a importância que o conceito tem adquirido nas ciências humanas, entre elas se destaca a ciência geográfica. Uma vez, que a realização das diversas leituras sobre o conceito de território, nos permitiu melhor compreender a grande complexidade que o envolve.

No decorrer da pesquisa foi verificado o processo de desenvolvimento do complexo agroindustrial, com recorte específico para município de Vila Boa, em função da expansão do setor, bem como os processos de espacialização e territorialização dos incentivos estaduais na dinâmica sucroenergética em Goiás.

Para compreensão do processo de expansão da incorporação capitalista do setor sucroenergético em Goiás, e mais especificamente na microrregião do entorno, onde se localiza o município de Vila Boa, e o consórcio usineiro CBB- Alda Participações e Agropecuária S/A. partimos das abordagens nas questões do complexo sucroenergético e, a leitura das políticas de incentivos fiscais e desenvolvimento agroindustrial.

Por outro lado enfocamos a espacialização e a territorialização do cultivo de cana-de-açúcar, no município por intermédio da Usina. Com intuito de identificar a configuração territorial do complexo, por intermédio do incentivo fiscal destinado ao agronegócio, em Goiás, tornando-se relevante para caracterização de como o complexo se localiza no território, na expectativa que tais reflexões possam servir de suporte para a construção de políticas públicas.

Para tanto, o estudo apontou a dinâmica do processo da espacialização do complexo, e verificou-se que desde a década de 1970 o Governo Federal e estadual, criaram de atrativos de acesso à esta área de fronteira e expansão, fomentaram a mudanças na base tecnológica de produção. Também por intermédio das políticas de desenvolvimento regional, créditos subsidiados e benefício de incentivos fiscais,

possibilitaram a inserção por parte do grande capitalista internacional, o qual oportunizou a ponte entre a integração espacial e produtiva, ou seja, a ligação entre o processo de produção e comercialização de *commodities* no mercado internacional.

De tal modo, que o capital passa a conduzir o processo de geração de valor, e instigou a materialização nos territórios recém-incorporado pelo agronegócio. Sendo que as redes de comunicação e transporte desempenha um papel de grande importância, é fazer a ligação entre as partes do processo produtivo para com a economia, trazendo - lhe uma dinâmica altamente competitiva, assim circulação deve ser coesa a fim de tornar o produto mais competitivo no mercado e no caso do complexo, Alda, a produção e a comercialização do álcool.

Neste panorama, a logística emerge no processo de racionalização dos fluxos, na estruturação interna do circuito espacial produtivo, onde diversos atores e fatores de ordem econômica, política e natural interagem com o processo produtivo e também influência na fluidez da circulação. Portanto, através da identificação dos fixos e dos fluxos e ao compreender os usos e a organização do território pelo complexo sucroenergético envolvido se torna possível identificar as possibilidades logísticas para a distribuição no estado de Goiás.

Deste modo, no município de Vila Boa, prevalece a agropecuária modernizada, de modo que o rural faz parte e significa na extensão da dinâmica urbano com sua produção e cultivos voltados para atender a lógica do mercado internacional, de tal modo, que identificamos que, o urbano do município faz parte e significa na extensão da dinâmica rural. Sendo que o espaço rural abandona sua organização baseada na articulação dos territórios e dos limites, para atender os interesses econômicos impostos pela Usina no território. A pesquisa revelou que a empresa compõe um circuito produtivo formado por intermédio do grande capital do agronegócio, ocasionando transformações não apenas no espaço rural, mas também, na estrutura espacial dessa localidade, causando assim um ordenamento do território do município de Vila Boa Goiás.

Portanto, o território, de Vila Boa possui ativos e recursos para expansão da produção de cana-de-açúcar, uma vez que está próximo às redes escoamento, para a circulação dos produtos e insumos, informação e pessoas, possuem atrativos dinâmicos. O município apresenta condições estratégicas para consolidação do agronegócio na região e sua possível expansão para o nordeste goiano, por apresentar

condições que possibilitem os circuitos de distribuição e do consumo, garantido assim a produção agrícola bem como o território unificado pelo mercado.

A pesquisa também observou que a implementação da Usina Alda Participações e Agropecuária S/A. no município de Vila Boa- GO está estreitamente relacionado aos planos de ações políticas públicas de incentivo nos três níveis de poder (federal, estadual e municipal). Constatou-se, ainda, a influência da atividade produtiva de cana-de-açúcar na dinâmica socioeconômica dos municípios adjacentes que compõem a região, sendo que a usina está, inserida na microrregião e, possui relações com outras empresas do estado de Goiás, de outros estados do Brasil por pertencer ao consórcio da Companhia Brasileira de Biocombustível e, como ponto somatório uma estreita relação com o mercado internacional, por meio da comercialização do açúcar produzido com a Suécia.

Essas relações acabam por movimentar a economia local e regional durante o período da safra, levando em consideração a extensão da área plantada, como a monocultura de cana-de-açúcar. Verificou-se que esta expansão está se dando principalmente em área de vegetação e substituição de cultura, e não em melhorias para com as técnicas ligadas de produtividade do setor, uma vez que a colheita da cana ainda acontece sob a forma manual.

Em relação aos impactos do ponto de vista ambiental foram constatados que estão ocorrendo especialmente, sobre a bacia hidrográfica do Rio Canabrava, e sobre as áreas de preservação da Reserva da Biosfera Goyaz. Do ponto de vista social o impacto destacado é o da sazonalidade da geração de emprego, uma vez que a maioria dos trabalhadores que são contra datados para a colheita da cana-de-açúcar, não é oriundos do município. Advém de um processo de terceirização composto de migrantes da região norte do país. É são contratados apenas no período da colheita.

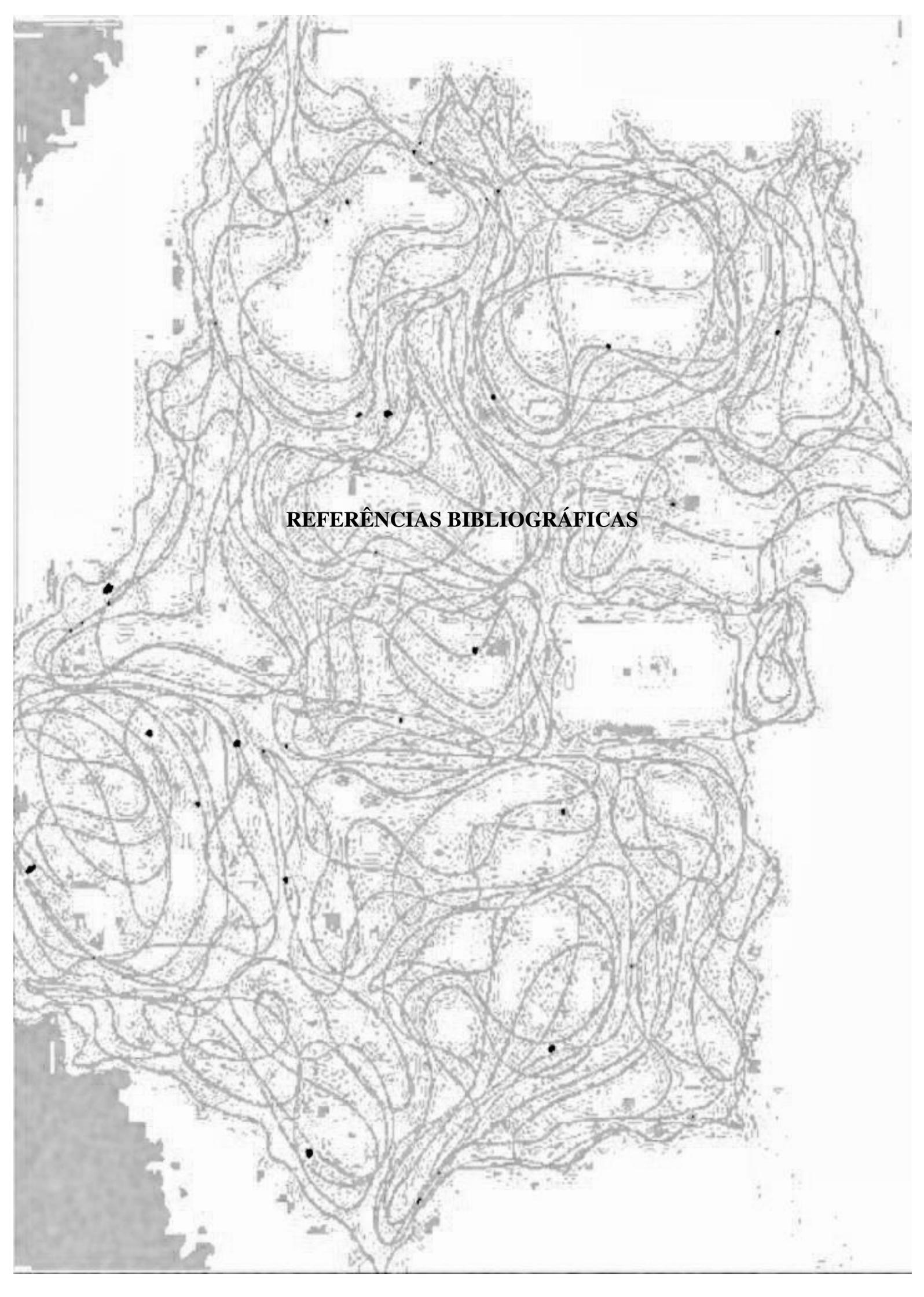
Outro aspecto é a relação campo/cidade derivada do processo de territorialização da Usina Alda Participações e Agropecuária S/A, onde se constatou que ocorre uma apropriação do território do município para o plantio da cana-de-açúcar bem como sua expansão. Já em relação à infraestrutura financeira verificou-se que no município não apresentou avanços. Ou seja, Formosa-Go é quem forneceu suporte para o empreendimento. Sendo que a rede bancária, as casas agropecuárias etc. estão presentes neste.

Em relação à produtividade, o setor sucroenergético movimenta direta e indiretamente a economia local, somente durante a safra, comprovado que o fator econômico no município se desponta com maior elevação, o que constata a existência do ordenamento territorial na localidade, e decorrência da territorialização do agronegócio.

Verificou-se que posição estratégica do município na microrregião do Entorno e Nordeste Goiano, com advindo da Usina Alda Participações e Agropecuária S/A, na localidade. Configura-se com um embrião de cidade do agronegócio, uma vez que, a reestruturação produtiva do agronegócio, no município via usina, tende a reconduz um novo ordenamento do espaço urbano, aumento da população, entre outros, pelas novas conexões que se estabelece na relação campo/cidade, fomentadas pelas novas demandas por consumo e produtividade. Portanto, a cidade do agronegócio, se configura em uma nova tipologia de cidade, onde se encontra maior receptividade a produção e ao consumo moderno, as quais permitem a realização, bem como as condições para a territorialização de uma gama complexa de fluxos, que se associam ao circuito da economia do agronegócio globalizado. (ELIAS, 2011).

Assim, o município tendesse a se tornar um ponto de conexão e aglutinação do nordeste do estado de Goiás, com a frente de expansão da nova fronteira o chamado “MAPITOBA”, conhecida com a nova frente de expansão do agronegócio, que compreende-se o acrônimo, referente as áreas dos Estados Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia, sendo estes territórios de elevada aptidão agrícola, com predominância do bioma Cerrado.

Portanto, constata-se o território do município, e reordenado pelo empreendimento, alterando a sua organização de base em limites e fronteiras, para readequar em função do processo de territorialização do capital via as redes interesses econômicos, ordenadas pelas grandes corporações, que compõem o ciclo de produtividade fomentador do agronegócio globalizado. É por fim, considerando-se que nenhum trabalho é conclusivo de fato, atenta-se para a importância da continuidade dos estudos dessa temática na própria microrregião do Entorno e Nordeste Goiano, buscando verificar as consequências e as transformações, em diferentes escalas, fruto da dinâmica Sucroenergética Região, bem como, nos outros municípios do Estado de Goiás, já que todo território tem seu próprio arranjo e responderá de diferentes maneiras a esta problemática, revelando distintos impactos e dinâmicos.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Z. A. **AS CIDADES NA REGIÃO DE EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO E AS NOVAS TERRITORIALIDADES**. 2010. Acessado em www.ufsj.edu.br/cogeo/revista_territorium_terraem.php

BONNEMAISON. J. *Voyage Autour Du Territoire*. In: **I'Espace Géographique**. 1981; p. 249-262.

BITAR, O.Y & ORTEGA, R.D. **Gestão Ambiental**. In: OLIVEIRA, A.M.S. & BRITO, S.N.A. (Eds.). *Geologia de Engenharia*. São Paulo: Associação Brasileira de Geologia de Engenharia (ABGE), 1998. cap. 32, p.499-508.

BORGES, R. E. **No meio da soja o brilho dos telhados: a implantação da Perdigão em Rio Verde (GO), transformações e impactos socioeconômicos e espaciais**. 2006, 220f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação, Universidade Estadual Paulista (UNESP). Rio Claro (SP). 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução nº 001/86, de 23 de janeiro de 1986**. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para o Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23/01/1986.

BITENCOURT. M. B.; BARCZSZ. S. S.; ANDRADE A. A. **Análise Da PGPM No Mercado Brasileiro De Algodão Em Pluma, Milho E Trigo, Utilizando Como Instrumento De Intervenção**. XLVI Congresso Sober. Campo Grande, MS. 2010.

BRASIL. **Lei de Responsabilidade Fiscal**. Lei Complementar nº. 101, 4 de maio de 2000. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 de maio de 2000.

BUNDE, A. **Os impactos do agronegócio dos agrocombustíveis sobre o campesinato em Goiás**. [Manuscrito]. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão. Departamento de Geografia. 2011.

CASTRO, A. C.; FONSECA, M. da G. D. **A dinâmica agroindustrial do Centro-Oeste**. Brasília: IPEA, 1995.

CASTRO, S. D. ; ESTEVAM, L.; ARRIEL, M.; BRITO L.; COSTA, W.; COSTA L.. **Análise do balanço de pagamentos do estado de Goiás e a importância dos APLs no fluxo de comércio**. In: “Análise do Mapeamento e das Políticas Para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil”. Florianópolis: UFSC, 2009 (Convênio/Contrato FEPESE-BNDES).

CASTRO, S. D.; BRITO, L. **Dinâmica produtiva da indústria de confecções de vestuário em Goiás**. Conjuntura Econômica Goiana, Goiânia, n.7. SEPLAN-GO, fev. 2006.

CASTRO, S. D; BRITO, L. **Lacunas na cadeia local de suprimentos do APL farmacêutico de Anápolis-Goiânia**. Conjuntura Econômica Goiana, Goiânia n.5. SEPLAN-GO, ago. 2005.

CASSETI, V. **Ambiente e apropriação do relevo**. São Paulo: Contexto, 1991.

CUNHA, B. C. C. **Impactos Sócio-Ambientais Decorrentes da Ocupação da Planície de Inundação do Ribeirão Anicuns: o caso Vila Roriz**. Dissertação (Mestrado em Geografia) instituto de estudos socioambientais da universidade Federal de Goiás, 2000.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: UFSC, 1999

CASTILLO, R. FREDERICO, S. **Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo**. Sociedade & Natureza, Uberlândia: 461-474, dez. 2010

CASTILLO, R. **Região competitiva e circuito espacial produtivo: A expansão do setorsucroalcooleiro no território brasileiro**. Unicamp, 2009

CAMARGO, C. A. et al. **Manual de recomendações: conservação de energia na indústria do açúcar e do álcool**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas, p 798 1990.

CORRÊA NETO, V. **Análise de viabilidade da co-geração de energia elétrica em ciclo combinado com gaseificação de biomassa de cana-de-açúcar e gás natural**. 2001. 174 f. Tese (Mestrado em Ciências/Planejamento Energético)-Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

CHRISTOFOLETTI, A. **Aplicabilidade do conhecimento geomorfológico nos projetos de planejamento**. In: GUERRA, A. T.; CUNHA, S. B. (Org.) Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 1994. p. 415-441.

CUNHA, J. M.; JAKOB, A.; HOGAN, D.; CARMO, R. **A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas.** In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 27., 2003, Caxambu. Anais... 28 p.

CASTRO, S. S. et al. **Estudo da expansão da cana de açúcar no estado de Goiás: subsídios para uma avaliação do potencial de impactos ambientais.** In: FORUM DE C&T NO CERRADO, 2, 2007, Goiânia. Impactos econômicos, sociais e ambientais no cultivo da cana de açúcar no território goiano. v. único. p. 9-17

CUNHA, A. G. da. **Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa.** 2ª ed., RJ: nova fronteira, 1996 p. 766.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **O anti-Édipo. Capitalismo e esquizofrenia.** Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976/1972.

DELGADO, G. C. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985.** Ícone. Unicamp. Campinas-SP, 1985. 240p.

DAGNINO, R.; CARPI JÚNIOR, S. **Mapeamento participativo de riscos ambientais na Bacia Hidrográfica do Ribeirão das Anhumas - Campinas, SP.** In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PESQUISA AMBIENTE E SOCIEDADE, 3., 2006, Brasília. 16 p. Disponível em <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA157-06032006105325.PDF>. Acesso em: 10/07/2014

DEMATTEIS, G. **L'organizzazione del territorio nelle utopie sociali di T. Moro,** T. Campanella, F. Bacone, Revista Geografica Italiana, Roma, LXX, p. 395-442, 1963.

DAL SOGLIO, et al. **Agrobiodiversidade, agricultura familiar, biotecnologia e estruturas institucionais no Brasil.** In: BOEF, W. S; THIJSSSEN, M.; OGLIARI, J. B.; STHAPIT, B. Estratégias participativas de manejo da agrobiodiversidade. Florianópolis: NEABIO, 2006. p. 29-41.

DELGADO, G. C. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985.** Ícone. Unicamp. Campinas-SP, 1985. 240p.

ERTHAL, R. **Os complexos agroindustriais no Brasil - seu papel na economia e na organização do espaço.** Revista geo-paisagem (online) Ano 5, N. 9, 2006.

ERTHAL, R. **Os complexos agroindustriais no Brasil - seu papel na economia e na organização do espaço**. Revista geo-paisagem (online) Ano 5, N. 9, 2006.

ELIAS, D. **Meio Técnico-Científico-Informacional e Urbanização na Região de Ribeirão Preto**. 1996. Tese (Doutorado em Ciências: Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Dinâmica Econômica e Redefinição do Espaço Urbano no Brasil Agrícola: o Brasil agrícola com áreas urbanas: a cidade do campo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 9, 2005, Manaus. **Anais e Contribuições Científicas**. Manaus: Simpurb, 2005. [CDROM]

FERNANDES, B. M; LEAL, G. M. **Contribuições teóricas para a pesquisa em Geografia Agrária**. 2002.

FONSECA, Reinaldo. **A importância dos incentivos fiscais na guerra contra as desigualdades regionais no Brasil: ou como estamos conseguindo superar nossa histórica defasagem econômica em relação ao restante do país**: In: Cadernos de política econômica / FIEG. N.1 (fev.2008). 90p. Goiânia: FIEG, 2008.

FERNANDES, A.D. **A dinâmica da fronteira agrícola em Goiás (1970-1985)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás. Goiânia-GO: 2006

FISCHER, A; FIRKOWSKI, O. L. C. F, **Indústria, Ordenamento do Território e Transporte**: Contribuição de André Fischer, IN: SPOSITO, E. S e (orgs) - São Paulo: expressão popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2008.

GOTTMANN, J. **The significance of territory**. Charlottesville: The University Press of Virginia, 1973.

GOMES, P. C. da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1996.

GOMES, H. **Reflexões Sobre a teoria e a crítica em geografia**. Goiânia; CEFRAF/UFG. Vol.1. 1991.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2ª Ed. ver, Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Agricultura Moderna**, São Paulo: Brasiliense, 1985

HAESBARERT, R. **O mito da desterritorialização: do “ fim do território”á multiterritorialidade**. Bertrand Brasil.2004.

KAGEYAMA, A. et al. **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. In: DELGADO, Guilherme Costa et al. (orgs.), Agricultura e políticas públicas. Brasília, IPEA, (Série IPEA, 127), 1990, p. 113-223.

LUNAS, D. A. L.; ORTEGA, A. C. **A constituição do complexo agroindustrial da soja no sudoeste goiano**. In. PEREIRA, Sebastião Lázaro e XAVIER, Clésio Lourenço (Org.). O agronegócio nas terras de Goiás. Uberlândia: EDUFU, 2003.

LIMA, W.P. ZAKIA, M. J. B. **Hidrologia de Matas Ciliares in Matas ciliares: Conservação e recuperação** 1ed. São Paulo: Ricardo Ribeiro e Hermogenes de Freitas, 2004

LIMA E SILVA, P. P.; GUERRA, A. J. T.; DUTRA, L. E. D. **Subsídios para avaliação econômica de impactos ambientais**. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (Org.) Avaliação e perícia ambiental. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 1999. p. 217 - 261.

MORAES, A. C. R. **Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000

_____, A. C. Robert. Ratzel - **Coleção Grandes cientistas Sociais** nº 59: São Paulo: Ática, 1990.

MIZIARA, F. NILSON, C.F. **Expansão da fronteira agrícola e evolução da ocupação e uso do espaço no estado de Goiás: Subsídios à política ambiental**. In: FERREIRA JR, L.G. (org.) **A encruzilhada socioambiental: biodiversidade, economia e sustentabilidade no cerrado** – Goiânia: Editora da UFG, 2008.

MUELLER, C, C. **Políticas governamentais e expansão recente da agropecuária no Centro-Oeste. Planejamento e Políticas Públicas.** Brasília, n. 3, jun. 1990.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **De Saberes e de Territórios – diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana.** Niterói: 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **As Consequências Sociais e Ambientais da Prioridade ao Monocultivo.** Niterói: 2007.

PACÍFICO, D.A. **História da modernização da agricultura:** Um conto de muitas facetas. In: DAL SOGLIO, F.; KUBO, R.R. (org.) Agricultura e sustentabilidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

PARANAIBA, A.C. **Agroindustrialização e Incentivos fiscais Estaduais em Goiás.** Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Goiás, Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos, 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993. p 269.

RATZEL, Friedrich. **Geografia do homem (Antropogeografia).** In: MORAES, Antonio

Carlos. Ratzel. São Paulo: Ática, 1990. p. 32-107.

RATZEL, F. **As leis do crescimento espacial dos estados.** In: MORAES, Antonio Carlos. Ratzel. São Paulo: Ática, 1990a. p. 175-192.

SANTOS, M. **Circuitos espaciais da produção: um comentário.** In: SOUZA, M. A. A.; SANTOS, M. (Org.). **A construção do espaço.** São Paulo: Nobel, 1986:121-134.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território.** In: Território Territórios. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – Associação dos Geógrafos Brasileiros. Niterói, 2002.

_____, **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, razão e emoção.** 4ª Ed. São Paulo: EdUSP, 2004.

_____, O retorno do Território. In : SANTOS, Milton A. de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: Globalização e Fragmentação.** 4ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 15-20

SAQUET, M. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. **Os tempos e os territórios da colonização italiana.** Porto Alegre:

EST Edições, 2003.

SACK, Robert. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAQUET, M. **O território: diferentes interpretações na literatura italiana**. In:

SAQUET, M; SPOSITO, E; RIBAS, A. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão/PR: UNIOESTE, 2004. p.121-147.

SOUZA, S.A.V. Vinhaça o avanço das tecnologias de uso. In: **A energia da cana-de-açúcar: doze estudos sobre a agroindústria da cana-de-açúcar no Brasil e sua sustentabilidade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia: UNICA – União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo, 2005.

SOUZA, M. J. L. de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná Elias de et al (orgs.) GEOGRAFIA : conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

SILVA, J. B. da. **É geografia, é Paul Claval**, et al, org. Maria Geralda de Almeida, Tadeu Arrais- Goiânia. FUNAPE-2013.

ODUM, E. P. **Ecologia**. São Paulo. Ed. Pioneira, 1997.

MARAFON, G. J. **Industrialização da agricultura e formação do complexo agroindustrial no Brasil**. In: Geo UERJ, n.3. Rio de Janeiro: UERJ/Departamento de Geografia, jun. 1998, p.721.

Da SILVA, W. R. **Logística de produção e distribuição de etanol em Goiás: desafios atuais e futuros em busca de competitividade**. In: Anais do I Seminário Nacional - Reestruturação no setor sucroenergético brasileiro: novas e velhas espacialidades – ISBN: 978-85-88707-70-, Rio de Janeiro: UERJ/Departamento de Geografia, Agosto. 2012.

ROSS, J. L. S. et al. **Geografia do Brasil**. 3ª ed. Editora da USP. São Paulo, 2000. 553p.

GOIÁS. **Decreto nº 3.822/92, de 10 de julho de 1992. Baixo Regulamento do Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR**. Disponível em <<http://www.sefaz.go.gov.br>> acessado em 20 de junho de 2013 às 16:20.

GOIÁS. **Decreto nº 4.852, de 29 de dezembro de 1997. Regulamenta o Código Tributário do Estado de Goiás.** Disponível em <<http://www.sefaz.go.gov.br>> acessado em 12 de maio de 2013 às 15:35.

GOIÁS. **Decreto nº 5.265, de 31 de julho de 2000, Aprova o Regulamento do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás – PRODUZIR.** Disponível em <<http://www.sefaz.go.gov.br>> acessado em 15 de junho de 2013 às 17:25.

GOIÁS. **Lei nº 9.498/84, de 19 de julho de 1984. Cria o Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR.** Disponível em <<http://www.sefaz.go.gov.br>> acessado em 26 de junho de 2013 às 17:35.

GOIÁS. **Lei nº 11.651, de 26 de dezembro de 1991. Institui o Código Tributário do Estado de Goiás.** Disponível em <<http://www.sefaz.go.gov.br>> acessado em 09 de Agosto de 2013 às 15:30.

GOIÁS. **Lei nº 13.591/00, de 18 de Janeiro de 2000. Institui o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - PRODUZIR e o Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais - FUNPRODZIR e dá outras providências.** Disponível em <<http://www.sefaz.go.gov.br>> acessado em 14 de agosto de 2013 às 12:34.

GOIÁS. **Lei nº 13.839/01, de 15.05.01 (DOE de 18,05.01) – Institui o incentivo Apoio ao Serviço de Telecomunicação - TELEPRODZIR, subprograma do Programa PRODZIR.** Disponível em <<http://www.sefaz.go.gov.br>> acessado em 12 de junho de 2013 às 15:35.

GOIÁS. **Lei nº 13.844/01, de 01.07.01 (DOE de 25.01.01) – Institui o incentivo Apoio à Instalação de Central Única de Distribuição de Produtos no Estado de Goiás - CENTROPRODZIR, subprograma do Programa PRODZIR.** Disponível em <<http://www.sefaz.go.gov.br>> acessado em 12 de julho de 2013 às 15:35.

GOIÁS. **Lei nº 13.919/01, de 04.10.01 (DOE de 10.10.01) – Cria o Pólo de Serviços Tecnológicos Avançados do Estado de Goiás, institui o Subprograma TECNOPRODZIR e dá outras providências.** Disponível em <<http://www.sefaz.go.gov.br>> acessado em 13 de julho de 2013 às 15:35.

GOIÁS. **Lei nº 14.186/02, de 27.06.02 (DOE de 01.07.02)** – Institui o incentivo Apoio ao Comércio Exterior no Estado de Goiás – COMEXPRODUZIR, subprograma do programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás – PRODUZIR. Disponível em <<http://www.sefaz.go.gov.br>> acessado em 13 de julho de 2013 às 15:35.

GOIÁS. **Lei nº 14.244/02, de 29.07.02 (DOE de 05.08.02)** – Institui o incentivo Apoio à Instalação e Expansão de Empresas Operadoras de Logística de Distribuição de Produtos no Estado de Goiás – LOGPRODUZIR, subprograma do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás – PRODUZIR. Disponível em <<http://www.sefaz.go.gov.br>> acessado em 13 de julho de 2013 às 15:40.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2ª Ed. ver, Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Agricultura Moderna**, São Paulo: Brasiliense, 1985

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Szlak. São Paulo: Annablume. 2005.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HELFAND, S. M. REZENDE, G. C. **Mudanças na distribuição espacial da produção de grãos, aves e suínos no Brasil: O papel do Centro-Oeste**. In: HELFAND, S. M. REZENDE, G. C. Região e espaço no desenvolvimento agrícola brasileiro – Rio de Janeiro: IPEA, 2003a.

HELFAND, S. M. REZENDE, G. C. **Padrões regionais de crescimento da produção de grãos no Brasil e o papel do Centro-Oeste**. In: HELFAND, S. M. REZENDE, G. C. Região e espaço no desenvolvimento agrícola brasileiro – Rio de Janeiro: IPEA, 2003b.

IMB, Instituto Mauro Borges: de estatísticas e **estudos socioeconômicos, Estado de Goiás no Contexto Nacional - 2012**. Disponível em:< <http://www.seplan.go.gov.br>> Acesso em: 10 Junho. 2013.

KAGEYAMA, A. et al. **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. In: DELGADO, Guilherme Costa et al. (orgs.), Agricultura e políticas públicas. Brasília, IPEA, (Série IPEA, 127), 1990, p. 113-223.

MARAFON, G. J. **Industrialização da agricultura e formação do complexo agroindustrial no Brasil**. In: Geo UERJ, n.3. Rio de Janeiro: UERJ/Departamento de Geografia, jun. 1998, p.721.

MOREIRA, R. **Formação do Espaço Agrário Brasileiro**, São Paulo: Hucitec, 1990.

MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo C. **Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

MARQUELLI, R.P. **O desenvolvimento sustentável da agricultura no cerrado brasileiro**. ISEA-FGV/ ECOBUSINESS SCHOOL. Brasília – DF. 2003.

NETO, W. G. **Estado e Agricultura no Brasil: Política Agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. Editora Hucitec. São Paulo, 1997. 245p.

MIZIARA, F. NILSON, C.F. **Expansão da fronteira agrícola e evolução da ocupação e uso do espaço no estado de Goiás: Subsídios à política ambiental**. In: FERREIRA JR, L.G. (org.) A encruzilhada socioambiental: biodiversidade, economia e sustentabilidade no cerrado – Goiânia: Editora da UFG, 2008.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Relatório de Desempenho Operacional: Fundos Constitucionais de Financiamento – 20 anos**. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional: Brasília, 2009.

MUELLER, C, C, **Políticas governamentais e expansão recente da agropecuária no Centro-Oeste. Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília, n. 3, jun. 1990.

PACÍFICO, D.A. **História da modernização da agricultura: Um conto de muitas facetas**. In: DAL SOGLIO, F.; KUBO, R.R. (org.) Agricultura e sustentabilidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

PARANAIBA, A.C. **Agroindustrialização e Incentivos fiscais Estaduais em Goiás**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Goiás, Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos, 2012.

PIRES, M. J. de S. **As implicações do processo de modernização conservadora nas estruturas e nas atividades agropecuárias da região centro-sul de Goiás**. 134p. Tese (doutorado em desenvolvimento econômico) UNICAMP. Campinas, SP, 2008.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, A.M. **Produção e Consumo do e no Espaço: Problemática Ambiental**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

RIFIKIN, J. **A Era do Acesso**. São Paulo: Makron, 2001.

PÉRET, R. de C. A. **A questão da Sustentabilidade da agricultura nos cerrados**. In: SHIKI, S. & SILVA, J. G. da. (Orgs) et al. **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do Cerrado brasileiro**. Uberlândia, UFU: 1997 p. 353-371

MARTINE, George. **A Trajetória da Modernização Agrícola: A quem beneficia**. In: Fases e Faces da Modernização Agrícola. Revista de Planejamento e Políticas Públicas, nº 03, Brasília: IPEA, 1990.

MACHADO, G.R. **Análise comparativa da competitividade das cadeias agroindustriais exportadoras de carne bovina em Goiás**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos, 2011.

MARAFON, G. J. **Industrialização da agricultura e formação do complexo agroindustrial no Brasil**. In: Geo UERJ, n.3. Rio de Janeiro: UERJ/Departamento de Geografia, jun. 1998, p.7-21.

SORJ, B. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. 2ª edição, Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

SALIM, C. A. **As políticas econômica e tecnológica para o desenvolvimento agrário das áreas de cerrados no Brasil: Avaliação e perspectivas**. Cad. Dif. Tecnol. Brasília: [s.n.], v.3, n.2, p.297-34, maio/ago. 1986.

SILVA, J. G. da. **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SANTOS, G. C. dos. **Análise da dinâmica territorial de Quirinópolis (GO) – 1960 a 2010**. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Goiás, Departamento de Geografia. 2011.

SANTOS, L. G. **Polítizar as Novas Tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

SANTOS, M. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M, L. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XIX**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SASEN, S. **As Cidades na Economia Mundial**. São Paulo: Estúdio Nobel, 1998.

TEIXEIRA, J. C. Modernização Da Agricultura No Brasil: **impactos econômicos, sociais e ambientais**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas Três Lagoas-MS, V 2 – n.º 2 – ano 2, Setembro de 2005

MIZIARA, F. **Expansão da Lavoura de Cana em Goiás e Impactos Ambientais**. In: **Congresso Brasileiro de Sociologia**, 14, 2009, Rio de Janeiro. Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, A. A.; MIZIARA, F. **A expansão da fronteira agrícola e a localização das usinas de cana-de-açúcar**. Revista Sociedade & Natureza, mar. 2010.

NIMER, E.; BRANDÃO, A. M. P. M. **Balanço Hídrico e clima da região de Cerrado**. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Recursos Hídricos Naturais e Estudos Ambientais, 1999.

NOBRE, B.A. Leite. M.E. **MONOCULTURA DO EUCALIPTO, IMPACTO AMBIENTAL E CONFLITO NA BACIA DO CANABRAVA, NO NORTE DE MINAS GERAIS** in Revista VITAS – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade – www.uff.br/revistavitas ISSN 2238-1627, Ano II, Nº 4, outubro de 2012.

NOGUEIRA, L. A. H. **Eficiência energética no uso de vapor**. Rio de Janeiro: Eletrobrás, p. 196.2005.

INNOCENTE. A. F. **Cogeração a Partir da Biomassa Residual de Cana-de-Açúcar – Estudo de Caso**, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Agrônômicas da UNESP.2011.

UNESCO – **Organização das Nações Unidas para a Educação; Reserva da Biosfera do Cerrado**; disponível em: http://www.rbma.org.br/mab/unesco_03_rb_cerrado.asp; acesso em 17/05/2008, p.01

ÚNICA (UNIÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR). **Produção e uso do etanol combustível no Brasil**. São Paulo, 2007.

UNICAMP. **Estudo sobre as possibilidades e impactos da produção de grandes quantidades de etanol visando à substituição parcial de gasolina no mundo**. Relatório final, 2005.

SOARES, B. R. Pequenas e médias cidades: um estudo sobre as relações sócio-espaciais nas áreas de Cerrado em Minas Gerais. SPOSITO, M.E.B. (Org.). **Cidades Médias: Espaços em Transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TEIXEIRA, P.L. Memórias. 2. ed., Goiânia: Cultura Goiana, 1973. In: ESTEVAM, L. A. **O Tempo da Transformação: Estrutura e Dinâmica da Formação Econômica de Goiás**. Tese em Economia, Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 1997.

TEIXEIRA NETO, A. O território goiano: formações e processo de povoamento e urbanização. ALMEIDA, M. G. de (Org.). **Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade**. Goiânia: IESA, 2002.

PASQUALETTO, A.; ZITO, R. K. **Impactos Ambientais da Monocultura da Cana-de-açúcar**. Goiânia: EDUFG, 2000.